

"A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD)."

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

**BALANÇO SOCIAL: Avaliação de Informações fornecidas por
Empresas Industriais situadas no Estado
de Santa Catarina**

Anacleto Laurino Pinto

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

São Paulo
2003

Reitor da Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Profª. Dra. Maria Tereza Leme Fleury

Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária
Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

**BALANÇO SOCIAL: Avaliação de Informações fornecidas por
Empresas Industriais situadas no Estado
de Santa Catarina**

Anacleto Laurino Pinto

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maisa de Souza Ribeiro

São Paulo

2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Pinto, Anacleto Laurino

Balanço social : avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina / Anacleto Laurino Pinto. -- São Paulo : FEA/USP, 2003.

163 p.

Dissertação - Mestrado

Bibliografia.

1. Balanço social 2. Balanço social – Aspectos econômicos 3. Balanço social – Aspectos sociais 4. Responsabilidade social 5. Indústrias – Santa Catarina I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP II. Título.

CDD – 657

DEDICATÓRIA

À Santíssima Trindade

Aos meus pais (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Federal de Contabilidade, à Universidade de São Paulo e à Universidade do Vale do Itajaí, por ter oportunizado a realização do curso.

Aos Professores MScs. Ciro Renato Rebello, ex-diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, e José Carlos Terres, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Itajaí, meu especial agradecimento pelo apoio dado, sem o qual não seria possível a conclusão do mestrado.

À Prof^ª. Dr^ª Maisa de Souza Ribeiro, pelos ensinamentos, orientação e incentivo na realização deste trabalho, manifesto minha sincera gratidão.

Aos Professores Drs. João Eduardo Prudêncio Tinoco e Nahor Plácido Lisboa (membros da banca examinadora), Geraldo Barbieri e Gilberto de Andrade Martins, pelas valiosas contribuições durante a execução do presente trabalho.

Ao Prof. Diogo Toledo do Nascimento, pela seriedade com que conduziu o curso e pelas palavras de incentivo.

À Secretária Maria Lúcia Leone, pelo seu trabalho eficiente e pela maneira gentil com que sempre nos atendeu, solucionando nossas necessidades relacionadas ao curso, meus agradecimentos.

Aos gestores das indústrias, pelo fornecimento das informações necessárias à elaboração deste trabalho.

Aos companheiros de mestrado, em especial os amigos Ana Cristina Zenha Louzada, Eliane Aparecida Ávila, João Herivelto Balduino, José Santos Pereira, Koki Ono e Noemia Schroeder Althoff, pelo companheirismo e palavras de incentivo durante a realização do curso.

Ao meu sócio Vitório Canani, obrigado pela compreensão.

Aos familiares e amigos, pelo carinho, apoio e palavras de estímulo nos momentos difíceis, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

PINTO, Anacleto Laurino. *Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina*. 2003. 163 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo.

O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações. Este instrumento, que vem sendo amplamente discutido, fornece dados aos usuários da informação contábil a respeito das políticas internas voltadas à promoção humana de seus empregados e qualidade de vida nas organizações; sobre a formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente e quanto a contribuições espontâneas à comunidade. No Brasil, sua elaboração ainda não é obrigatória e não existem modelos e indicadores oficiais de divulgação. Entretanto, um número cada vez maior de entidades de diversos setores está adotando tal prática, entre elas as indústrias analisadas no presente trabalho. Ressalte-se que o Balanço Social, ou o termo responsabilidade social, tem sido fruto do trabalho de diversos pesquisadores. O objetivo do presente estudo foi investigar os conceitos e indicadores do referido relatório e, fundamentalmente, avaliar o conteúdo das informações que estão sendo fornecidas pelas maiores indústrias (maiores de acordo com o número de empregados) do estado de Santa Catarina. A pesquisa mostrou que o Balanço Social vem sendo bastante difundido entre as empresas catarinenses, porém as entidades utilizam modelos diferentes; divulgam os indicadores das mais variadas formas; deixam de fornecer informações relevantes; fornecem dados de apenas dois períodos, fazendo com que seus Balanços Sociais deixem de propiciar aos usuários uma utilidade mais ampla.

Palavras-chave: Balanço Social, responsabilidade social, indicadores, informações econômicas e sociais, indústrias do estado de Santa Catarina.

ABSTRACT

PINTO, Anacleto Laurino. *Social Report: assessment of the information provided by companies located in the State of Santa Catarina*. 2003. 163 p. Masters Degree Dissertation – Faculty of Economics, Administration and Accounting. University of São Paulo, São Paulo.

The Social Report is a statement that was created with the aim of disclosing to the public the social responsibility of organizations. This instrument, which has been widely discussed, provides data to the users of accounting information regarding the organizations' internal policies on the human promotion of employees and of the quality of life in organizations; the formation and distribution of wealth; the organizations' position in relation to the environment and spontaneous contributions to the community. In Brazil, the preparation of the Social Report is still not mandatory and there are no official models or indicators for disclosing the data. However, an increasing number of organizations, from various sectors, are adopting the practice, including the companies analyzed in this work. It is stressed that the Social Report, or the term social responsibility, is the result of the work of various researchers. The objective of this study is to investigate the concepts and indicators of the afore-mentioned report and, basically, to evaluate the content of the information that is being provided by the largest companies (by number of employees) in the state of Santa Catarina. The research shows that the Social Report has been much used by companies throughout the State, however, they use different models; disclose the indicators in a wide variety of forms; neglect to provide important information; and provide data for two periods only, as a result of which the companies do not make as good use of this form of communication as they might.

Key words: Social Report, social responsibility, economic and social indicators, companies in the state of Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da receita líquida anual das empresas, por setor.....	71
Gráfico 2 – Comportamento do salário bruto médio anual, por setor	72
Gráfico 3 – Relação receita líquida anual/empregado, por empresa	73
Gráfico 4 – Relação receita líquida anual/empregado, por empresa, com os efeitos da inflação.....	73
Gráfico 5 – Relação receita média líquida anual/empregado das empresas, por setor	75
Gráfico 6 – Riqueza gerada por empresa no ano de 2001	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstração das respostas obtidas	59
Quadro 2 - Sumário dos balanços sociais analisados - adaptação do modelo Ibase.....	61
Quadro 3 - Sumário dos balanços sociais analisados - adaptação do modelo Ibase.....	65
Quadro 4 - Complemento das informações fornecidas pela empresa Sadia S/A em 2001	69
Quadro 5 - Evolução da receita líquida nominal por empregado <i>versus</i> receita líquida real (com os efeitos da inflação) por empregado no período 2001/2000	75
Quadro 6 - Relação gastos com alimentação/receita líquida	79
Quadro 7 - Relação participação nos resultados/lucro operacional.....	80
Quadro 8 - Relação encargos sociais/folha de pagamento bruta, por setor	80
Quadro 9 - Evolução dos acidentes de trabalho – 2001/2000.....	83
Quadro 10 - Evolução dos investimentos em creche.....	85
Quadro 11 - Evolução do emprego por setor – 2001	87
Quadro 12 - Evolução da mão-de-obra terceirizada/empregados próprios – 2001/2000	88
Quadro 13 - Movimentação do pessoal – 2001/2000	89
Quadro 14 - Participação dos empregados no quadro de pessoal por sexo, por setor	90
Quadro 15 - Representação do pessoal por tempo de serviço	91
Quadro 16 - Concentração de trabalhadores por faixa etária - (%)	93
Quadro 17 - Nível de escolaridade do pessoal (2001) - (%)	94
Quadro 18 - Sumário das informações prestadas sobre a DVA.....	96
Quadro 19 - Distribuição da riqueza gerada, por empresa.....	97

Quadro 20 - Valor adicionado total, por setor econômico	98
Quadro 21 - Valor adicionado distribuído ao governo, por setor econômico	99
Quadro 22 - Valor adicionado distribuído aos trabalhadores, por setor econômico.....	99
Quadro 23 - Informações evidenciadas no balanço social sobre investimentos em meio ambiente	100
Quadro 24 - Sumário das informações fornecidas relativas ao meio ambiente	101
Quadro 25 - Evolução dos investimentos em benefícios e contribuições à sociedade.....	102
Quadro 26 - Indicadores de recursos humanos com menor índice de divulgação.....	104

LISTA DE SIGLAS

- ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
- BA – Balanço Ambiental
- BRH – Balanço de Recursos Humanos
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- DBCS – Demonstração dos Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA – Demonstração do Valor Adicionado
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- Fiesc – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- Fipe - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
- Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
- Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- IGPM - Índice Geral de Preços para o Mercado
- MO – Mão-de-Obra
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- PL – Projeto de Lei
- RSC - Responsabilidade Social Corporativa
- VA – Valor Adicionado
- VAB – Valor Adicionado Bruto
- VAT – Valor Adicionado Total

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Considerações preliminares.....	1
1.2 Formulação do problema.....	2
1.3 Objetivos	3
1.3.1 Objetivo geral.....	3
1.3.2 Objetivos específicos.....	4
1.4 Justificativa.....	4
1.5 Metodologia.....	5
1.5.1 Modelo do estudo.....	5
1.5.2 Amostra	5
1.5.3 Coleta de dados.....	5
1.5.4 Delimitação do estudo.....	6
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
2.1 Visão Econômica, Financeira e Social da Contabilidade.....	7
2.1.1 Objetivos da contabilidade	7
2.1.2 Usuários da informação contábil.....	8
2.1.3 Aspectos da informação contábil em nível econômico, financeiro e social.....	9
2.1.4 Relatórios contábeis tradicionais <i>versus</i> relatórios sociais.....	11
2.2 Responsabilidade social	13
2.3 Balanço social.....	16
2.3.1 Definição.....	16
2.3.2 Objetivo do balanço social.....	18
2.3.3 Indicadores.....	20
2.3.4 Aspectos gerais do balanço social.....	26
2.3.5 Legislação	27
2.3.6 Aspectos ambientais.....	33
2.3.7 Aspectos de recursos humanos	37
2.3.8 Demonstração do valor adicionado - DVA	40
2.3.9 Aspectos dos benefícios e contribuições à sociedade em geral	44
3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	47
3.1 Aspectos do Estado e da Indústria de Santa Catarina.....	47
3.2 Processo de obtenção dos dados	57
3.2.1 Procedimentos adotados	57
3.2.2 Resultados obtidos.....	58
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	60
4.1 Metodologia.....	60
4.2 Identificação	60
4.3 Análise e interpretação.....	69
4.4 Considerações finais sobre os dados das amostras	103
4.4.1 Uniformidade das informações.....	103

4.4.2 Recursos humanos.....	103
4.4.3 Demonstração do valor adicionado	105
4.4.4 Meio ambiente.....	106
4.4.5 Notas explicativas	107
4.4.6 Auditoria do balanço social	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
6 BIBLIOGRAFIA	113
APÊNDICES	119
ANEXOS.....	133

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações preliminares

Durante muitos séculos as demonstrações contábeis foram direcionadas unicamente para uso dos proprietários; posteriormente transformaram-se em informações externas para investidores, credores, fisco e outras entidades interessadas no patrimônio das organizações. A partir dos anos 60 nos Estados Unidos da América e na década de 70 na Europa, particularmente na França, a sociedade passou a cobrar maior responsabilidade social das empresas (GONÇALVES, 1980; TINOCO, 1984; TORRES, 2002), em consequência disso seu uso expandiu-se para fins sociais.

A empresa, para atingir seus fins, consome recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, os quais são patrimônio gratuito da humanidade; utiliza capitais financeiros e tecnológicos que, ao final da cadeia, pertencem a pessoas físicas; utiliza também a capacidade de trabalho da comunidade em que está inserida e, por fim, subsiste em função da organização do Estado que a sociedade, mediante seus recursos, lhe viabiliza como parte das condições de sobrevivência. Assim, a empresa gira em função da sociedade e do que a ela pertence – a empresa é uma célula da sociedade – portanto deve, em troca, no mínimo prestar-lhe contas da eficiência com que usa esses recursos. Seu balanço, mesmo o tradicional, o qual tem sido utilizado essencialmente para fins econômicos e financeiros, é, portanto, também para fins sociais (MARTINS, 1997).

Numa visão mais ampla, destaca-se um outro enfoque do lado social da empresa que passou a ser difundido na década de 70 na Europa: tem comumente, como seu maior ativo, sua força de trabalho, mas ela não é mensurada no balanço tradicional. Surgiu aí a idéia de se dispor dessas informações, elaborando-se o

Balanço Social desses recursos humanos. Este balanço tem trazido informações acerca da composição da força de trabalho, nível educacional formal, treinamento, política de remuneração, produtividade e sua evolução, movimentação física, absenteísmo, assistências previdenciárias, médicas, sociais e outras, sexo, transporte, ensino, alimentação, ensino de línguas, preparação para despedida, ampliação da capacidade de adaptação a outras atividades etc.

A evolução desse modelo no Brasil originou-se da iniciativa de diversas organizações, pesquisadores e políticos, entre os quais se destacam: Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE; Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco; sociólogo Herbert de Souza, então presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase; Deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares; Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Observe-se que outras entidades, pesquisadores e políticos, aqui não referenciados, também contribuíram e/ou estão envolvidos no desenvolvimento do tema em nosso país.

O conceito de Balanço Social expandiu-se ainda mais, passou-se à idéia de providenciar e divulgar outras informações de cunho social, como: Demonstração do Valor Adicionado - DVA que visa demonstrar a formação e distribuição da riqueza; Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral e a postura em relação aos recursos naturais.

1.2 Formulação do problema

As empresas e os empresários enfrentam, no mundo de hoje, alguns desafios consideráveis. Em relação à empresa, espera-se uma estrutura de administração essencialmente lógica e racional, embasada em critérios objetivos, capazes de orientar adequadamente na tomada da melhor decisão possível. Quanto aos empresários, acostumou-se a ver neles pessoas dotadas de capacidade suficiente para o desempenho de uma gestão eficiente.

Todos esses fatores são verdadeiros e permanecem válidos no que se refere à maioria dos aspectos relativos à atividade empresarial, desde que existam instrumentos adequados de avaliação para o desempenho da empresa, no que se refere a cada um desses elementos. Alguns desses fatores, porém, permanecem

carentes de tais instrumentos; é o que acontece basicamente no que se refere aos aspectos humanos e sociais na vida da empresa.

Para suprir a carência apontada, de instrumentos eficientes de avaliação do desempenho da empresa no terreno humano e social, em diversos países vem se desenvolvendo a sistemática correspondente ao Balanço Social.

A responsabilidade social das empresas em relação ao meio em que estão inseridas e a necessidade de tornar públicas suas políticas e ações, por meio da demonstração chamada Balanço Social, é um tema que vem sendo discutido desde a década de 60. Porém, ainda não se chegou a um consenso quanto à obrigatoriedade, o modelo, as entidades abrangidas e os dados que devem dele constar.

Dentro desse contexto, considerando as características das empresas pesquisadas, pretende-se encontrar elementos para inferir respostas para as seguintes questões:

- 1) As empresas catarinenses vêm publicando o Balanço Social?
- 2) Publicam de forma a propiciar o acompanhamento da evolução e a comparação dos dados entre dois ou mais períodos?
- 3) As empresas utilizam modelo padronizado de publicação do Balanço Social?
- 4) O conteúdo dos Balanços Sociais que vêm sendo publicados é satisfatório?
- 5) As empresas que o publicam contemplam as quatro vertentes do Balanço Social (Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral)?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Avaliar as informações contidas no Balanço Social de empresas catarinenses e contribuir para que haja maior compreensão e conscientização dos gestores sobre a

responsabilidade social das organizações.

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar investigação nas 24 maiores empresas industriais privadas situadas no estado de Santa Catarina, a fim de conhecer o conteúdo que vem sendo divulgado em nível de responsabilidade social;
- Buscar o que está sendo feito em termos de Balanço Social;
- Comparar o que existe com a literatura.

1.4 Justificativa

Responsabilidade social da empresa e Balanço Social são temas que vêm sendo discutidos há décadas. Entretanto ainda não se chegou a um consenso quanto à obrigatoriedade de elaboração; modelo padrão de divulgação dentro dos conceitos contemporâneos de tal demonstração, ou seja, que contemple os aspectos de Recursos Humanos, Meio Ambiente, Demonstrações do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuição à Sociedade em geral; e uniformidade dos indicadores sociais e econômicos a serem evidenciados.

Assimilando a idéia de responsabilidade social, muitas organizações vêm publicando o Balanço Social, porém de formas diferentes: algumas publicam elementos quantitativos, outras de forma discursiva, e assim por diante.

A função principal do Balanço Social da empresa é tornar pública a responsabilidade social da entidade. Esta visão faz parte de um processo que busca a transparência junto ao público em geral do que a empresa está fazendo, interna e externamente, nas áreas social, econômica e ambiental.

Acredita-se que a divulgação das ações sociais das organizações, planos internos voltados ao seu ativo humano, políticas de investimentos direcionadas ao meio ambiente, evidenciação da formação e distribuição da riqueza e contribuições a entidades assistenciais, é de grande utilidade não somente para o público, mas também para a própria organização que as publica, haja vista que a publicação do

Balanço Social, elaborado com informações fidedignas, é um instrumento que propicia um relacionamento mais íntimo com o público e conseqüentemente a melhoria de imagem da empresa, além de servir como instrumento de controle e avaliação aos gestores.

Dentro deste contexto, julga-se oportuno, na perspectiva de contribuir para o avanço do tema, desenvolver o presente estudo investigando a responsabilidade social da indústria da região de Santa Catarina.

Optou-se pelo estado de Santa Catarina para realizar a pesquisa pelas seguintes razões: ser nosso estado de origem; seu parque industrial ser bastante diversificado e contar com empresas de expressão nacional e internacional; ser um estado que tem participação expressiva na formação do PIB, na arrecadação de tributos, nas exportações, conseqüentemente gerando relevantes benefícios sociais.

1.5 Metodologia

1.5.1 Modelo do estudo

Foram adotados os seguintes modelos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de casos múltiplos e investigação empírica.

1.5.2 Amostra

Será constituída das vinte e quatro maiores empresas industriais privadas situadas no estado de Santa Catarina. A classificação será feita em função do número de funcionários.

1.5.3 Coleta de dados

Foram utilizados, como fonte de coleta de dados, teses, dissertações, artigos, periódicos, livros, internet, questionários enviados às empresas e seus Balanços Sociais publicados.

1.5.4 Delimitação do estudo

O resultado da pesquisa não pode levar à inferência sobre o universo das empresas catarinenses, mas sim sobre as empresas analisadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Visão Econômica, Financeira e Social da Contabilidade

2.1.1 Objetivos da contabilidade

De acordo com a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras - Ipecafi, aprovado e divulgado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon e referendado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, apresentado por Iudícibus et al. (2000, p. 42), “a ‘**Contabilidade**’ é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização” (grifo original).

Além disso, diversos pesquisadores, entre eles Gonçalves (1980); Tinoco (1984; 1996); Ribeiro (1992; 1998); De Luca (1991); Martins (1997); Gray et al. (1998); Ribeiro & Martins (1998) incluem recursos humanos e meio ambiente entre as informações que compõem as demonstrações contábeis.

O documento retromencionado afirma que o objetivo principal da contabilidade é “permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras” (IUDÍCIBUS et al., 2000, p. 43).

Num enfoque econômico-financeiro, concorda-se com esta afirmação, porém, sob a visão do enfoque social, observa-se que a assertiva não contempla informações acerca da responsabilidade social da empresa, assunto este que será adiante discutido.

Segundo Hendriksen & Van Breda (1999), o enfoque inicial para definição

dos objetivos da contabilidade concentrou-se no cálculo e na apresentação do lucro líquido resultante de regras específicas de realização e vinculação num balanço que relacionasse o exercício corrente a exercícios futuros. Assim, dava-se ênfase aos procedimentos de coleta de dados e à estrutura das demonstrações contábeis. O principal objetivo da divulgação de informações econômico-financeiras é auxiliar os acionistas e outros usuários na tomada de decisões, possibilitando-lhes fazer previsões dos fluxos de caixa da empresa.

De acordo com Iudícibus (2000, p. 28), “o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”. Atualmente, em função da ampla discussão a respeito do Balanço Social, o objetivo da contabilidade “envolve também os aspectos de produtividade e os sociais”.

2.1.2 Usuários da informação contábil

“Conceitua-se como ‘usuário’ toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar” (IUDÍCIBUS et al., 2000, p. 42, grifo original).

Hendriksen & Van Breda (1999) afirmam que, nos Estados Unidos, os acionistas representam o principal grupo para o qual se faz divulgação financeira. Os demais usuários (funcionários, clientes, órgãos governamentais e público em geral) são tratados como destinatários secundários dos relatórios anuais. Em outras partes do mundo, particularmente na Europa, funcionários, governo, acionistas etc. são vistos como grupo de usuários com o mesmo nível de interesse dos acionistas. Por exemplo, as empresas francesas são obrigadas a elaborar anualmente um Balanço Social fornecendo informações a respeito de seu quadro de empregados contemplando diversos aspectos (emprego, proteção à saúde e segurança, treinamento de funcionários e outros). Isto vai além das exigências feitas às empresas americanas.

Segundo Iudícibus (2000), os principais usuários da informação contábil e os

respectivos tipos de informação podem ser assim caracterizados:

- Acionista minoritário – fluxo regular de dividendos.
- Acionista majoritário – fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucros por ação.
- Acionista preferencial – fluxo de dividendos fixos ou mínimos.
- Financiadores em geral – geração de fluxos de caixa futuros que assegurem o recebimento do capital investido mais os juros.
- Entidades governamentais – riqueza gerada (valor adicionado), produtividade, lucro.
- Empregados (assalariados) – fluxo de caixa futuro que permita assegurar aumentos de salários e liquidez.
- Média e alta administração – retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, índices de liquidez e endividamento.

2.1.3 Aspectos da informação contábil em nível econômico, financeiro e social

Historicamente os diversos usuários da contabilidade, especialmente os externos, cada qual dentro de suas particularidades, utilizam-se da informação contábil para tomar decisões, acompanhar a evolução patrimonial e os empreendimentos das entidades, tendo como suporte os relatórios (demonstrações) produzidos pela contabilidade financeira. Tradicionalmente utilizam a informação com finalidades econômicas e financeiras.

Esta realidade tende a se modificar em função dos dados de cunho social que algumas organizações vêm disponibilizando ao público.

De acordo com Iudícibus et al. (2000, p. 45), a “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade”, citada anteriormente, faz a seguinte menção:

*A Contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto às suas finalidades, mas, como metodologia de mensuração, abarca tanto o social quanto o quantitativo.
É social quanto às finalidades, pois, em última análise, através de suas*

avaliações do progresso de entidades, propicia um melhor conhecimento das configurações de rentabilidade e financeiras, e, indiretamente, auxilia os acionistas, os tomadores de decisões, os investidores a aumentar a riqueza da entidade e, como consequência, as suas amenizando-lhes as necessidades.

Embora o documento em questão tenha sido emitido no ano de 1986, período em que já se discutia a obrigação das entidades de prestarem conta à sociedade de suas responsabilidades sociais mediante a elaboração e publicação do Balanço Social contendo informações de interesse interno e externo, entende-se que o enfoque social restringiu-se ao “bem-estar econômico”, pois não contemplou, de maneira explícita, as variáveis ambientais e humanitárias.

Reportando-se à informação contábil, Iudicibus (2000, p. 23-25) faz as seguintes considerações:

O sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes. E, ainda assim, deveria ser capaz de reagir, mais lentamente, é verdade, mas seguramente, às solicitações diferenciadas de usuários.(...) A contabilidade, na abordagem sociológica, é julgada por seus efeitos no campo sociológico. É uma abordagem do tipo 'bem-estar social' ('welfare'), no sentido de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados da Contabilidade deveriam atender a finalidades sociais mais amplas, inclusive relatar adequadamente ao público informações sobre a amplitude e a utilização dos poderes das grandes companhias.

Em nosso país, o sistema de informação contábil utilizado pelas entidades, para fins de divulgação externa e algumas demonstrações gerenciais, concentra-se nas tradicionais demonstrações contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404, de 15.12.76, artigo 176 (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos), enfoque econômico-financeiro pois, haja vista que as referidas demonstrações apresentam aos seus usuários informações de natureza fundamentalmente econômico-financeiras resultantes de transações e eventos que causaram impacto patrimonial em determinado período de tempo. Observa-se aqui que algumas empresas brasileiras já vêm publicando informações de natureza social “Balanço Social” juntamente com as demonstrações contábeis tradicionais preconizadas por lei.

A respeito disso, Tinoco (2002, p. 58) faz o seguinte comentário:

A divulgação de informação na forma como é feita no Brasil não atende ao preceito básico de evidenciação da situação das organizações, registrando basicamente seus eventos operacionais, não captando a inserção das entidades na vida social, a forma como elas se relacionam com seus colaboradores, seus fornecedores, os usuários de serviços, o Governo, enfim, os parceiros de suas atividades, seus 'stakeholders'.

2.1.4 Relatórios contábeis tradicionais versus relatórios sociais

O objetivo da elaboração das demonstrações contábeis é representar formalmente, usando a metodologia da contabilidade, as atividades reais ou planejadas de uma organização em um dado período ou seu estado em um dado momento. Embora haja controvérsias na literatura norte-americana, a preferência parece ser por uma matriz de decisão de objetivos. Segundo Most (1977), este foi o ponto de vista adotado em um estudo do gênero, *O Relatório Corporativo*, publicado na Inglaterra em 1975. Ao invés de se colocarem em um extremo de um tipo de usuário das demonstrações contábeis, os autores deste relatório estavam preocupados com a contabilidade de entidades econômicas de todos os tipos, embora a ênfase estivesse no negócio. Esta contabilidade, além de se preocupar com investidores de capital, financiadores e fornecedores, preocupa-se também com empregados, analistas financeiros e consultores para investimentos, governo e público em geral. A contabilidade surge de um papel social da entidade e não apenas das exigências legais.

Most (1977, p. 119) afirma que:

'O Relatório Corporativo' rejeita a suposição de que as demonstrações contábeis com objetivos gerais possam satisfazer as necessidades de informação de todos os grupos usuários. Ele sugere que os empregados podem demandar tipos especiais de relatórios no nível de chão-de-fábrica, e propõe seis demonstrações adicionais.

- (i) Uma demonstração de valor adicionado para mostrar a riqueza produzida pela empresa e como ela foi distribuída.*
- (ii) Um relatório de empregos, tratando de eficiência, produtividade, políticas de RH, relações industriais, e outras questões de interesse dos trabalhadores.*
- (iii) Uma demonstração das trocas de dinheiro com o governo, visando mostrar o papel na empresa no funcionamento do setor público, não*

só através de impostos sobre seus lucros, mas também através da arrecadação e pagamento de impostos retidos e contribuições de previdência social, impostos sobre vendas e outros impostos. A declaração também apresentaria recebimentos do governo, como subvenções e subsídios.

(iv) Uma demonstração das transações em moedas estrangeiras, diferenciando entre transações correntes e de capital e mostrando empréstimos e pagamentos e dividendos recebidos e pagos no exterior.

(v) Uma demonstração das perspectivas, tentando prever os lucros, empregos e investimentos.

(vi) Uma demonstração dos objetivos corporativos.

Em resumo, o relatório chama a atenção para o conceito de 'contabilidade social', e tenta adiantar-se nesta direção. (nossa tradução)

De acordo com Gray et al. (1998), a contabilidade e o relatório social são um campo da prática em crescimento rápido e multiforme. Em sua forma mais simples, estão relacionados com a intercalação e comunicação de dados – financeiros, quantitativos e/ou qualitativos – sobre as interações da organização com a sociedade.

A espinha dorsal da contabilidade social é o reconhecimento explícito de que cada organização tem uma ampla gama de beneficiários – aqueles que são influenciados e/ou, por sua vez, influenciam a organização. Além dos acionistas e de outros participantes financeiros, os mais importantes beneficiários, entre outros, são os empregados, a comunidade local, clientes, fornecedores e o governo. Do ponto de vista da sociedade, cada um destes beneficiários tem direito a, entre outras coisas, informações sobre as atividades da organização – quer a organização escolha ou não reconhecer tais direitos. Do ponto de vista da organização, ela tem uma gama de beneficiários que precisa gerenciar e cujos interesses precisa equilibrar se quiser continuar sendo bem sucedida. Estes dois pontos de vista, como é previsível, levam a especificações diferentes – embora sobrepostas – sobre o que uma prestação de contas social deve conter. Por esta razão, se não por qualquer outra, a contabilidade social provavelmente continuará sendo uma prática em evolução e amplamente debatida em um futuro próximo.

Segundo Swift et al. (2001, p. 1, tradução nossa), à medida que as empresas se conscientizam da responsabilidade social que possuem, ficam também mais interessadas na divulgação de informações aos seus colaboradores. Os sistemas de contabilidade social identificam e medem o desempenho social.

2.2 Responsabilidade social

Durante muitos anos, segundo Délano (1980), acreditava-se que os índices financeiros eram suficientes para expressar a performance da empresa, não se achando necessário, inclusive considerando-se perigoso, transpor as barreiras no sentido de sair do seu mundo interior e invadir campos que corresponderiam a outras entidades. Os gestores atuais já perceberam este equivocado comportamento. A empresa não é um aglomerado de recursos, que produz ou transforma bens e os coloca no mercado. Ela é, acima de tudo, um poder. Um poder porque representa uma força sócio-econômica-financeira determinada, com seu potencial de gerar emprego, de expansão, que pode influenciar decisivamente, de forma positiva ou negativa, na qualidade de vida da cidade onde está estabelecida.

Há cidades que morrem quando uma indústria que ali estava instalada se muda ou vai à falência, em função de sua capacidade de contribuir positivamente para o bem-estar da comunidade, gerando empregos, poder aquisitivo, atraindo novos negócios etc.

Da mesma forma, há cidades que morrem quando uma empresa sem, ou pouca, responsabilidade social se estabelece em seu meio ou imediações. A contaminação ambiental, a poluição sonora, a transformação da condição ecológica, ou simplesmente o ambiente agressivo das suas relações internas ou públicas, são exemplos que se proliferam a cada dia no planeta.

Responsabilidade social é um tema que vem sendo amplamente discutido. A empresa como agente econômico tem como missão produzir bens (produtos e serviços) e conseqüentemente gerar riqueza. Além de agente econômico, é também um agente social (geração de bem-estar social). Ela é uma célula da sociedade e, como tal, tem o dever de prestar contas aos demais componentes.

O que se discute hoje é que a empresa não pode somente visar lucros. Em seu relacionamento com a sociedade existem obrigações implícitas, tais como a preservação do meio ambiente mediante uso adequado dos recursos naturais e investimentos em processos produtivos compatíveis com a conservação ambiental, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional visando à qualificação, a qualidade dos produtos e serviços que oferece ao mercado e

outras que não são exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável.

De acordo com Délano (1980, p. 2), as empresas norte-americanas ou europeias estão dando cada vez mais ênfase às variáveis sociais em seus modelos de gestão.

A empresa norte-americana ou europeia sabe que a sua justificativa diante do público já não está apenas no fato de produzir a um preço e qualidade adequados.

Tem também que provar diante da sociedade que tal produção não se obteve à custa da pureza do seu ar, ou da dignidade dos seus habitantes, ou da fertilidade dos seus vales, ou da tranqüilidade das suas ruas e praças.

Na atualidade, é crescente o número de consumidores, não só dos continentes citados por Délano, que ao adquirirem produtos ou serviços levam em consideração estas variáveis ambientais e não apenas os fatores preço e qualidade.

A prática da responsabilidade social revela-se internamente na construção de um ambiente de trabalho saudável e propício à realização profissional das pessoas. A empresa, com isso, aumenta sua capacidade de recrutar e manter talentos, fator chave para seu sucesso numa época em que criatividade e inteligência são recursos cada vez mais valiosos.

A empresa demonstra sua responsabilidade social ao comprometer-se com programas sociais voltados para o futuro da comunidade.

Neste sentido, Ribeiro & Lisboa (1999, p. 75) afirmam que:

Em termos ideais uma empresa somente poderia exercer suas atividades se o custo-benefício da sua existência fosse positivo. A empresa que agride o meio ambiente, conseqüentemente coloca em risco a continuidade da vida humana ou reduz a qualidade desta; aquela que não propicia condições adequadas de trabalho contribui para a degeneração psicológica e social dos trabalhadores; e aquelas que não adicionam valor à economia local fazem com que a aplicação de recursos governamentais não resulte nos benefícios esperados na região onde estão situadas.

Tinoco (2002, p. 70) assim se pronuncia:

A nosso juízo, a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais equitativa do que vem ocorrendo, a todos aqueles envolvidos na sua geração, propiciando aos que estão afastados de seus postos de trabalho e do mercado perspectivas de ingresso neste, especialmente nos países denominados de terceiro mundo, particularmente o Brasil.

De acordo com Carroll & Buchholtz (1999), durante as últimas três décadas, as atividades econômicas passaram pelo mais intenso processo de investigação que já haviam sofrido por parte do público, em consequência das muitas acusações que lhes eram feitas – acusação de falta de preocupação com o consumidor, de não ter noção de comportamento ético aceitável, e de ser indiferente aos problemas das minorias e do meio ambiente. Estas preocupações geraram um número sem precedentes de argumentos pela Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

O período dos anos 1950 (CARROLL & BUCHHOLTZ, 1999) aos dias atuais pode ser considerado a parte da era moderna na qual o conceito de RSC obteve considerável aceitação e ampliação de significado. Durante este período, a ênfase passou de pouco mais de uma consciência geral das preocupações sociais e morais para um período no qual questões específicas, tais como segurança do produto, honestidade da propaganda, direitos trabalhistas, proteção ambiental e comportamento ético, foram enfatizadas.

Segundo Carroll & Buchholtz (1999, p 37), “Em termos mais pragmáticos e administrativos, a empresa socialmente responsável deveria esforçar-se para: ter lucro; obedecer à lei; ser ética e boa cidadã corporativa” (nossa tradução).

Moir (2001, p. 3) questiona: como as empresas realmente definem RSC? O autor responde citando uma definição do Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), que assim se pronuncia:

O comportamento ético de uma empresa em relação à sociedade...a administração agindo de forma responsável em seus relacionamentos com outros colaboradores que têm interesse legítimo no negócio (...) A RSC é o comprometimento contínuo do negócio com o comportamento ético e com a contribuição para o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida dos empregados e de suas famílias, bem como a comunidade local e da sociedade como um todo. (nossa tradução)

Observa-se que esta definição de RSC não faz menção ao aspecto legal dos negócios - cumprimento das obrigações previstas em lei - bem como a necessidade de ir além daquilo que a legislação preconiza, para que a organização possa ser considerada socialmente responsável.

Nas palavras de Joseph McGuire *apud* Carroll & Buchholtz (1999, p. 32), “a idéia de responsabilidade social supõe que a corporação não tem apenas obrigações

econômicas e legais, mas também certas responsabilidades para com a sociedade que vão além destas obrigações” (nossa tradução).

Destaca-se que esta afirmação reconhece a prioridade dos objetivos econômicos lado a lado com as obrigações legais, ao mesmo tempo em que usa uma concepção mais ampla das responsabilidades da empresa.

Neste sentido, Glautier & Underdown (1986, p. 474) dizem:

A lei existe com o objetivo de incorporar e expressar aqueles julgamentos de valor pelos quais o comportamento é regulado. Em conformidade com muitos Atos Parlamentares e precedentes legais, a responsabilidade das empresas para questões que afetam os bens sociais é sempre imposta. Por exemplo, as empresas, por lei, são responsáveis por várias violações em relação a atos nocivos, como permitir o escape de substâncias perigosas, não promover medidas de segurança adequadas para seus empregados etc. (...) O conceito de responsabilidade social corporativa estende-se além da noção incorporada na lei atual. (nossa tradução)

Dentro do contexto da afirmação de Joseph McGuire retrocitada, embora focando exclusivamente um tipo de colaborador, Taylor (1980, p. 27) enfatiza que “estar conforme a lei e pensar que apenas assim demonstramos o nosso interesse pelos trabalhadores da empresa significa não ter claro o sentido da responsabilidade social”.

2.3 Balanço social

2.3.1 Definição

A seguir apresentam-se algumas definições de Balanço Social encontradas na literatura. Apesar da semelhança entre as definições em relação ao foco central, observa-se que cada autor, mesmo sem entrar em conflito, posiciona-se de maneira diferente - quer seja em termos de abrangência, quer seja em termos de finalidade.

Acredita-se que isto se deva à própria evolução do Balanço Social e da responsabilidade social da empresa.

De acordo com Iudícibus et al. (2000, p. 31), “o Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar

contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua”.

Para Tinoco (2001, p. 14), “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”.

Esse conceito apresenta o Balanço Social como instrumento de gestão e de informação econômica e social, o qual é mais amplo que os demais.

Segundo Sucupira (2001, p. 124), “Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”.

Destaca-se que o autor retrocitado faz menção a respeito da publicação anual do Balanço Social.

Freire & Rebouças (2001, p. 69) assim se pronunciam:

O balanço social pode ser considerado como uma demonstração técnico-gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente etc.).

A definição de Freire & Rebouças dá a idéia de que as informações contidas no Balanço Social estejam voltadas apenas aos interesses dos gestores.

Observa-se que os conceitos acima apresentados estão formulados dentro de uma visão bastante contemporânea do Balanço Social, haja vista trazerem em seu bojo, direta ou indiretamente, a idéia de responsabilidade social em termos econômicos e sociais, bem como a inclusão da preocupação com o meio ambiente.

Teixeira (1980, p. VI) diz que o Balanço Social é “um instrumento colocado nas mãos do empresário para que possa refletir, medir, sentir como vai a sua empresa, o seu empreendimento, no campo social”.

Esta definição, apesar de sua limitação, chama a atenção para a necessidade de dispor aos gestores um relatório que identifique as ações sociais da empresa, bem como os reflexos da atividade empresarial perante a sociedade.

Segundo Subiabre (1980, p. 64), “o Balanço Social consiste basicamente em reunir e sistematizar a informação da área social num documento público, onde se possa quantificar dados, mediante o elemento básico do Balanço Social, que são os indicadores sociais”

Observa-se que o autor supracitado faz referência quanto à quantificação de dados através dos indicadores sociais.

De acordo com Gonçalves (1980, p. 55), “pode-se entender o Balanço Social como um conjunto de informações quantificadas, por meio das quais a empresa poderá acompanhar ‘*de maneira objetiva*’ o desenvolvimento de suas atividades, no campo dos recursos humanos, bem como medir seu desempenho na implementação de programas de caráter social” (grifo original).

A exemplo de outros já citados anteriormente, o autor focou sua definição em termos de utilidade interna do Balanço Social e reportou-se aos “recursos humanos” e “programas de caráter social”. Como se pode verificar, não faz menção à responsabilidade social da empresa em termos econômicos, ou seja, o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização.

Taylor (1980, p. 31) observa:

Um conceito a levar em conta é que o Balanço Social não é sequer parecido com o Balanço Econômico-Financeiro da empresa. A economia e as finanças baseiam-se especialmente na matemática, ciência exata. A gestão social apóia-se nas ciências humanas. E o sentir e o pensar do homem não puderam ser resumidos universalmente em uma fórmula mágica.

2.3.2 Objetivo do balanço social

De acordo com Iudícibus et al. (2000, p. 31),

o Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Segundo Kroetz (2000, p. 79-80), o Balanço Social é uma demonstração que

tem como objetivo geral suprir as necessidades de apresentação de informações de natureza social e ecológica. Informações estas não contempladas no sistema tradicional de informação contábil. Especificamente tem como objetivo:

- a) *revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;*
- b) *evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;*
- c) *abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;*
- d) *apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;*
- e) *formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;*
- f) *ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;*
- g) *contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;*
- h) *medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca 'goodwill', na imagem do negócio;*
- i) *verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);*
- j) *servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;*
- k) *melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;*
- l) *clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.).*

Taylor (1980, p. 32) salienta que: “o Balanço Social não é, nem pode ser, um meio de dar publicidade ao fato de sermos muito bons no aspecto social. É um meio para verificar, realmente, como somos, objetiva e desapaixonadamente, por meio de uma avaliação asséptica dos resultados que vamos obtendo no campo social”.

O mesmo autor afirma que certas empresas européias utilizam o Balanço Social para demonstrar, aos acionistas e ao público em geral, que a empresa controla muito bem as suas relações com o pessoal e com a comunidade.

O principal objetivo do Balanço Social é “melhorar a nossa atuação social”, diz o autor (1980, p. 33).

Subiabre (1980, p. 60-61) afirma que:

Ainda que existam nos Estados Unidos da América do Norte, na Europa e na América Latina boa quantidade de empresas que estabeleceram, desde algum tempo, procedimentos de registro do social, e conseguiram formular algum tipo de Balanço Social, ainda estamos longe de ter conseguido certa uniformidade a respeito de quais sejam os objetivos e qual o alcance desse instrumento de medida. Também estamos longe de conseguir procedimentos melhores para recolher, classificar, expressar e avaliar os dados que demonstram o impacto social produzido ou recebido pela operação da empresa, tanto no que diz respeito ao seu interior como ao que está à sua volta.

2.3.3 Indicadores

De acordo com Tinoco (2001), é possível extrair uma vasta gama de indicadores, tanto de ordem quantitativa como de ordem qualitativa, do Balanço Social. Pode-se obter indicadores de ordem econômica e social como:

a) Indicadores de caráter econômico:

- valor adicionado por trabalhador;
- relação entre salários pagos ao empregado em relação ao valor adicionado;
- relação entre salários e as receitas brutas da empresa;
- contribuição do valor adicionado da empresa para o Produto Interno Bruto;
- produtividade social da empresa;
- carga tributária da empresa em relação a seu valor adicionado etc.

b) Indicadores de caráter social:

- evolução do emprego na empresa;
- promoção dos trabalhadores na escala salarial da empresa;
- relação entre a remuneração do pessoal em nível de gerência e os operários;
- participação e evolução do pessoal por sexo e instrução;
- classificação do pessoal por faixa etária;
- classificação do pessoal por antigüidade na empresa;

- nível de absenteísmo;
- benefícios sociais concedidos (saúde, moradia, educação);
- política de higiene e segurança no trabalho;
- política de proteção ao meio ambiente etc.

Além dos indicadores tradicionais básicos que vêm sendo utilizados para expressar as políticas sociais das entidades relacionadas ao quadro de pessoal, qualidade de vida da organização, e a responsabilidade social perante a comunidade externa, outros indicadores de natureza social que contribuem para a tomada de decisão dos usuários da informação, principalmente os internos, foram desenvolvidos com a idéia de anexá-los ao Balanço Social. Na verdade, são indicadores obtidos a partir de adaptações de índices tradicionais que exprimem informações de natureza social da atividade operacional da organização correlacionada com os aspectos humanos.

Tinoco (2001, p. 207-234) propôs uma série de indicadores chamados de “Indicadores de Gestão e Excelência de Pessoas do Balanço Social”, os quais são extraídos a partir do Sistema de Informação Contábil Gerencial. A série de relatórios destes indicadores permitirá um acompanhamento do desempenho das entidades, além de possibilitar a comparação entre o planejado e o efetivamente realizado. Permite, também, “comparações no decorrer de períodos, entre divisões, departamentos, áreas de responsabilidade, centros de resultados, ou entre entidades”. Destacam-se alguns deles:

- desempenho social: especifica a relação entre resultados obtidos do trabalho realizado por um homem, um grupo ou uma empresa, no tempo, inerentes ao trabalho;
- taxa de valor adicionado bruto: informa o valor adicionado bruto, gerado por uma empresa, um centro de resultado, num determinado período;
- taxa de variação do valor adicionado bruto: mede a taxa incremento/decremento do Valor Adicionado Bruto (VAB) de um período, em relação a outro, de igual periodicidade;
- lucro por empregado: mede o lucro médio por empregado em dado

período;

- média de salários por empregado: especifica o salário médio por funcionário. Considera o total de salários incorridos pela empresa no ano “X” dividido pelo número médio de funcionários no ano;
- encargos sociais incidentes sobre as remunerações: indica em porcentagem quanto os encargos sociais (voluntários e obrigatórios) representam do total da folha de pagamento com o pessoal;
- carga salarial: mede a participação das despesas com pessoal, em relação ao valor adicionado bruto, gerado por uma entidade, centro de resultado, em certo período;
- indicador de qualificação (estrutura do pessoal): explica a participação do pessoal, por nível de qualificação;
- indicador de antigüidade relativa: indica o tempo médio que os funcionários permanecem na empresa;
- taxa de imobilidade no emprego: indica quantos funcionários trabalham na empresa há mais de “X” anos, em relação ao total de funcionários;
- proporção dos cargos vagos preenchidos com candidatos internos: aponta o índice de aproveitamento de funcionários que trabalham na empresa, em relação a vagas existentes, no quadro de pessoal;
- investimento por empregado: representa o total de recursos, investidos no ativo permanente, para criar um único emprego na empresa nas mesmas condições dos demais empregos;
- número médio de promoções por funcionários: indica as promoções ocorridas na empresa no ano “X”;
- indicador de treinamento: representa os gastos com treinamento e formação do pessoal da organização, visando incrementar a produtividade;
- indicador de rotatividade na empresa: mede o grau de rotatividade de mão-de-obra, num determinado período, por centro de resultado;
- indicador de absenteísmo: mede a taxa de horas perdidas produtivas, por ausência ao trabalho.

Para Kroetz (2000), o Balanço Social, em nível externo, deve fornecer informações que reflitam a influência da entidade na sociedade e no meio ambiente.

Em nível interno, as informações devem exprimir os planos e atitudes que mais contribuem para a qualidade de vida da organização e para a promoção humana de seus empregados.

O Balanço Social poderá divulgar indicadores consubstanciados no planejamento estratégico, que revelam as tendências do futuro da entidade, agregando parte do relatório da administração a seu corpo de informações. Genericamente, o conjunto será formado por indicadores/índices/valores econômicos, sociais e ecológicos.

Apresentar os indicadores que compõem o Balanço Social torna-se difícil, pois cada entidade pode divulgar as informações que julgar convenientes, haja vista não existir regulamentação internacional em relação à demonstração do Balanço Social.

O autor retrocitado apresenta um conjunto de informações que são encontradas nos Balanços Sociais já publicados, divulgados a partir da década de 70 em diversos países, fazendo uma categorização do espaço temporal passado, presente e futuro e, ainda, subdividindo os indicadores em aspectos favoráveis e desfavoráveis resultantes da influência exercida pela entidade na sociedade (2000, p. 88), entre os quais citam-se os seguintes:

a) Influências favoráveis no espaço temporal passado/presente:

- relação da entidade com empregados;
- características do quadro funcional;
- investimentos em segurança interna e externa;
- contribuição a governos;
- doações e investimentos em programas sociais;
- investimentos no meio ambiente.

b) Influências desfavoráveis no espaço temporal passado/presente:

- relação com empregados – índices de doenças causadas pela atividade, programas de demissões etc.;

- prejuízos à comunidade – influência nos níveis de desemprego, atividades/produtos que causam danos à saúde da população etc.;
- prejuízos ao meio ambiente – danos ambientais causados pelas atividades/produtos.

c) Influências futuras (Planejamento Estratégico) favoráveis e desfavoráveis:

- relação com empregados – programas de educação e saúde, políticas salariais, novos programas de treinamento, políticas de demissão de pessoal etc.;
- novos programas e investimentos em segurança;
- novos programas e investimentos em higiene;
- novos programas de investimento na sociedade;
- novos programas de investimento no meio ambiente.

Subiabre (1980, p. 67) menciona a seguinte linha básica de indicadores utilizados no Balanço Social francês e no chileno:

a) Francês

- emprego e número de pessoal, admissões e demissões, absenteísmo etc.;
- remunerações e cargas acessórias;
- condições de higiene e de segurança – acidentes de trabalho, enfermidade etc.;
- condições de trabalho – duração da jornada, distribuição do tempo, organização do trabalho etc.;
- formação do pessoal – educação profissional, treinamento contínuo, férias para a formação, aprendizagem;
- relações profissionais – representantes do pessoal, delegados sindicais, informação, comunicação;
- outras condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, na medida em que estas condições dependam da empresa.

b) Chileno

- Indicadores gerais:

- segurança do emprego;
- relações humanas;
- capacitação;
- boa organização;
- participação;
- escalonamento e promoção;
- qualificação;
- boas condições de trabalho;
- despesas com saúde do pessoal;
- taxas de acidentes;
- rotação do pessoal;
- absenteísmo do pessoal.

- Indicadores específicos:

- calendário de pagamentos e pontualidade;
- empréstimos de emergência;
- abonos – escolaridade, natalidade, matrimônio, férias;
- direito à opinião;
- sistema de antecipações;
- fundo de ajuda mútua;
- cooperativa;
- decisões sociais;
- concursos culturais;
- prêmio ao melhor companheiro;
- informativo mensal;
- festa do pessoal.

Em pesquisa desenvolvida por Junqueira (2002), o autor adaptou índices tradicionais ao que considerou adequado para refletir informações ambientais, no

sentido de fornecer subsídios ao gestor na tomada de decisão. Assim, a partir das informações fornecidas pela contabilidade, poderão ser obtidos os seguintes (principais) indicadores de desempenho ambiental:

- índice de custo x benefício (ICB) – indica qual a opção mais vantajosa em termos de decisão de investimentos;
- imobilização ambiental do passivo (IAP) – determina qual o percentual dos recursos à disposição da organização foi investido em equipamentos de proteção ambiental;
- endividamento com passivos ambientais punitivos (EPAP) – indica qual o percentual de passivos ambientais em relação ao passivo total;
- custo com embalagem por unidade (CEU) – informa o custo com embalagem por unidade produzida, descontada a economia proveniente da reciclagem de embalagens;
- custo com energia por unidade (CENU) – determina qual o custo com energia por unidade produzida;
- custo ambiental de produção por unidade (CAPU);
- custo de treinamento ambiental (CTA) – indica a relação custos com treinamento ambiental/custos totais de produção;
- índice do retorno ambiental (IRA) – relação custo ambiental/economias ambientais;
- retorno do investimento ambiental (RIA);
- retorno sobre o ativo ambiental (RAA) – este índice objetiva medir a eficiência dos gestores nas decisões de investimentos em ativos ambientais e sua relação com os lucros obtidos.

2.3.4 Aspectos gerais do balanço social

Segundo Gray et al. (1998), as empresas inglesas – especialmente as maiores – já produzem volumes significativos de dados sociais em seus relatórios anuais.

Atualmente, espera-se que as empresas divulguem, por exemplo, informações sobre:

- número e pagamento dos empregados;
- programas de consultas aos empregados;
- programas de pensão e esquemas de distribuição de lucro;
- doações para caridade e política;
- envolvimento dos diretores, remuneração e opções.

A estas, a maioria das grandes empresas adicionam – com graus variáveis de detalhamento e perfeição – informações sobre: saúde e segurança no trabalho; oportunidades iguais; envolvimento com a comunidade, com as artes e com a educação; e, é claro, meio ambiente.

Todos estes dados podem ser tidos como uma forma de relatório social. Para muitas empresas estas informações são enfatizadas por relatórios especiais, relatórios adicionais para empregados e para a comunidade, e outras formas de divulgação social. Assim, atualmente, o relatório social já é uma prática comum – embora variável e espalhada no relatório anual e em outros documentos. Na verdade, se as organizações tivessem que intercalar todas estas informações – o que tem sido chamado de *'prestação de contas social silenciosa'* – elas teriam dados que poderiam formar a espinha dorsal de um relatório social razoavelmente substancial, que poderia ser, assim, identificado separadamente dentro do relatório anual.

De acordo com Gray et al. (1998), existem algumas legislações, órgãos comerciais e industriais que, em determinados intervalos de tempo, produzem códigos e orientações sobre aspectos do relatório social. Alguns dos mais relevantes foram aqueles sobre o relatório para os empregados, o desenvolvimento da Demonstração do Valor Adicionado e a divulgação de informações sobre emprego na África do Sul.

2.3.5 Legislação

Diversas entidades estão empenhadas no processo de conscientização da responsabilidade social das empresas perante a sociedade e muito se discute a respeito da obrigatoriedade da elaboração e divulgação do Balanço Social pelas organizações públicas e privadas.

No Brasil, atualmente tramitam Projetos de Lei (PL) nas esferas governamentais federal, estadual e municipal, para tornar obrigatório ou com o intuito de incentivar as empresas a elaborarem e divulgarem o Balanço Social. Alguns projetos já foram transformados em leis e estão em pleno vigor.

A seguir apresentam-se estes projetos e leis e suas finalidades, cuja íntegra encontra-se anexa a este trabalho.

a) Esfera federal

- Projeto de Lei (PL) nº 3.741/00, proposto pela CVM – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76.

Em trâmite no Congresso Nacional, um dos objetivos do projeto de lei em pauta é adequar a parte contábil da lei de forma a atender à necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis.

Entre as alterações previstas neste projeto, destacam-se aquelas que se inserem no conceito de Balanço Social, a saber:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, abaixo enunciados, passam a vigorar com a seguinte redação:

...Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria da companhia fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações contábeis, que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial e financeira e as mutações ocorridas no exercício:

(...) V - demonstração do valor adicionado.

(...) § 4º As demonstrações contábeis serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações adicionais necessárias para o detalhamento do seu conteúdo e esclarecimento da situação patrimonial e financeira e dos resultados do exercício, incluindo informações de natureza social, de produtividade e sobre os segmentos dos negócios...

(...) Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos (...) e V do art. 176 indicarão, no mínimo:

(...) II – a demonstração do valor adicionado – os componentes geradores do valor adicionado a sua distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela retida para reinvestimento.

(...) Art. 2º - As disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis, inclusive demonstrações consolidadas, e a obrigatoriedade de auditoria independente, previstas na lei das sociedades por ações, relativamente às companhias abertas, aplicam-se também às sociedades de grande porte, mesmo quando não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

§ 1º Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a

sociedade ou conjunto de sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum que possuírem, no exercício social anterior, ativo acima de R\$ 120.000.000,00 (Cento e vinte milhões de reais) ou receita bruta anual acima de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)'. (BRASIL, Projeto de Lei nº 3.741, de 2000, p. 1-2, 8, 13).

Como se pode observar, o Projeto de Lei em evidência inclui, entre as demonstrações contábeis obrigatórias, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, e a obrigatoriedade de informações de natureza social, de produtividade e sobre os segmentos dos negócios, como complemento das demonstrações contábeis.

- Projeto de Lei (PL) nº 3.116/97

As deputadas Marta Suplicy (PT/SP), Maria da Conceição Tavares (PT/RJ) e Sandra Starling (PT/MG), que terminaram seus mandatos em 31 de janeiro de 1998, apresentaram o PL 3.116/97, que criava e tornava obrigatório o Balanço Social para as empresas privadas que tivessem cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração e para as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independente do número de empregados. Sendo que o referido projeto foi arquivado em 01/02/1998 (IBASE, 2002, Legislação, p. 1).

- Projeto de Lei (PL) nº 0032/99

Tramita atualmente, na Câmara dos Deputados, o PL 032/99, de autoria do deputado Paulo Rocha (PT/PA). Foi apresentado no dia 03/02/99. Este PL é a reapresentação do PL das deputadas anteriormente mencionadas. Atualmente o projeto está na Comissão do Trabalho, Administração e Serviços Públicos (onde foi apresentado no dia 21/06/99) (BRASIL, Projeto de Lei nº 0032, de 1999, p. 1-6).

Analisando o presente PL, verifica-se que é bastante abrangente e se insere nas perspectivas do modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase, pois contempla aspectos do Balanço de Recursos Humanos, Balanço Ambiental e Contribuições para Entidades Assistenciais e sociedade como um todo. O referido projeto, a exemplo do modelo de Balanço Social do Ibase, não contempla a DVA (BRASIL, Projeto de Lei

nº 0032, de 1999).

Uma crítica imediata a ser feita em relação ao projeto é que ele não prescreve a publicação do Balanço Social com dados de pelo menos dois exercícios, prática esta que possibilitaria aos usuários acompanhar a evolução e fazer comparação dos atos praticados pela empresa entre dois ou mais períodos.

b) Esfera estadual

- Rio Grande do Sul – Lei nº 11.440, de 18/01/2000, de autoria do deputado estadual César Buzatto, com participação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

Esta Lei cria o Balanço Social para as empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul e institui o Certificado Responsabilidade Social – RS.

Conteúdo parcial da Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Certificado Responsabilidade Social – RS – a ser conferido, anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, às empresas e demais entidades com sede no Rio Grande do Sul que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Para fins do disposto no “caput” as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta Lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.... (RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000, p. 1-2)

Apesar de terem objetivos distintos, o PL 0032/99 e a Lei 11.440/00 são bastante semelhantes quanto aos dados que o Balanço Social deve contemplar. Destaca-se que a Lei 11.440/00 acrescenta alguns itens, a saber: artigo 2º, parágrafo 1º - o Balanço Social deverá ser assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade; parágrafo 2º - os dados financeiros constantes do Balanço Social

deverão ser extraídos das demonstrações contábeis; artigo 4º, inciso XIII – Políticas adotadas visando diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais. No mais, cabem aqui as mesmas considerações feitas em relação ao PL 0032/99.

c) Esfera municipal

- São Paulo/SP – Resolução nº 005/98, de autoria da Vereadora Aldaiza Sposati.

A resolução em evidência criou o “Selo Empresa Cidadã”, outorgado, a cada dois anos, às empresas que apresentarem elevados padrões de qualidade em seus Balanços Sociais.

Segundo lista publicada pelo Ibase, 35 entidades foram premiadas com o “Selo Empresa Cidadã” no ano de 2001.

- Santo André/SP – Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, de autoria do Vereador Carlinhos Augusto.

Esta Lei cria o Selo Empresa-Cidadã às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social.

Conteúdo parcial da Lei:

CAPÍTULO I – DA CRIAÇÃO DO SELO EMPRESA-CIDADÃ

Artigo 1 - Fica criado o “Selo Empresa-Cidadã de Santo André” a ser concedido às empresas privadas e públicas, bem como aos órgãos públicos municipais da Administração direta e indireta, que apresentarem qualidade de vida e de trabalho, em seu Balanço Social, nos termos da presente lei. (SANTO ANDRÉ, Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, p. 1-4)

Importante se faz observar que o artigo 12, inciso III, desta Lei, prescreve que o Balanço Social deverá ser composto, entre outros itens, de relatório financeiro contendo dados do exercício anterior.

- Porto Alegre/RS – Lei nº 8.118/98, de autoria do Vereador Hélio Corbelini.

Cria o Balanço Social das empresas estabelecidas no âmbito do município de Porto Alegre.

Composição parcial da Lei:

Art. 1º - O Balanço Social é um instrumento que afere os resultados dos fatos sociais realizados pelas empresas de pequeno, médio e grande porte, tanto no que diz respeito aos benefícios para seus empregados, quanto à comunidade a que estão vinculadas, no âmbito do município de Porto Alegre. (PORTO ALEGRE, Lei nº 8.118, de 5 de janeiro de 1998, p. 1-2)

- João Pessoa/PB - Projeto de Resolução nº 004/98, de autoria do Vereador Júlio Rafael.

Institui o “Selo Herbert de Souza” às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social (IBASE, 2002, Legislação, p. 2).

- Uberlândia/MG – Decreto Legislativo nº 118, de 11/11/99.

Este Decreto, que instituiu o “Selo Empresa Cidadã” e o título “Desempenho Comunitário Empresarial”, originou-se da proposta da Vereadora Fátima Paiva.

Conteúdo parcial do Decreto:

Art. 1º - Fica instituído o título de "Desempenho Comunitário e Empresarial" aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que atuam no Município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, e se destacarem na promoção e execução de projetos e programas, cuja finalidade seja promover ações sociais nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura e participação comunitária. (...) (UBERLÂNDIA, Decreto Legislativo nº 118, de 11 de novembro de 1999, p. 1-3)

Como se pode verificar, o Decreto em questão não institui o Balanço Social. Entretanto, é de grande relevância, haja vista ter por objetivo premiar as empresas

que desenvolvam projetos voltados à sociedade dentro das perspectivas do Balanço Social.

Destaca-se a supremacia das iniciativas municipais em relação às estaduais, no sentido de incentivar as entidades a elaborarem o Balanço Social. Os municípios retromencionados buscam de forma bastante criativa, através de leis, decretos, resoluções etc., fazer com que as diferentes organizações envolvam-se com as causas sociais e assumam a responsabilidade social que lhes é cabida perante a sociedade.

2.3.6 Aspectos ambientais

a) Objetivo do balanço ambiental

Segundo Iudícibus et al. (2000, p. 31), “o Balanço Ambiental reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e recuperação destes; os investimentos em equipamentos e tecnologias voltados à área ambiental e os passivos ambientais”.

b) Aspectos gerais

Os homens interagem com o resto de seu meio ambiente de inúmeras maneiras. O ar que respiramos, a água que bebemos e a comida que ingerimos, todos têm origem na natureza e, no fim, todos retornam para a natureza. Na verdade, os materiais da natureza, quer em estado líquido, sólido ou gasoso, fornecem a base de todo produto ou serviço humano. Em realidade, toda atividade humana tem seu começo e final no meio ambiente, o que é um argumento bastante forte para a inclusão da natureza como um fato a ser levado em conta em decisões e ações organizacionais humanas.

Como grandes consumidores de energia e material do mundo, e como grandes geradores de lixo e de ecossistemas degradados, as atividades econômicas definitivamente afetam o meio ambiente. Portanto, os negócios que preconizam a prática de um bom gerenciamento de seus colaboradores precisam desempenhar um papel de ponta na descoberta e implementação de soluções para os problemas de

nosso meio ambiente.

Segundo Carrol & Buchholtz (1999), embora os processos de produção e operação sejam os contribuintes mais visíveis na poluição do ar, água e solo, virtualmente todos os departamentos de uma organização têm algum papel na degradação do meio ambiente. Laboratórios de pesquisa e departamentos de engenharia, por exemplo, poderiam estar produzindo suas próprias quantidades não desprezíveis de contaminantes ambientais e, muito freqüentemente, enviando aos departamentos de produção, projetos de produtos que são tóxicos e não recicláveis. Os departamentos financeiros usando dados inadequados do departamento de contabilidade poderiam estar recomendando decisões baseadas em critérios de curto prazo que não incorporam os custos totais para o meio ambiente de projetos potencialmente prejudiciais. Os departamentos de recursos humanos poderiam estar negligenciando a incorporação das preocupações ambientais em seus processos de recrutamento e seleção, promovendo indivíduos na organização que não compartilham os valores ambientais da empresa e assim por diante.

Os problemas globais do meio ambiente são sérios e estão piorando com o passar do tempo. A ONU *apud* Carrol & Buchholtz (1999) identificou como principais problemas ambientais globais:

- diminuição da camada de ozônio;
- aquecimento global;
- resíduos sólidos e tóxicos;
- degradação dos ambientes marinhos;
- qualidade e quantidade de água potável;
- desmatamento;
- degradação do solo; e
- risco da diversidade biológica.

Neste sentido, Ribeiro (1998, p. 35) faz a seguinte reflexão:

Ao captar, do meio ambiente, recursos naturais renováveis ou não, a empresa está se utilizando do patrimônio da humanidade. Tais recursos, quando não consumidos totalmente e devolvidos de forma deteriorada,

afetam negativamente o patrimônio natural, via redução do volume de água potável, do nível de qualidade do ar, da diminuição da área de terras habitáveis ou cultiváveis, restringindo, portanto, as condições de vida das gerações futuras, e até mesmo da presente. E, quando consumidos total e indiscriminadamente, provocam sua extinção.

As empresas estão sendo cada vez mais pressionadas, por diversos segmentos, para melhorar e aperfeiçoar seus processos produtivos, no sentido de reduzir as agressões ao meio ambiente, complementa a autora.

c) Aspectos do balanço ambiental na Europa

De acordo com Gray et al. (1998), ao mesmo tempo em que houve um crescimento constante por parte das empresas em menções sobre as questões ambientais em seus relatórios anuais nos anos 1980, foi somente após a publicação do primeiro Relatório Ambiental do Reino Unido feito pela ‘Norsk Hydro’ em 1990 que o aludido documento virou manchete. Desde então se tornou uma parte aceita no cenário dos relatórios comerciais.

Segundo os referidos autores, o relatório ambiental no Reino Unido ainda é uma publicação voluntária. Isto está em total contraste com o que ocorre na Dinamarca e na Holanda, países que aprovaram legislação, em 1996, tornando a divulgação ambiental nos Relatórios Anuais obrigatória para grandes empresas. No lugar de uma legislação sobre relatórios ambientais, têm ocorrido várias tentativas de estimular as organizações a assumirem o relatório ambiental voluntariamente, especialmente no Reino Unido. As vantagens para a empresa podem ser consideráveis e incluem a manutenção de empregados bem informados, a mudança da ênfase sobre a administração ambiental, a motivação da manifestação de valores pessoais na organização, a comunicação e o diálogo com os investidores, monitoramento anual de progresso, e assim por diante. O único aspecto negativo vem de relatórios confusos ou enganosos, quando a crítica externa costuma atacar.

Segundo os referidos autores, as primeiras orientações sobre relatórios ambientais foram emitidas pelas Nações Unidas, com a intenção de estimular os governos a incorporarem tais orientações em suas leis nacionais. Elas pretendem

encorajar as entidades a divulgar:

- informações sobre a organização e suas interações ambientais;
- política ambiental e decisões tomadas na implementação de tal política;
- metas ambientais em assuntos como emissão de gases, uso e desperdício de recursos, mais os dados sobre o avanço na conquista de tais metas;
- planos para o futuro; e
- análise do relacionamento entre o desenvolvimento financeiro e ambiental da entidade.

Além disso, as orientações têm começado a abordar questões como o risco ambiental, comunicação com os investidores, educação do mercado financeiro sobre as questões ambientais e as necessidades de sustentabilidade em longo prazo.

Embora as orientações tenham influenciado a evolução dos relatórios ambientais, poucas empresas as cumprem de forma detalhada.

Segundo Gray (2000), a maioria das empresas, mesmo aquelas que elaboram o relatório ambiental, defendem que a preparação desta demonstração deve ser de livre iniciativa das organizações e não uma exigência legal. Os argumentos usados são de que tal formalidade desestimularia a pesquisa e transformaria o relatório em denominador comum, ou seja, as empresas tenderiam apenas a cumprir as formalidades previstas em lei, deixando de desenvolver métodos inovadores de divulgação.

d) Evidenciação dos custos e projetos ambientais

Dentro do conceito de responsabilidade social, a contabilidade deve divulgar aos usuários todas as informações a respeito das atividades da empresa relacionadas com o meio ambiente.

Neste sentido, Ribeiro & Martins (1998, p. 4-5) lembram que:

As empresas que já possuem sistema de gestão ambiental tiveram um gasto significativo com a sua implantação, assim já identificaram, física ou

monetariamente, significativa redução de perdas de recursos materiais ou financeiros. Muitas delas reduziram seus patamares de emissões e poluentes aos permitidos pela legislação ambiental. Inúmeras conseguiram linhas de financiamentos especiais para adequar seu processo operacional ao ambientalmente aceitável. Enfim, diversas são as atitudes tomadas pelas empresas em prol do meio ambiente e que poderiam ser divulgadas ao grande público com o intuito de estimular outras companhias a tomar decisões idênticas, bem como para demonstrar a responsabilidade e o comprometimento da empresa com a qualidade ambiental, divulgando, com isso, sua imagem e a de seus produtos.

Martins & Ribeiro (1995, p. 14) fazem a seguinte observação:

...A evidenciação dos desembolsos relacionados ao meio ambiente é de relevante importância para atender as necessidades atuais, ou seja, a informação como instrumento de combate à crescente evolução dos níveis de poluição e seus efeitos nocivos. Os investidores estarão interessados na capacidade que tem a empresa de arcar com as eventuais contingências, assim como a possibilidade de estas ocorrerem e o montante despendido no controle ambiental. Importante, também, como instrumentos para comparabilidade com outras empresas.

Considerando-se que o Balanço Social é uma demonstração contábil que, além de outras informações, objetiva evidenciar a relação da empresa com o meio ambiente - conforme conceitos apresentados – entende-se que os gastos ambientais, bem como os projetos realizados ou em desenvolvimento relacionados às causas ambientais, os efeitos (negativos ou positivos) resultantes de iniciativas e das atividades da empresa etc., devem ser relatados em relatório separado das demonstrações contábeis tradicionais. Este relatório é um dos componentes do Balanço Social e deve ser complementado por notas explicativas pertinentes. Julga-se que este procedimento facilitará a interpretação do leitor. É evidente que algumas das informações inevitavelmente aparecerão tanto no Balanço Ambiental como nas demonstrações tradicionais.

2.3.7 Aspectos de recursos humanos

a) Objetivo do balanço de recursos humanos

De acordo com Iudícibus et al. (2000, p. 31), “o Balanço de Recursos Humanos visa evidenciar o perfil da força de trabalho: idade, sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho na empresa etc.; remuneração e benefícios

concedidos: salário, auxílio alimentação, educação, saúde, transporte etc.; gastos com treinamento dos funcionários”.

b) Aspectos gerais

Segundo Taylor (1980, p. 13), “não é possível conceber uma empresa sem homens, nem mesmo nesta época de vertiginosos progressos no campo da cibernética e o conseqüente progresso tecnológico”.

A mente humana, mais lenta e com menor capacidade de armazenar dados que um computador, tem a virtude de improvisar, de elaborar ações inéditas diante de situações imprevistas.

A máquina, por mais sofisticada e perfeita que seja, será sempre invenção do homem. Sempre estará, por uma razão ou outra, subordinada ao homem.

Portanto, o homem é o elemento indispensável sem o qual não pode existir uma empresa. Assim, ele não pode ser considerado como um elemento a mais na produção. Devem existir, dentro da empresa, planos sociais que valorizem o trabalhador como ser humano.

Por muito tempo, a tendência geral foi a de ignorar a importância do homem como pessoa, e considerá-lo cada vez mais como uma simples engrenagem do processo produtivo. A era da técnica e da eficiência se apoiou nesse conceito. Analisou-se, por exemplo, o lugar de trabalho e a disposição dos equipamentos e materiais, não no sentido de beneficiar o homem em termos de comodidade, mas para poupar tempo e aumentar a produção.

Nos dias atuais, já se realizam, nas empresas, atividades destinadas ao bem-estar do pessoal, que podem ser incluídas no conceito de gestão social. Algumas impostas por lei ou regulamentos governamentais, outras assumidas pela própria iniciativa empresarial.

Posada (1980, p. 8) faz a seguinte reflexão:

‘O corpo humano foi sabiamente feito’ e deve, portanto, ser respeitado. Disto se deduz que na empresa deve haver uma política de Filosofia de trabalho. Alguns dos programas que implementam esta política são:

- a) Segurança industrial;*
- b) Higiene do local de trabalho: iluminação, ruído, cheiro etc.;*

- c) *Organização de seqüência do trabalho, a fim de evitar movimentos inúteis, cargas excessivas etc.:*
- d) *Enriquecimento do trabalho;*
- e) *Horários variáveis.*

Segundo o referido autor, uma política sincera direcionada às relações humanas convida a muitos programas; uns impedem que se fira a alma e outros contribuem para tornar o trabalho mais agradável. Por exemplo:

- programas de seleção de pessoal - não se deve ferir nem o que não é aceito, nem o que é aceito;
- programas de indução – como se deve introduzir no trabalho o novo colaborador;
- programas que possibilitem o conhecimento das regras – sobre salários; hierarquia, comportamento;
- programas que representem uma orientação clara em termos de transferências, promoções, prêmios, estímulos etc.;
- programas que visem melhorar as relações entre as pessoas;
- programas para tornar o local de trabalho agradável.

Outros importantes programas e políticas voltados ao trabalhador em uma empresa moderna são:

- capacitação profissional – cursos internos e externos visando melhorar o aprendizado e o conseqüente crescimento profissional;
- participação - conjunto de medidas que permitem que, dos problemas e oportunidades que a empresa gera, a cada um chegue o que lhe corresponda.

Neste sentido, Ribeiro & Lisboa (1999, p. 12; 13) afirmam que:

Por muito tempo, ter um emprego, ter quem empregasse era por si só um grande benefício. A escassez de empregos induzia as pessoas a sacrifícios exagerados para a manutenção dos mesmos. Os cargos disponíveis eram largamente disputados em troca de uma remuneração irrisória, sem qualquer condição de segurança ou de saúde ocupacional, muitas vezes

obrigando crianças ao trabalho para a complementação da renda familiar mínima. Sabe-se que esta não é uma situação totalmente extinta, porém quantitativamente houve grandes avanços.

De acordo com Tinoco (2001, p. 44), “para vários pesquisadores do campo social, num sentido bem amplo de medida, a empresa é o seu pessoal. Elaborar um Balanço Social representa para esses estudiosos estabelecer e explicitar as relações existentes entre o pessoal e a entidade para a qual trabalham”.

c) Indicadores

Segundo Tinoco (2001), informações a respeito do emprego (número total de empregados no início e no fim de cada exercício; pessoas ocupadas segundo a categoria profissional e sexo; pessoas ocupadas de acordo com a idade etc.); remuneração e outros benefícios; formação profissional e desenvolvimento contínuo do pessoal; condições de higiene e de segurança do trabalho; absenteísmo, são alguns dos indicadores do Balanço de Recursos Humanos e sua divulgação permite, entre outras coisas, acompanhar a evolução e fazer análises, comparações e predições, tanto no âmbito organizacional interno como externo. Para tanto, a divulgação de tais indicadores deve levar em conta o exercício contábil do ano em pauta, bem como de pelos menos dois exercícios anteriores.

2.3.8 Demonstração do valor adicionado - DVA

a) Definição

Segundo De Luca (1998, p. 28), “a Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”.

De acordo com Santos (1999, p. 98):

“A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais

competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade. (grifo nosso)

Destaca-se aqui o entendimento do autor, a exemplo de Tinoco (1984), Iudicibus et al. (2000) e outros, no sentido de que a Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante do Balanço Social (muito embora sozinha represente uma demonstração) e não uma demonstração isolada como muitas empresas divulgam.

b) Objetivo

De Luca (1998, p. 32) enfatiza que: “estritamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização.”

Iudicibus et al. (2000, p. 29) afirma que: “a DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição”.

Tinoco (2001, p. 68) faz a seguinte observação:

A elaboração da DVA não tem o objetivo de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício, cuja função principal é informar como se forma o resultado líquido de determinado período. Na DVA, o objetivo principal é fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações, ou seja, os “stakeholders”. Um aspecto importante no cálculo do valor adicionado é a base de mensuração, produção ou vendas.

A DVA não contradiz a tradicional demonstração do resultado do exercício, ou seja, os dados que a compõem também fazem parte desta. A principal diferença está na sua forma de evidenciação e finalidades.

Trata-se de uma visão diferente em termos de demonstrações contábeis. A demonstração do resultado do exercício está mais voltada a determinado tipo de usuário (proprietário, sócio ou acionista) que quer conhecer o resultado líquido da empresa em determinado período. A demonstração do resultado do exercício avalia a parte da riqueza criada pela empresa que se destina ao proprietário (detentor de cotas

ou ações); é o enfoque do proprietário. E, para ele, os salários, impostos etc. são encarados como despesas, pois na realidade representam reduções do seu lucro, ou seja, de sua parte da riqueza criada. A demonstração do valor adicionado vem evidenciar, além do lucro dos investidores, a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa.

Neste sentido, Santos (1999, p. 99-100) esclarece:

Na demonstração de resultados o enfoque está dirigido para a linha do lucro e dessa forma seu interesse é muito maior para os proprietários, sócios ou acionistas. Os demais componentes da demonstração de resultados são apresentados de acordo com sua natureza e não com seus beneficiários. Por exemplo, na demonstração de resultados, as remunerações pagas aos empregados podem ser apresentadas como componentes do custo e/ou das despesas operacionais; os diversos impostos e taxas incidentes sobre as vendas, resultado, operações financeiras, (sic) etc. podem ser apresentados em linhas totalmente diversas na demonstração de resultados, e em alguns casos, como a contribuição social ao INSS, até junto com outros componentes que nada tem a ver com impostos ou contribuições; as despesas com aluguéis, da mesma forma que as remunerações pagas aos empregados, poderão compor o custo dos produtos vendidos e/ou as despesas operacionais. Já para a demonstração do valor adicionado, a distribuição da riqueza gerada pela empresa obedecerá o critério do beneficiário da renda. Assim, a distribuição será apresentada entre os detentores de capitais, acionistas e financiadores externos, os trabalhadores, destacando-se os salários e encargos e, finalmente, a parte relativa aos impostos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

c) Indicadores

Segundo De Luca (1998), através da demonstração do valor adicionado, os usuários da informação contábil podem obter importantes informações não disponibilizadas nos relatórios contábeis tradicionais acerca da atividade empresarial, tais como:

- valor adicionado da atividade produtiva – diferença entre a receita de vendas (ou produção) e os materiais e serviços adquiridos de terceiros (consumo intermediário);
- valor adicionado total dos negócios – soma do valor adicionado da atividade produtiva e dos ganhos obtidos pelas aplicações de recursos que geraram riqueza em outras empresas ou atividades;

- parcela do valor adicionado distribuída aos empregados – remuneração pela força de trabalho;
- parcela do valor adicionado distribuída aos financiadores – remuneração pelos recursos emprestados;
- parcela do valor adicionado distribuída ao governo (federal, estadual e municipal) – remuneração pela estrutura social, política e econômica que gera condições de operações no meio ambiente;
- parcela do valor adicionado distribuída aos acionistas – remuneração pelo capital investido na empresa.

Com base no trabalho desenvolvido por Santos (1999), entende-se que importantes informações (indicadores) sobre os setores econômicos, relacionadas ao ramo de atividade e tipo de sociedade, podem ser obtidas a partir da DVA, entre elas destacam-se:

- valor adicionado (VA) por empregado – por setor econômico;
- distribuição do VA – pessoal e encargos – por setor;
- distribuição do VA – impostos, taxas e contribuições – por setor;
- distribuição do VA – juros e aluguéis – por setor;
- distribuição do VA – juros s/capital próprio e dividendos – por setor;
- distribuição do VA – lucros retidos/prejuízo do exercício – por setor;
- relação valor adicionado/faturamento – por setor;
- relação valor adicionado/ativo total – por setor;
- remuneração do capital/financiamento do ativo total – por setor;
- relação aquisição de imobilizado/valor adicionado e depreciações – por setor;
- valor adicionado – por ramo de atividade e setor econômico;
- participação da carga tributária no VA – por ramos de atividade, tipo de sociedade e setor.

Segundo Tinoco (2001), outros indicadores de desempenho da atividade econômica relacionados ao VA total da empresa, PIB nacional, orçamentos dos

governos e balanço de pagamento do país, de interesse dos usuários internos e externos, podem ser extraídos a partir da DVA, tais como:

- valor adicionado regional, por filial (controladas) – demonstra a contribuição de cada região, filial ou controlada, para o VA total da empresa;
- produto interno bruto – PIB – contribuição da entidade para o PIB nacional;
- orçamentos dos governos (federal, estadual e municipal) – contribuição dos impostos diretos e indiretos proporcionados pela empresa ao orçamento fiscal;
- balanço de pagamento do país – contribuição da organização para o balanço de pagamentos.

2.3.9 Aspectos dos benefícios e contribuições à sociedade em geral

a) Objetivo

Esta demonstração reflete o grau de responsabilidade social e o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários nas diferentes áreas. De acordo com Iudícibus et al. (2000, p. 32), tem por objetivo a “evidenciação do que a empresa faz em termos de benefícios sociais como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados etc.”.

b) Aspectos gerais

Segundo Carrol et al. (1999, p. 31):

À medida em que os líderes começaram a perceber que o governo tinha o poder para intervir na economia e, na verdade, estava sendo encorajado a fazê-lo pela opinião pública, houve uma necessidade de uma ideologia que promovesse as grandes corporações como uma força para o bem social. Assim, diz Mitchell, os líderes empresariais tentaram persuadir aqueles

afetados pelo poder empresarial de que tal poder estava sendo utilizado de forma inadequada. A filantropia, portanto, tornou-se o meio mais eficiente de usar a riqueza corporativa para o benefício público. (tradução e grifo nosso)

Cappellin et al. (2001) citam exemplos de programas voluntários desenvolvidos (no Brasil) por organizações empresariais voltados ao bem-estar da comunidade. Destacam-se a seguir algumas destas entidades e as respectivas ações.

- Sindicato Patronal da Construção Civil do Rio de Janeiro – curso para desempregados “Alfabetizar é Construir”.
- Câmara de Comércio Americana (Rio de Janeiro e São Paulo) – programa de qualidade no ensino. A Câmara de São Paulo premia, Prêmio ECO, e divulga nacionalmente as empresas que se destacam em atividades sociais.
- Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq) de São Paulo – projetos voltados à criança: Campanha de Vacinação e da Luta contra a Desidratação; Projeto de Guarda, voltado à guarda de crianças em famílias substitutas.
- Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) – programa “Pescar”, de educação profissional para jovens em situação de risco.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) Contribuições para o “Movimento Viva Rio” contra a violência.

A exemplo destas organizações mencionadas por Cappelin, destacam-se algumas entidades que mantêm programas voluntários voltados à comunidade catarinense, quais sejam:

- Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRCSC) – Campanha periódica de doação de sangue por seus filiados;
- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – Cursos operacionais de nível básico com o objetivo de oferecer qualificação básica ao trabalhador;

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Santa Catarina (SENAI/SC) – Cursos de informática para a terceira idade;
- Serviço Social da Indústria/Santa Catarina (SESI/SC) – Projeto “Ginástica na empresa”.

3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

3.1 Aspectos do Estado e da Indústria de Santa Catarina

a) O Estado de Santa Catarina

O estado de Santa Catarina, localizado na região sul do Brasil, segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, possuía, no ano de 2000, o décimo maior contingente populacional do país (5.369.177 habitantes). Entretanto, neste mesmo período, foi o sétimo estado com maior participação (3,86%) no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O estado responde por 5,09% das vendas do Brasil ao exterior. Em 2000 ocupou a quinta posição entre os estados brasileiros exportadores (SANTIAGO, 2001, p. 191).

Destaca-se também o potencial turístico. De acordo com Farias (2001, p. 384), duas cidades catarinenses – Florianópolis e Balneário Camboriú - ocupam o 2º e 8º lugar no *ranking* do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur como as mais visitadas por turistas estrangeiros. O estado recebe anualmente aproximadamente 4 milhões de turistas, que movimentam cerca de US\$ 1 bilhão (algo em torno de 7% do PIB catarinense).

Segundo Farias (2001), identificam-se, em Santa Catarina, alguns pólos econômicos especializados, mesmo que ocorram outras atividades econômicas simultâneas na mesma área.

O Vale do Itajaí tem como marca as indústrias têxteis (Cia. Hering; Teka S/A; Cremer S/A; Karsten S/A; Buettner S/A e outras), constituindo-se no maior pólo de tecelagem do estado. A agropecuária e as atividades de industrialização destes produtos também estão presentes na região.

O Norte de Santa Catarina apresenta uma estrutura econômica centrada nas indústrias metalúrgicas, plásticos/PVC, de móveis e de motores. Na cidade de Jaraguá do Sul e Joinville ficam as maiores produtoras de compressores de geladeiras da América do Sul, a Weg S/A e a Embraco S/A, e também a Tigre Conexões, a maior empresa fabricante de canos de PVC do estado, localizada em Joinville.

O Oeste catarinense é o grande celeiro agropecuário do estado contendo igualmente as maiores indústrias de transformações de produtos agropecuários de Santa Catarina. Os frigoríficos: Sadia, Perdigão, Seara, Aurora, e a Ceval, hoje Bunge, estão localizados na região. As várias indústrias de abate de frangos e de suínos matam diariamente mais de um milhão de aves e 5 mil suínos. A indústria de transformação de soja e laticínios também é forte marca da região, industrializando tanto a produção regional, quanto produtos trazidos de outros estados.

O planalto serrano, ou Campos Gerais, centrado nas cidades de Lages e Curitiba, é marcado pela pecuária, agricultura e indústrias de papel e celulose. O turismo rural vem se transformando em importante alternativa regional. São Joaquim é a principal cidade turística catarinense a explorar o circuito turístico da neve.

O Sul e Extremo Sul catarinense têm sua economia centrada na indústria cerâmica e na agricultura do fumo e do arroz. As cidades de Criciúma, Tubarão e Araranguá são os principais centros regionais. Na região situa-se a maior indústria termelétrica da América do Sul.

A região litorânea tem como âncora econômica as atividades ligadas ao setor terciário de prestação de serviços e administração pública. O turismo é hoje a grande atividade impulsionadora da economia regional. Cidades como Florianópolis, Balneário Camboriú, Laguna, Garopaba, Penha, Piçarras, Porto Belo e Bombinhas terão dificuldades econômicas sérias se ocorrer uma retração no volume de turistas. As atividades administrativas, principalmente em Florianópolis, a pesca artesanal e industrial, associadas à agricultura e maricultura são as principais fontes de renda da população. As atividades portuárias também representam para os municípios de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba importantes fontes de renda.

b) A indústria catarinense

A maioria das indústrias de Santa Catarina surgiu de pequenos negócios empreendidos por imigrantes alemães, italianos e de outras etnias ou operários que decidiram ter seu próprio negócio. Com a expansão de suas atividades econômicas, muitas delas perderam a característica de “empreendimento familiar” para transformarem-se em sociedades anônimas.

A economia catarinense começou a ganhar impulso com a instalação das indústrias têxteis. Em 1880 foi fundada a Cia. Hering, hoje o maior fabricante do vestuário do estado; no ano de 1882 foi instalada a empresa Karsten S/A, atualmente a maior exportadora brasileira do segmento cama, mesa e banho; em 1926, com o mesmo ramo de atividade da empresa Karsten, foi criada a indústria Teka S/A, líder no Brasil e um dos maiores fabricantes da América Latina (FIESC, 2000).

A partir do ano de 1934 começaram a surgir as indústrias do setor alimentício (agroindustrial); em 1934, a empresa Perdigão S/A; no ano de 1944, surgiu a indústria Sadia S/A. As empresas do setor metal-mecânico começaram a aparecer a partir de 1938, com a fundação da Tupy S/A; em 1941, Tigre S/A; no ano de 1941, Cônsul S/A, hoje Multibrás S/A (FIESC, 2000).

A década de 70 foi o período de ouro da indústria catarinense. Ao explorar novos mercados, as empresas passaram à liderança nacional em vários segmentos, entre eles carnes de aves e de suínos; tubos e conexões de PVC; revestimentos cerâmicos; refrigeradores; motocompressores e motores elétricos. Também marcou o grande salto das exportações, com a conquista de posições sólidas no exterior e a comercialização de produtos de maior valor agregado (FIESC, 2000).

A indústria catarinense exporta seus produtos para mais de quarenta países (FIESC, 2000).

Quanto à arrecadação de impostos, destaca-se que, no período 2000/2003, o setor industrial teve uma participação de 21,30% na arrecadação do ICMS do estado de Santa Catarina. Os demais setores econômicos tiveram a seguinte participação: comércio: 31,77%; serviços: 26,60%; agropecuária: 0,32% (ESTADO DE SANTA CATARINA – SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 2003).

c) Resumo histórico das empresas analisadas

Com base nos registros da Fiesc (2000), apuraram-se as informações seguintes a respeito do perfil histórico das indústrias examinadas.

- Teka – Tecelagem Kuehnrich S/A

A história da maior fabricante de artigos de cama, mesa e banho da América Latina começa em 1924, na Alemanha, quando Paul Fritz Kuehnrich, um jovem de 17 anos, parte para o Brasil. Em Blumenau, dois anos mais tarde, Paul compra uma máquina de costurar acolchoados, iniciando uma pequena fábrica, que depois passou também a produzir camisas. Em 1931, adquiriu dois teares rústicos, para produzir o tecido utilizado nas confecções. Já em 1936, com um capital social de 600 contos de réis, e mais de 50 colaboradores, a empresa transforma-se em uma sociedade anônima inicialmente chamada Companhia Kuehnrich. Cinco anos depois a razão social mudou para Tecelagem Kuehnrich S.A. Em 1947, com a montagem da primeira fiação, torna-se auto-suficiente em fios e se consolida no mercado. Na década de 70, a Teka faz grandes investimentos em tecnologia, moderniza o parque industrial, aumenta a produção e diversifica as linhas de produtos. As iniciais T e K dão origem à marca Teka, hoje conhecida internacionalmente. Atualmente, as cinco fábricas – localizadas em Blumenau e Indaial (SC); Sumaré e Artur Nogueira (SP) e Passos (MG) – têm capacidade de produção de aproximadamente 28 mil toneladas por ano.

Uma das grandes preocupações da empresa é com o meio ambiente. Desde 1978, foram investidos mais de 6 milhões de dólares na implantação de estações de tratamento de efluentes líquidos e gasosos e outras ações voltadas à preservação da natureza.

Líder no Brasil com o maior volume de vendas e o maior portfólio de produtos no segmento de cama, mesa e banho, o faturamento anual da Teka atingiu 347 milhões de reais em 1999. Desse valor, cerca de 30% veio das exportações para mais de 40 países. Para garantir um crescimento ainda maior no mercado externo, a Teka aposta na qualidade de seus produtos, no licenciamento de marcas reconhecidas mundialmente e no atendimento personalizado aos clientes internacionais. Para isso,

no final da década de 90, a empresa ampliou os serviços no exterior, com a abertura de escritórios comerciais na Argentina, Estados Unidos e Alemanha.

- Karsten S/A

As raízes da Karsten S.A, hoje uma das mais sólidas indústrias têxteis de Santa Catarina, data de 1882 quando o imigrante alemão Johann Karsten resolve implantar uma tecelagem. Eram ainda os primórdios da indústria Têxtil em Blumenau com os irmãos Hering. Johann – que havia desembarcado no Brasil em 1860 – e o amigo Heinrich Hadlich juntam suas economias e formam o capital inicial do empreendimento. Em 1881, Hadlich e o técnico em tecelagem Gustav Roeder, que se associou ao projeto, partem para a Alemanha para comprar as máquinas. Em 1916, a segunda geração dos Karsten assume o comando da empresa, substituindo a roda d'água por turbinas hidráulicas, modernos teares e novas máquinas. No início da década de 70, acontece a grande transformação da Karsten, com a abertura do capital e o início das exportações. Ela renova o parque fabril, diversifica a produção e se adapta ao mercado internacional. Foi uma das primeiras têxteis brasileiras a ter o licenciamento da Walt Disney.

A decisão de ser uma empresa global levou-a à liderança nas exportações de artigos têxteis para o lar, com 70% em toalhas de mesa e 23% em toalhas felpudas. As vendas externas, para 30 países, representam, em média, 50% do faturamento total. Com a produção de 20 milhões de metros lineares por ano, o faturamento de 1999 chegou aos 166 milhões de reais. Preparada para enfrentar a abertura da economia brasileira e a globalização, a Karsten conseguiu atravessar a década de 90 sem amargar prejuízos, ao contrário da maioria das têxteis brasileira. Nesse caso, um fator determinante foi a manutenção dos investimentos em modernização do parque fabril, que chegaram a 80 milhões de reais entre 1994 e 2000.

Primeira indústria têxtil de Santa Catarina a instalar uma estação de tratamento de efluentes pelo sistema biológico em 1994, a Karsten tem uma avançada política ambiental, o que lhe valeu a certificação ISO 14001, em março de 2.000.

- Cremer S/A

Em 1935, o imigrante alemão Werner Siegfried Cremer tinha uma pequena fábrica de artigos têxteis para uso hospitalar em Porto Alegre. Ele comprava a matéria-prima na cidade de Blumenau, que contava à época com 41 mil habitantes. Como os custos do transporte entre as duas cidades encareciam os produtos, um grupo de empresários e médicos de Blumenau convenceu Werner a transferir sua fábrica para o Vale do Itajaí. Assim, com capital de 300 contos de réis, 12 sócios e oito teares, nascia a W. S. Cremer S/A, que produzia inicialmente ataduras, gaze, absorventes e fraldas de pano. Dois anos depois é instalada a primeira fiação, completando todo o processo de produção: do algodão ao produto final. Em 1950, Heinz Schrader, um bem-sucedido empresário da região – que permaneceria na presidência da Cremer por 34 anos – e Arthur Fouquet, então diretor de um banco regional, assumem o comando da empresa iniciando um novo ciclo de crescimento marcado pela modernização e por novos empreendimentos. Nos anos 70, a Cremer passa a produzir esparadrapos, cria a primeira subsidiária, a Plásticos Cremer – que fabrica embalagens e componentes para o setor industrial – e abre o capital. Em 1980, entra no segmento de fitas adesivas para os setores automotivos, calçadista, gráfico, eletroeletrônico e de uso geral. Daí em diante experimenta uma fase de grande expansão com investimentos em modernização e ampliação do parque industrial, enquanto seus produtos conquistam o mercado nacional e o Mercosul.

Em 1997, a Applied Competitive Strategies do Brasil assume a gestão da Cremer e promove uma profunda reestruturação operacional visando focar melhor os negócios, especialmente no segmento médico-hospitalar, no qual é líder de mercado no Brasil e no Mercosul. Para o varejo, produz principalmente materiais de primeiros socorros e fraldas de tecidos 100% algodão, segmento em que detém 65% do mercado. No caso dos produtos de varejo, além de vender com a própria marca, a Cremer passou a produzir para grandes redes como Pampas, Bom preço e Carrefour. Empresa 100% nacional, hoje a Cremer possui três unidades industriais – têxteis, adesivos e plásticos – todas localizadas em Blumenau. Em 1999, a receita operacional bruta foi de 142 milhões de reais.

- Frigorífico Aurora Ltda

Em 15 de abril de 1969, oito homens, a maioria deles agricultores com quase nenhuma experiência empresarial, reuniram-se em um clube de Chapecó, “sob livre e espontânea vontade, com o fito de constituir uma cooperativa”, como atesta a ata daquele dia. Eles representavam oito cooperativas agropecuárias do Oeste Catarinense cansadas de não ter como escoar a produção de suínos ou ter de vender para as grandes agroindústrias pelo preço que elas estipulavam. Era o pontapé inicial da Cooperativa Central Oeste Catarinense – Coopercentral (Frigorífico Aurora), a segunda maior cooperativa central do país e um dos dez maiores grupos agroindustriais. Naquela reunião de 1969, o homem-símbolo da trajetória da Coopercentral nestas três décadas, Aury Luiz Bodanese, entrou caminhoneiro e saiu presidente. Foi ele, com uma aguçada visão empreendedora, que criou, dirigiu e estruturou o maior complexo cooperativo de Santa Catarina.

Nos anos 70, a Coopercentral teve de enfrentar a concorrência das grandes indústrias privadas já estabelecidas, a falta de capital e as dificuldades em conseguir empréstimos em bancos públicos, o que restringia o seu crescimento. A grande virada começou em 1985, com o início de um plano de investimentos que previa a construção de um novo frigorífico para abate e industrialização de suínos, a entrada no setor de sucos concentrados e no lucrativo negócio de aves. A industrialização máxima das matérias-primas tornou-se prioridade. Com 17 cooperativas singulares filiadas, representando 40 mil produtores rurais, o conglomerado Coopercentral é formado por seis unidades frigoríficas, sendo duas de aves e quatro de suínos – uma delas em São Gabriel do Oeste (MS). O complexo industrial inclui ainda duas indústrias de sucos concentrados, duas fábricas de rações, um incubatório, duas granjas-matrizes de aves, três granjas-matrizes de suínos e uma unidade armazenadora de grãos. O volume total de industrializados é de 310 toneladas/dia. A receita operacional bruta atingiu 646,7 milhões de reais em 1999.

- Perdigão Agroindustrial S/A

Visão comercial e determinação ajudaram dois descendentes de famílias de imigrantes italianos - os Ponzoni e os Brandalise – a abrirem, em 1934, em Vila das

Perdizes, Meio-Oeste de Santa Catarina, um pequeno negócio de secos e molhados. Alguns anos depois, o armazém diversificou os negócios com um pequeno abatedouro e fábrica de produtos suínos. Em 1954, o espírito empreendedor levou os fundadores a investir em avicultura. Era o início efetivo da Perdigão, hoje um dos maiores complexos agroindustriais do Brasil.

De lá para cá, a Perdigão cresceu rapidamente e transpôs as fronteiras de Santa Catarina, incorporando e implantando unidades produtivas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Hoje, tem 12 unidades industriais de carnes, 2 de soja, 6 fábricas de ração, 12 incubatórios e 27 granjas próprias de aves e suínos e 7 mil produtores integrados. Em setembro de 1994, o controle acionário da Perdigão foi adquirido por um *pool* de Fundos de Pensão. Com uma gestão profissional, a empresa passou por uma profunda reestruturação societária, financeira e administrativa que deu origem a uma única empresa de capital aberto – Perdigão S/A – e a uma única empresa operacional – Perdigão Agroindustrial S/A. Investimentos de 408 milhões de reais em tecnologia, modernização e expansão permitiram aumentar em 50% a capacidade produtiva das fábricas existentes, o que possibilitou à empresa elevar rapidamente sua participação de mercado, principalmente nos segmentos de alimentos semi-elaborados ou prontos. Outros 400 milhões de reais foram investidos no complexo agroindustrial de Rio Verde (GO), composto por dois abatedouros – um para aves e outro para suínos – e uma unidade para industrialização, além de um completo parque agropecuário. A capacidade de abate chega a 280 mil aves e 3,5 mil suínos por dia, podendo processar até 260 mil toneladas anuais de alimentos. Em 1999, o faturamento bruto da Perdigão chegou a 1,8 bilhão de reais, dos quais cerca de 500 milhões vieram das exportações para 40 países.

- Sadia S/A

No início dos anos 40, Concórdia era uma cidade com pouco mais de 4.000 habitantes, cercada por pequenos proprietários de terra, a maioria vinda do Rio Grande do Sul. Descendente de imigrantes italianos, também nascido no Rio Grande do Sul, Attilio Fontana comprou um velho moinho de trigo e um pequeno abatedouro que não comportavam mais de 100 suínos por dia. Assim nascia a Sadia, em 1944,

cuja trajetória nas décadas seguintes se confundiria com a própria história da agroindústria no país. Atílio tirou o nome do novo empreendimento da primeira razão social – S/A Indústria e Comércio Concórdia: as duas primeiras letras, “S” e “A”, unindo-as às três últimas, “DIA”, formaram a denominação “Sadia”. Já no final dos anos 40, produtos como farinha de trigo, banha, lingüiça e salame começaram a levar a marca Sadia aos grandes centros urbanos, vencendo a distância, os atoleiros das estradas e a lentidão dos trens. Nos anos 50, o avanço da industrialização e da urbanização levou a Sadia a ampliar a produção. Nessa década, é inaugurada a segunda fábrica do grupo - a do Moinho da Lapa, em São Paulo. O grande salto acontece nos anos 60 com o fomento agropecuário e o início da imigração na avicultura, repetindo o sucesso da suinocultura integrada, já implantada de maneira pioneira pela empresa na década de 50. Em 1968, o abate de frangos supera 1 milhão de unidades por ano e tem início o abate de perus, ainda hoje um dos principais produtos da empresa. As exportações para o Oriente Médio e a Europa iniciaram-se nessa época, tomando impulso em 1975 com a exportação de frangos que, já em 1980, ultrapassavam os 100 milhões de dólares.

Nos anos 90, a Sadia fortalece os investimentos em produtos industrializados de maior valor agregado, abandonando o commodities – inclusive vendendo a divisão de processamento de soja. Depois de se destacar na produção de derivados de carnes bovina, suína, de frango e de peru, entra no segmento de alimentos industrializados prontos e semiprontos, feitos a partir de outras matérias-primas, que vão desde peixes processados, massa frescas, margarinas, pratos prontos e congelados, pizzas congeladas até sobremesas prontas. Uma reestruturação societária concluída em 1998 concentrou todas as atividades operacionais do grupo em uma única empresa, a Sadia S.A. Em 1999, o faturamento bruto chegou na casa dos 3,14 bilhões de reais, sendo 840 milhões oriundos das exportações.

- Weg S/A

Em 1961, na bucólica Jaraguá do Sul, de apenas 20 mil habitantes, um projeto comum uniu três homens – Werner Ricardo Volgt, Eggon João da Silva e Geraldo Werninghaus. Projeto que mudaria para sempre suas vidas na “cidadezinha”,

encravada no Vale do Itapocu, Norte de Santa Catarina. Em setembro daquele ano, entrava em operação a Eletromotores Jaraguá, uma pequena fábrica de motores elétricos. Anos mais tarde, a empresa criada por um eletricista, um administrador e um mecânico viria a se chamar Eletromotores Weg S.A – resultado da junção das iniciais dos três fundadores. Em quatro anos, já fabricava o equivalente a 9.000 motores por ano e brigava no mercado brasileiro com marcas já tradicionais como Arno, GE e Búfalo. Quando completou 10 anos, a Weg já tinha 504 empregados e produzia 7.000 motores por mês.

Nas décadas de 70 e 80, já com três fábricas e exportando para vários países, a empresa passou por uma fase de grande expansão e diversificação dos negócios. Dona de 75% do mercado de motores elétricos no Brasil, líder na América Latina e figurando entre os cinco maiores fabricantes do mundo, a estratégia da Weg nos anos 90 foi marcada pela internacionalização e pela consolidação como fornecedora de sistemas elétricos industriais completos. Hoje atua nas áreas de comando e proteção; variação de velocidade; automação de processos industriais; geração e distribuição de energia e tintas e vernizes industriais. Com filiais e assistência técnica nos cinco continentes, seus motores são vendidos em 50 países. Nos primeiros meses de 2000, adquiriu a Morbe, fábrica de motores elétricos para lavadoras e secadoras de roupas de Córdoba, líder de mercado na Argentina. No Brasil, onde a produção se concentra em cinco parques fabris – dois em Jaraguá do Sul, um em Guaramirim, um em Blumenau e outro em São Paulo – colocou em operação, em abril de 2000, uma nova fábrica de motores para eletrodomésticos, com capacidade para produzir 10 mil motores/dia. Em 1999, o faturamento total chegou a 754 milhões de reais, sendo 218 milhões provenientes das exportações.

- Tupy Fundições S/A

Na década de 30, Albano Schmidt – neto de imigrantes alemães que haviam chegado a Joinville no século XIX – e dois companheiros, Hermann Metz e Arno Schwarz, iniciaram uma incessante busca para “descobrir” a fórmula do ferro fundido maleável. As conexões de ferro fundido maleável eram importadas, mas não se conhecia a fórmula, “a liga” correta para produzi-las. Albano acreditava que

conexões eram um produto de futuro, em função dos múltiplos usos nas instalações por onde passam líquidos, gases e vapores. Em 1938, Schmidt, Schwarz e Metz finalmente chegam à fórmula do ferro fundido maleável. Nascia, assim, a Tupy, que logo se transformaria em um marco da industrialização de Joinville, uma cidade com pouco mais de 25 mil habitantes.

A partir de 1945, a Tupy planeja a construção de um novo parque fabril e adquire máquinas e equipamentos que vão lhe permitir ampliar a capacidade de 50 toneladas/mês para 250 toneladas/mês de peças fundidas. Em fins da década de 50, a Tupy passa a fabricar peças especiais para a florescente indústria automobilística. Em 1975, inaugurou a unidade de blocos e cabeçotes de motores. Hoje mais de 75% da produção é destinada ao setor automotivo. No início dos anos 90, a Tupy encontra-se diante de sérias dificuldades financeiras, que culminaram com a venda do controle acionário, em 1995, para um *pool* de fundos de pensão e bancos. Com a injeção de 85 milhões de reais, a empresa ganhou fôlego para enfrentar a globalização. Sob novo comando – saneada, enxuta e focada no negócio de fundição – a Tupy traçou a estratégia para, no futuro, ser não apenas uma empresa de classe mundial, mas um *global player* em fundição.

Hoje fornece para a maioria dos grandes fabricantes de motores e montadoras do Brasil e no exterior: Cummins, Maxion International, MWM, Volkswagen, Mercedes-Benz, Isuzu, J. Deere, Perkins, Detroit Diesel, Ivaco Navistar, Scania, Peugeot, GM-Powertrain, TRW, Tritec, Federal Mogul, Renault e Kubota. Além da sede e o principal parque fabril em Joinville, a Tupy tem uma unidade de fundição em Mauá (SP). Juntas, tem a capacidade produtiva de 380 mil toneladas/ano. Em 1999, comercializou 236 mil toneladas de fundidos, obtendo uma receita bruta de 534 milhões de reais. As exportações somaram 150 milhões de dólares.

3.2 Processo de obtenção dos dados

3.2.1 Procedimentos adotados

As técnicas utilizadas para coleta dos dados e informações foram:

- a) questionário composto de perguntas fechadas; simples e de múltipla escolha. e espaço reservado para comentários;
- b) coleta documental (Balanços Sociais fornecidos pelas empresas);
- c) análise de conteúdo.

Através da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), obtiveram-se os dados cadastrais das 24 empresas objeto de estudo.

Preliminarmente manteve-se contato com as empresas, via telefone, anunciando a pesquisa, no qual, por preferência dos representantes empresariais, ficou acordado o encaminhamento do questionário através da internet.

Junto com questionário foi solicitado o envio de exemplar do Balanço Social.

3.2.2 Resultados obtidos

Encaminhou-se questionário para as vinte e quatro organizações, tendo-se obtido os resultados descritos no quadro seguinte.

Quadro 1 - Demonstração das respostas obtidas

Ordem	Empresas	Respondeu	Elabora o Balanço Social	Em projeto	Elementos contemplados no Balanço Social				Enviou o Balanço
					BRH	BA	DVA	DBCS	
01	Teka S/A	•	•		•	•	•	•	•
02	Frigorífico Aurora Ltda	•	•		•	•	•	•	•
03	Wcg S/A	•	•		•	•	•	•	•
04	Cia. Hering	•							
05	E. B. C. Embraco S/A	•	•		•	•		•	
06	Tupy Fundições S/A	•	•		•	•	•		•
07	Sadia S/A	•	•		•	•	•	•	•
08	Busscar Onibus S/A	•							
09	Malwee Malhas Ltda	•		•					
10	Perdigão Agroindl. S/A	•	•		•	•	•	•	•
11	Marisol S/A	•	•		•				
12	Multibrás S/A	•							
13	Chapecó Cia. Indl. de Alimentos	•							
14	Dohler S/A	•							
15	Karsten S/A	•	•		•	•		•	•
16	Seara Alimentos S/A	•							
17	Maximiliano Gaidzinski S/A	•							
18	Fischer Fraiburgo Agrícola Ltda								
19	Toalia S/A Indústria Têxtil								
20	Amanco Brasil S/A								
21	Buettner S/A Ind. e Comércio	•							
22	Malharia Manz Ltda	•							
23	Portobello S/A								
24	Cremer S/A	•	•		•	•			•
Total		20	10	1	10	9	6	7	8
% Em relação à amostra		83,3							
% Em relação ao total de quest. respond.			50,0	5,0					
% Em relação às empresas que elaboram					100	90	60	70	80

Conforme exposto, dez empresas responderam que elaboram o Balanço Social, entretanto somente oito forneceram exemplar dos respectivos balanços, sendo que: seis foram recebidos pelo correio; um através de “e-mail” e um foi obtido através do “site” da empresa na internet.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Metodologia

Tomou-se como base, para fins de análise, as informações contidas nos oito Balanços Sociais fornecidos pelas empresas. Os dados foram sumarizados em duas planilhas (conforme quadros 2 e 3) conservando-se a estrutura e denominação original dos indicadores de acordo com as informações contidas nos Balanços Sociais elaborados e publicados pelas respectivas empresas.

Tendo em vista que os Balanços Sociais foram elaborados com indicações distintas quanto à expressão monetária; em R\$, em milhares de R\$ e em milhões de R\$, converteram-se todos para milhares de R\$.

Embora as planilhas de sumarização (quadros 2 e 3) tenham sido elaboradas dentro da estrutura básica do modelo de Balanço Social do Ibase, foi inserida, nas referidas planilhas, a DVA, considerando-se que algumas das empresas em estudo elaboram e publicam tal demonstração, ou parte dela.

4.2 Identificação

As entidades objeto de estudo pertencem a diferentes setores da economia e são juridicamente constituídas de forma distinta, conforme segue:

Setor	Nº de Empresas		%	Tipo Jurídico	
	Total	Analisadas		S/A	Ltda
Têxtil	10	3	30,0	8	2
Alimentício	06	3	50,0	4	2
Metal/Mecânico	03	2	66,7	3	-
Automotivo	01			1	-
Plástico	01			1	-
Eletrodoméstico	01			1	-
Cerâmico	02			2	-
Total	24			20	4

Quadro 2 - Sumário dos balanços sociais analisados - adaptação do modelo Ibase

Setor/Atividade		Têxtil						
EMPRESA	PERÍODO	DESCRÇÃO	Teksa Tecelagem S/A		Karsten S/A		Cremer S/A	
			2001	2000	2001	2000	2001	2000
1		Base de cálculo						
1.1		Faturamento bruto (RS mil)			202.984	169.619		149.845
1.2		Receita líquida. (RS mil)	394.947	353.076	188.189	156.129		121.438
1.3		Res. antes rec./dosp. fin.			24.665	12.045		11.952
1.4		Resultado operacional	6.395	5.032				
1.5		Fat. liq. p/func. (RS mil)						
1.6		Fl. de pagº bruta (RS mil)	82.356	68.940				22.868
1.7		Mão-de-obra terc. (RS mil)			5.303	3.779		3.121
2		Recursos humanos						
2.1		Alim./saúde/educ. (RS mil)						
2.2		Alimentação (RS mil)	3.104	2.160	1.115	949		
2.3		Almoços e lanches (Qtd)			585.308	526.611		648.459
2.4		Salários (RS mil)	61.133	50.418				
2.5		Particip.nos result. (RS)						
2.6		Encargos sociais (RS mil)	21.223	18.522	15.836	13.709		5.655
2.7		Previd. privada (RS mil)						
2.8		Benefícios			2.588	2.045		2.132
2.9		Emprést. a func. (RS mil)						
2.10		Saúde (RS mil)	831	651	224	197		
2.11		Atend. med. ambul. (Qtd)			17.650	17.224		
2.12		Atend. dent. ambul. (Qtd)			6.153	6.380		
2.13		Vacinação gripe (Qtd)			1.229	943		
2.14		Segurança do trab. (RS mil)	1.360	1.651	100	85		
2.15		Acidentes de trabalho (qtd)			29	27		
2.16		Membr. brig. incênd. (Qtd)			106	120		
2.17		Membros socorristas (Qtd)			24	24		
2.18		Membr. vol. c. bomb (Qtd)			15			
2.19		Educação (RS mil)						
2.20		Trein. e desenv. (RS mil)	232	192	240	408		
2.21		Horas de treinamento (Qtd)			76.150	67.078		20.149
2.22		Nº pessoas treinadas (Qtd)						3.832
2.23		Trein. prev. acidentes (horas)						
2.24		Acidentes trabalho (%)						
2.25		Creche/Jardim de inf. (RS mil)	15	10	71	117		
2.26		Nº crianças atend. (Qtd)			146	164		
2.27		Auxílio creche (RS mil)						

continuação

Setor/Atividade		Têxtil					
EMPRESA		Teksa Tecelagem S/A		Karsien S/A		Cremer S/A	
PERÍODO	DESCRIÇÃO	2001	2000	2001	2000	2001	2000
2.28	Transporte (RS mil)		665		481		
2.29	Comunicação (RS mil)		1.403		1.377		
2.30	Esporte e lazer (RS mil)						119
2.31	Outros (RS mil)						
2.32	Nº empreg. início ano (Qtd)						
2.33	Nº empreg. final ano (Qtd)		6.375		5.563		2.154
2.34	Nº empreg. final ano - terc.						
2.35	Nº admissões durante o ano		1.523		935		
2.36	Nº demissões durante o ano						
2.37	Nº homens que trab. na Emp.						865
2.38	Nº mulheres que trab. na Emp.		2.104		1.704		504
2.39	Nº empregados. menores						48
2.40	Retenção funcionários (%)						
2.41	Nº empreg. p/tempo na emp.						
2.42	De 0 a 05 anos		3.974				
2.43	De 06 a 10 anos		1.262				
2.44	De 11 a 15 anos		736				
2.45	De 16 a 20 anos		236				
2.46	De 21 a 25 anos		112				
2.47	De 26 a 30 anos		48				
2.48	De 31 a 35 anos		6				
2.49	Acima de 35 anos		1				
2.50	Empregados p/faixa etária						
2.51	De 16 a 18 anos (Qtd)						
2.52	De 16 a 20 anos (Qtd)		833				
2.53	De 19 a 25 anos (Qtd)						
2.54	De 21 a 30 anos (Qtd)		2.691				
2.55	De 26 a 30 anos (Qtd)						
2.56	De 31 a 40 anos (Qtd)		2.154				
2.57	De 41 a 50 anos (Qtd)		645				
2.58	De 51 a 60 anos (Qtd)		49				
2.59	De 61 a 67 anos (Qtd)						
2.60	Acima de 60 anos (Qtd)		3				
2.61	Até 25 anos (%)						
2.62	De 25 a 35 anos (%)						
2.63	De 36 a 45 anos (%)						
2.64	Acima de 45 anos (%)						
	Grau de escolarid. funcas.						

continuação

Setor/Atividade		Têxtil					
EMPRESA	→	Tekka Tecelagem S/A		Karsten S/A		Cremer S/A	
PERÍODO	→	2001	2000	2001	2000	2001	2000
COD.	DESCRIÇÃO						
2.65	Mestrado (Qtd)						
2.66	Pós-Graduação completa (Qtd)						
2.67	Pós-Graduação incompl. (Qtd)						
2.68	Curso superior completo (Qtd)					177	156
2.69	Cursos superior incompl. (Qtd)					603	296
2.70	Segundo grau completo (Qtd)						
2.71	Segundo grau incompl. (Qtd)						
2.72	Primeiro grau completo (Qtd)						
2.73	Primeiro grau incompl. (Qtd)					678	886
2.74	Primário completo (Qtd)						
2.75	Primário incompleto (Qtd)						
2.76	Primário grau (%)						
2.77	Segundo grau (%)						
2.78	Superior (%)						
2.79	Especialização (%)						
	Estado civil dos funes. (%)						
2.80	Solteiros						
2.81	Casados						
2.82	Outros						
3	DVA - em milhares de reais						
3.1	Receitas						
3.2	Venda prod. merc. e serv.						
3.3	Prov. dev. diáv.						
3.4	Não operacionais						
3.5	Insumos adq. terceiros						
3.6	Matérias-primas consumidas						
3.7	Mat. serv. adq. de terceiros						
3.8	Valor adic. bruto (3.1 - 3.5)						
3.9	Retenções						
3.10	Deprec., amort. e exaustão						
3.11	Valor adic. liq. (3.8 - 3.9)					66.597	
3.12	Valor adic. rec. em transf.						
3.13	Receitas financeiras						
3.14	Resultado de partics. societárias						
3.15	Outros resultados operacionais						
3.16	Valor adic. total (3.11 + 3.12)		201.183				66.597
3.17	Distrib. do valor adicionado		201.183				66.597
3.18	Pessoal e encargos		70.414				18.647

continuação

Setor/Atividade		Têxtil					
EMPRESA		Teksa Tecelagem S/A		Karsten S/A		Cremer S/A	
PERÍODO	DESCRICO	2001	2000	2001	2000	2001	2000
3.19	Impostos taxas e contribs.		57.064				
3.20	Impostos federais	62.367		9.757	7.074	7.627	8.080
3.21	Impostos estaduais			11.448	10.388	21.236	21.039
3.22	Impostos municipais			143	130	199	200
3.23	Juros e alugueis	60.355				18.223	
3.24	Participação estatutária						
3.25	Juros s/cap. próp. e divid.	2.012					
3.26	Lucros retidos	6.035				665	
3.27	Outros						
4	Meio ambiente (RS mil)						
4.1	Gestão ambiental	3.939	3.201				
4.2	Custo em ação segur. amb.			5	2		
4.3	Investimentos meio ambiente						
5	Benefc. e contrs. a sociedade						
5.1	Apoio a projetos instituc.						
5.2	Educação e cultura						
5.3	Esporte e lazer						
5.4	Entids. assis. filantrópicas						

Quadro 3 - Sumário dos balanços sociais analisados - adaptação do modelo Ibase

Setor/Atividade		Alimentício				Metal/Mecânico				
EMPRESA	PERÍODO	Frigorífico Aurora LTDA	Perdigão Agroindustrial S/A	Sadia S/A	Weg S/A	Tupy Fundições S/A	2001	2000	2001	2000
COD.	DESCRIÇÃO	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2000
I	Base de cálculo									
1.1	Faturamento bruto (R\$ mil)	775.068						1.268.872	962.503	
1.2	Receita líquida. (R\$ mil)		2433.700	3.634.825	1763.700	2.881.013	1.065.935	799.893	578.218	516.320
1.3	Res. antes rec./desp. fin.	-							89.051	78.841
1.4	Resultado operacional	20.027	359.000	256.887	107.500	59.054	275.180	179.424		
1.5	Fat. liq. p/func. (R\$ mil)		108.800		91.400					
1.6	Fl. de pagt ^o bruta (R\$ mil)	44.424	316.300	318.599	236.500	307.745	161.044	134.368		
1.7	Mão-de-obra terc. (R\$ mil)									
2	Recursos humanos									
2.1	Alim./saúde/educ. (R\$ mil)		30.500	7.064	25.200	13.112	4.698	3.514		
2.2	Alimentação (R\$ mil)	2.801								
2.3	Almoços e lanches (Qtd)									
2.4	Salários (R\$ mil)									
2.5	Particip. nos result. (R\$)		10.800	9.926	2.800	5.542	23.913	16.788		
2.6	Encargos sociais (R\$ mil)	17.108	62.100	47.952	51.700	109.011	64.599	52.551		
2.7	Previd. privada (R\$ mil)	1.701	2.900	1.386	2.500	1.636	3.468	3.021		
2.8	Benefícios						2.683	1.856		
2.9	Emprést. a func. (R\$ mil)	112								
2.10	Saúde (R\$ mil)	2.830		12.028		14.148	4.044	3.934		
2.11	Atend. méd. ambul. (Qtd)									
2.12	Atend. dent. ambul. (Qtd)									
2.13	Vacinação gripe (Qtd)									
2.14	Segurança do trab. (R\$ mil)	2.389		11	12					
2.15	Acidentes de trabalho (qtd)			290						
2.16	Membr. brig. incênd. (Qtd)									
2.17	Membros socorristas (Qtd)									
2.18	Membr. vol. c. bomb (Qtd)									
2.19	Educação (R\$ mil)	303					2.708	3.572		
2.20	Trein. e desenv. (R\$ mil)			956		1.111				
2.21	Horas de treinamento (Qtd)									
2.22	Nº pessoas treinadas (Qtd)		5.997		4.595					
2.23	Trein. prev. acidentes (Horas)		61.000		54.000					
2.24	Acidentes trabalho (%)		2.93		3.20					
2.25	Creche/jardim de inf. (R\$ mil)									
2.26	Nº crianças atend. (Qtd)	125		83		109				
2.27	Auxílio creche (R\$ mil)									

continuação

CÓD.	EMPRESA	PERÍODO	DESCRIÇÃO	Alimentício				Metal/Mecânico				
				Frigorífico Aurora LTDA	Perdígão Agroindustrial S/A	Sadia S/A	Weg S/A	Tupy Fundições S/A	2000	2001	2000	2001
2.28	Transporte (R\$ mil)			2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
2.29	Comunicação (RS mil)			856								
2.30	Esporte e lazer (RS mil)											
2.31	Outros (RS mil)			617		9.369	13.221					
2.32	Nº empreg. início ano (Qtd)			6.087								
2.33	Nº empreg. final ano (Qtd)			6.173	22.377	19.291	30.871	28.800	8.721	7.886	5.697	5.491
2.34	Nº empreg. final ano - terc.				3.890	2.925	4.077					
2.35	Nº Admissões durante o ano			1.424	3.086	2.642	8.174	3.300	1.447	870		
2.36	Nº Demissões durante o ano			1.338					614	569		
2.37	Nº homens que trab. na emp.			4.202								
2.38	Nº mulheres que trab. na emp.			1.971	7.484	6.207	17.453		1.492	1.400		
2.39	Nº empregados. menores											
2.40	Retenção funcionários (%)				89,31	96,29						
2.41	Nº empreg. p/tempo na emp.											
2.42	De 0 a 05 anos			5.937								
2.43	De 06 a 10 anos			162								
2.44	De 11 a 15 anos			56								
2.45	De 16 a 20 anos			11								
2.46	De 21 a 25 anos			7								
2.47	De 26 a 30 anos											
2.48	De 31 a 35 anos											
2.49	Acima de 35 anos											
2.50	Empregados p/faixa etária											
2.51	De 16 a 18 anos (Qtd)			196								
2.52	De 16 a 20 anos (Qtd)											
2.53	De 19 a 25 anos (Qtd)			2.303								
2.54	De 21 a 30 anos (Qtd)											
2.55	De 26 a 30 anos (Qtd)			1.415								
2.56	De 31 a 40 anos (Qtd)			1.525								
2.57	De 41 a 50 anos (Qtd)			593								
2.58	De 51 a 60 anos (Qtd)			131								
2.59	De 61 a 67 anos (Qtd)			10								
2.60	Acima de 60 anos (Qtd)											
2.61	Até 25 anos (%)				36,0							
2.62	De 25 a 35 anos (%)				40,0							
2.63	De 36 a 45 anos (%)				19,0							
2.64	Acima de 45 anos (%)				5,0							
	Grau de escolarid. funes.											

continuação

Setor/Atividade		Alimentício				Metal/Mecânico				
EMPRESA	PERÍODO	DESCRICÃO	Frigorífico Aurora LTDA		Sadia S/A		Weg S/A		Tupy Fundições S/A	
			2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000
2.65	Mestrado (Qtd)		19							
2.66	Pos-Graduação completa (Qtd)		59							
2.67	Pos-Graduação incompl. (Qtd)		19							
2.68	Curso superior completo (Qtd)		169							
2.69	Curso superior incompl. (Qtd)		167							
2.70	Segundo grau completo (Qtd)		1.344							
2.71	Segundo grau incompl. (Qtd)		865							
2.72	Primeiro grau completo (Qtd)		1.128							
2.73	Primeiro grau incompl. (Qtd)		1.287							
2.74	Primário completo (Qtd)		907							
2.75	Primário incompleto (Qtd)		209							
2.76	Primeiro grau (%)			58,0						
2.77	Segundo grau (%)			32,0						
2.78	Superior (%)			9,0						
2.79	Especialização (%)			1,0						
	Estado civil dos func. (%)									
2.80	Solteiros			44,0						
2.81	Casados			44,0						
2.82	Outros			12,0						
3	DVA - em milhares de reais									
3.1	Receitas		776.824				3.938.049	3.190.419		
3.2	Venda prod. merc. e serv.		775.628				3.935.650	3.198.195		
3.3	Prov. dev. duv.		(1.483)							
3.4	Não operacionais		2.679				2.399	(7.776)		
3.5	Insumos adq. terceiros		653.296				2.529.983	2.225.216		
3.6	Matérias-primas consumidas		501.598				1.776.113	1.594.069		
3.7	Mat. serv. adq. de terceiros		151.698				753.670	631.147		
3.8	Valor adic. bruto (3.1 - 3.5)		123.528				1.408.066	965.203		
3.9	Retenções		14.071				114.652	104.987		
3.10	Deprec., amort. e exaustão		14.071				114.652	104.987		
3.11	Valor adic. liq. (3.8 - 3.9)		109.457				1.293.414	860.216		
3.12	Valor adic. rec. em transf.		15.966				159.873	300.878		
3.13	Receitas financeiras		15.966				163.900	247.607		
3.14	Resultado de part. societárias						11.174	28.592		
3.15	Outros resultados operacionais						(15.201)	24.679		
3.16	Valor adic. total (3.11 + 3.12)		125.423		930.900		1.453.287	1.161.094	603.800	412.743
3.17	Distrib. do valor adic. em		125.423		930.900		1.453.287	1.161.094	603.800	412.743
3.18	Pessoal e encargos		60.914		317.436		477.847	457.116	163.026	148.539

continuação

Setor/Atividade		Alimentício				Metal/Mecânico					
EMPRESA	PERÍODO	Frigorífico Aurora LTDA		Perdigo Agroindustrial S/A		Sadia S/A		Weg S/A		Tupy Fundições S/A	
		2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000
CÓD.	DESCRIÇÃO										
3.19	Impostos taxas e contribs.	16.583		336.985	252.300					199.254	101.771
3.20	Impostos federais					91.245	50.967				57.763
3.21	Impostos estaduais					276.082	229.280				
3.22	Impostos municipais										
3.23	Juros e aluguéis	24.644		95.883		395.012	299.118			66.418	185.562
3.24	Participação estatutária			13.963							885
3.25	Juros s/cap. prop. e divid.	3.492		50.268		80.205	31.912			66.418	5.661
3.26	Lucros retidos	19.790		116.365		121.963	78.925			108.684	14.333
3.27	Outros					10.933	13.776				
4	Meio ambiente (RS mil)										
4.1	Gestão ambiental										
4.2	Custo em ação segur. amb.									671	818
4.3	Investimentos meio ambiente	1.371				25					
5	Benefcs. e contrs. à sociedade										
5.1	Apoio a projetos instituc.			1.000	800						
5.2	Educação e cultura					1.651				884	568
5.3	Esporte e lazer					160				17	25
5.4	Entids. assisís. filantrópicas					252				471	247

Ressalta-se que a empresa Sadia S/A, a partir do ano de 2001, passou a elaborar seu Balanço Social em conformidade com o modelo proposto pelo Ibase, divulgando, além dos dados constantes dos quadros 2 e 3 retroapresentados, as seguintes informações em relação ao exercício de 2001:

Quadro 4 – Complemento das informações fornecidas pela empresa Sadia S/A em 2001

Indicadores	Dados
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ 367.327
Nº de empregados acima de 45 anos	4.329
Cargos de chefia ocupados por mulheres	1,67%
Nº de negros que trabalham na empresa	10.542
Cargos de chefia ocupados por negros	0,94%
Nº de empregados portadores de deficiência	498
Relação entre a maior e a menor remuneração	67 vezes
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	pela direção e gerências
A previdência privada contempla:	todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	pela direção e gerências
A participação nos lucros ou resultados contempla:	todos os empregados
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva

4.3 Análise e interpretação

Inicialmente cabe ressaltar que, para que se possa acompanhar a evolução e fazer-se análises e comparações, os Balanços Sociais devem ser divulgados com dados do exercício em pauta e, no mínimo, do exercício anterior, mas idealmente dos dois exercícios anteriores. Assim, para que se possa extrair e analisar as tendências, o Balanço Social deve ser publicado com informações relativas a três períodos.

Neste sentido, destaca-se que a maioria das empresas em evidência publicou os Balanços Sociais com dados de dois anos, sendo que uma delas publicou com informações somente de um período. Isto empobrece a finalidade do Balanço Social e não atende aos anseios dos diferentes usuários.

Observe-se que um dos Balanços Sociais pesquisados é composto de

informações relativas a três períodos e outro referente a sete períodos. Porém, apesar de ser esta a forma mais recomendada de divulgação, consideraram-se apenas os exercícios de 2001 e 2000, em função da análise, no geral, concentrar-se na evolução entre dois períodos.

Quanto à indústria Frigorífico Aurora Ltda., considerando-se que forneceu dados relativos somente ao período de 2001 (elaborou seu primeiro Balanço Social neste período), estes serão considerados dentro daquilo que couber.

Destaca-se que, excepcionalmente, no exercício de 2001, a empresa Sadia S/A publicou seu Balanço Social com dados de um período, razão pela qual se recorreu também ao Balanço Social de 2000 para proceder à análise.

Para melhor compreensão, os indicadores a serem discutidos ao longo da presente análise serão identificados pelos respectivos códigos constantes dos quadros 2 e 3 – sumário dos Balanços Sociais analisados.

1 - Base de cálculo

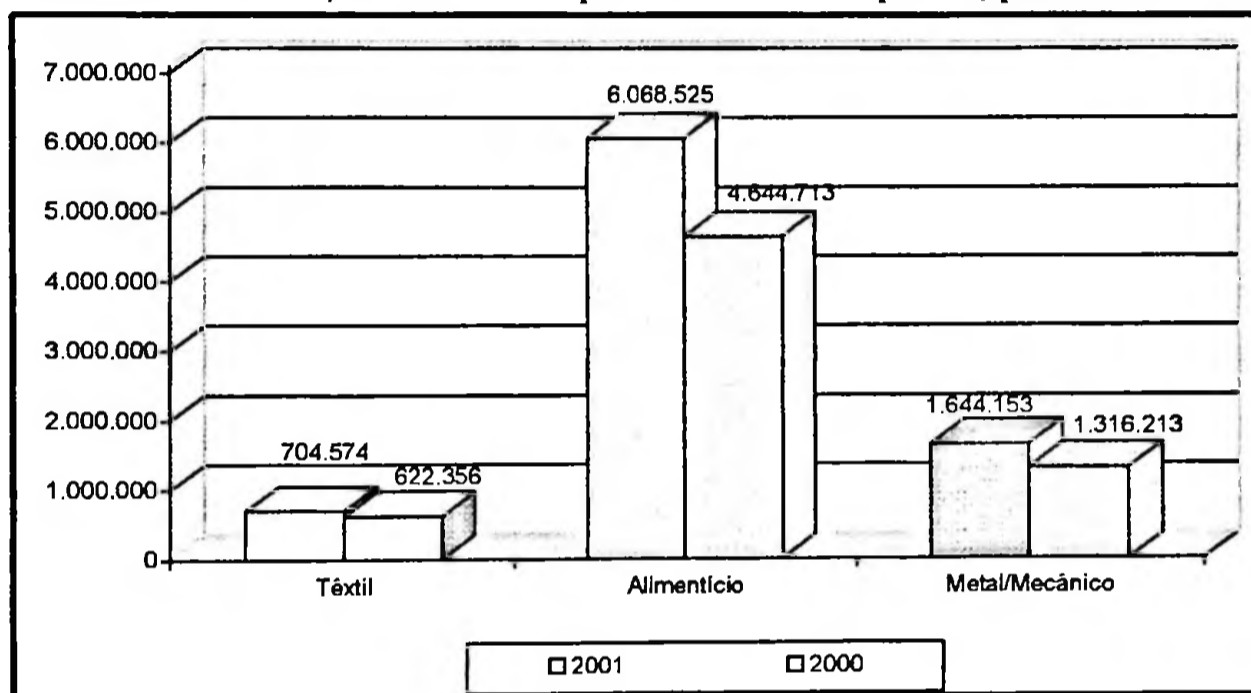
Este tópico, de acordo com o modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase, o qual vem sendo adotado por cerca de ‘100 empresas brasileiras’ (Ibase, 2003), deve ser composto de informações a respeito da receita líquida, lucro operacional e folha de pagamento bruta. Estas informações são de extrema importância para a análise dos indicadores do Balanço Social. Por exemplo: relação lucro operacional/empregados – lucro operacional por empregado; relação folha de pagamento bruta/empregados – salário médio dos empregados, e assim por diante.

Destaca-se que quatro das empresas em exame vêm adotando o modelo de Balanço Social criado pelo Ibase, entretanto, mesmo utilizando o referido modelo, algumas indústrias apresentaram também outros dados, outras não evidenciaram a informação de maneira objetiva, ou seja, informaram, por exemplo, o faturamento líquido e o resultado antes das receitas e despesas financeiras deixando de fornecer o lucro operacional em relação a este tópico – base de cálculo.

Apresentam-se, a seguir, os tipos de informação, bem como o número e o respectivo percentual de empresas que os evidenciaram.

Informação	Nº de Empresas	Porcentagem
1.1 – Faturamento bruto	4	50,0
1.2 – Receita líquida	7	87,5
1.3 – Res. antes das receitas/desps. financeiras	3	37,5
1.4 – Resultado operacional	5	62,5
1.5 – Faturamento líquido p/funcionário	1	12,5
1.6 – Fl. de pagamento bruta	7	85,7
1.7 – Mão-de-obra terceirizada	2	25,0

Gráfico 1 – Evolução da receita líquida anual das empresas, por setor

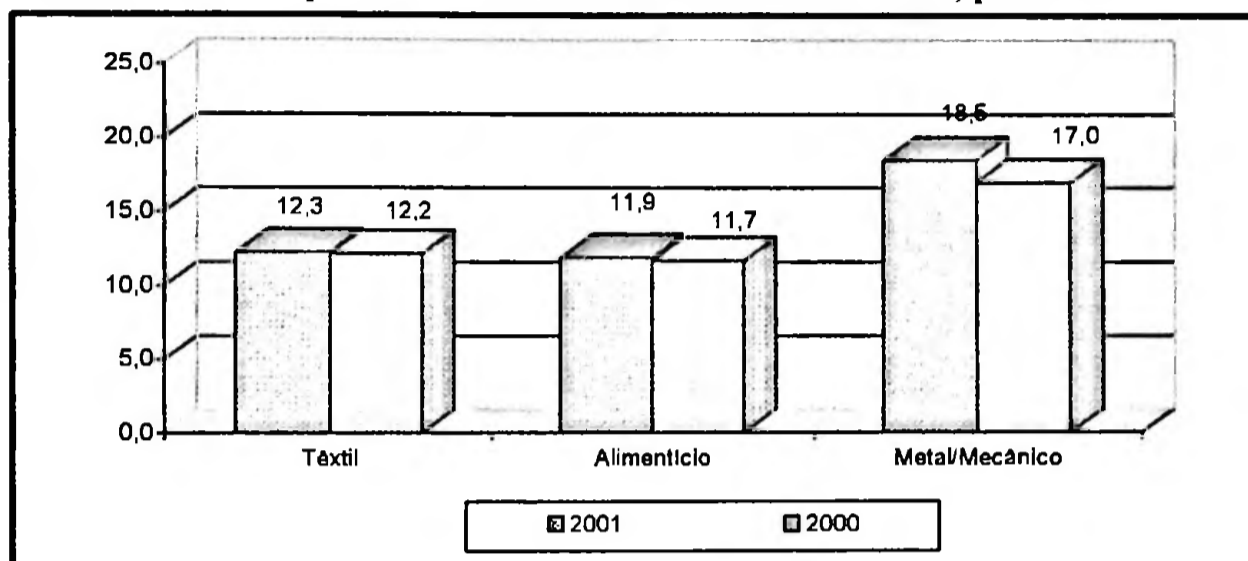


A informação da receita líquida, entre outras utilidades, possibilita acompanhar a evolução do desempenho econômico entre os diferentes setores da economia, ou entre empresas pertencentes a determinado setor. Para que se possa fazer comparações e previsões através da variação ocorrida entre um período e outro, é necessário analisar o comportamento de vários períodos. Assim a análise ficou prejudicada considerando-se que as empresas em foco forneceram dados apenas de dois exercícios, exceto duas. A oscilação entre um período de tempo e outro pode ocorrer por questões extraordinárias e, desta forma, não refletir o real desempenho de cada setor ou empresa.

O gráfico 1 demonstra que ocorreu, em termos percentuais, a seguinte variação em cada setor econômico entre os períodos 2001/2000:

Setor Econômico	Variação (%)
Têxtil	+ 13,2
Alimentício	+ 30,7
Metal/Mecânico	+ 24,9

Gráfico 2 – Comportamento do salário bruto médio anual, por setor

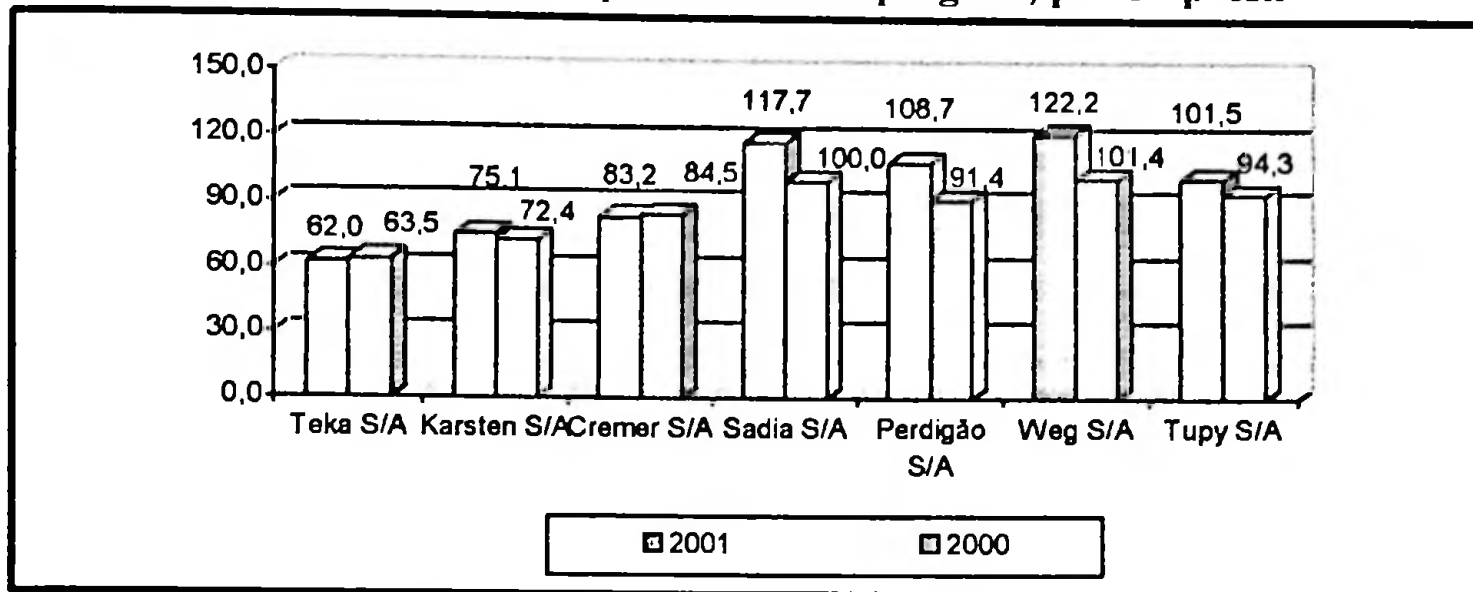


Para calcular o salário bruto médio anual, tomou-se como base o número de empregados no final de cada ano, tendo em vista que as empresas não forneceram o número de empregados existentes no início de cada período. A base correta seria a média de empregados em cada período.

Com base nos resultados obtidos, constata-se que:

- a) as empresas do setor metal/mecânico são as que melhor remuneram seus empregados, seguidas das empresas do setor têxtil e as que pior remuneram são as do setor alimentício, embora a diferença percentual entre as indústrias pertencentes aos setores têxtil e alimentício seja de apenas 3,4 %;
- b) enquanto houve um acréscimo de 8,8% nos salários das indústrias do setor metal/mecânico no ano de 2001 em relação a 2000, as empresas dos setores têxtil e alimentício apresentaram uma elevação na ordem de 0,8% e 1,7%, respectivamente.

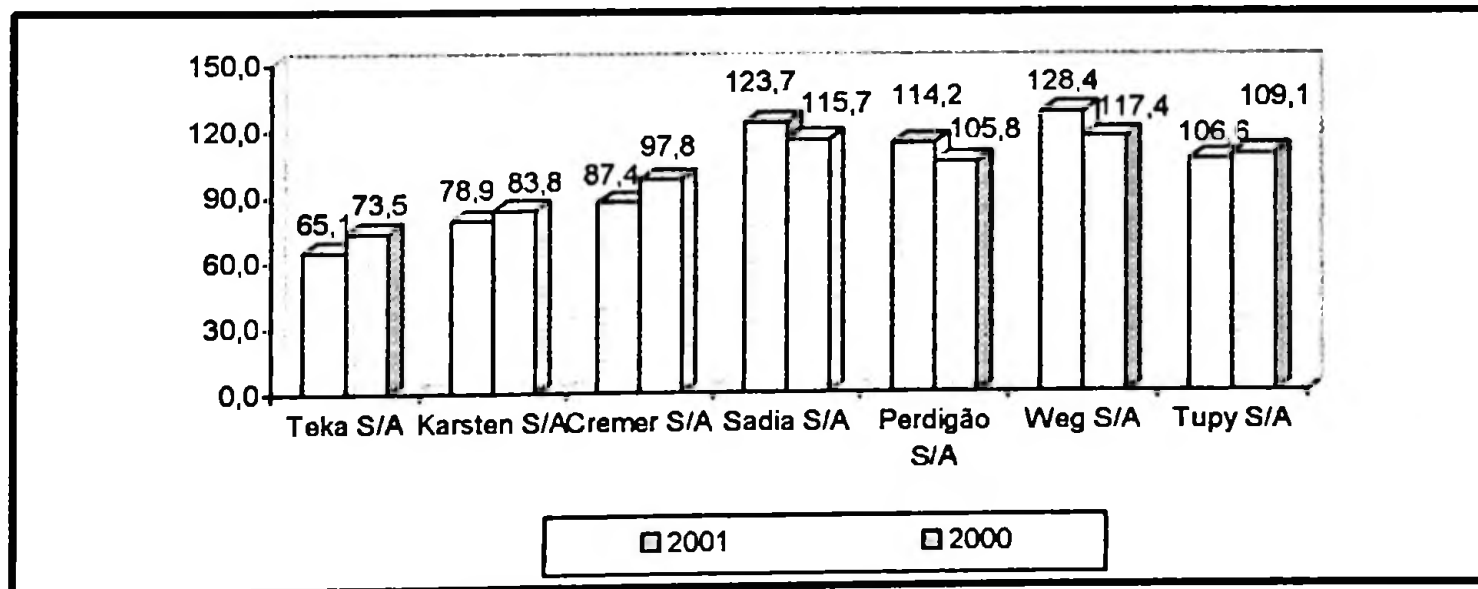
Gráfico 3 – Relação receita líquida anual/empregado, por empresa



Conforme ilustra o gráfico 3, a maioria das empresas em evidência obteve um incremento no valor da receita líquida por empregado no ano de 2001 em relação a 2000, exceto as indústrias Teka S/A e Cremer S/A que tiveram um desempenho negativo, conforme a seguir demonstrado em termos percentuais:

Empresa						
Teka S/A	Karsten S/A	Cremer S/A	Sadia S/A	Perdigão S/A	Weg S/A	Tupy S/A
-2,4	3,7	-1,5	17,7	18,9	20,5	7,6

Gráfico 4 – Relação receita líquida anual/empregado, por empresa, com os efeitos da inflação



A finalidade do sistema de correção monetária integral é produzir demonstrações contábeis em uma única moeda para todos os itens componentes dessas demonstrações, além de explicar os efeitos da inflação sobre cada conta. Ressalte-se que a utilização do sistema de correção integral atualiza todos os valores

históricos das demonstrações contábeis para uma única data.

No caso específico das receitas, o processo consiste basicamente em atualizar seu montante a partir do mês de competência, expurgando-se os juros embutidos nas vendas a prazo.

Com a atualização monetária integral das receitas, feita a cada mês conforme critérios adequados, e com base em indicador de inflação confiável, distribuição dos juros embutidos nas negociações a prazo aos devidos períodos de competência e atribuição destes às receitas financeiras e não às receitas operacionais, poder-se-ia obter os valores evidenciados no gráfico retroapresentado. Tendo em vista não se conhecer a data em que foram obtidas as receitas nem os valores individuais que formaram seu montante ao longo do período, procedeu-se a atualização monetária das receitas, utilizando-se os índices médios de inflação dos respectivos períodos com o fito, apenas, de demonstrar os efeitos provocados com a desvalorização da moeda. Ainda que não seja este o objetivo do presente trabalho, julgou-se oportuno fazer tal análise.

A inflação no Brasil é calculada por diferentes Institutos (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – Fipe; Fundação Getúlio Vargas – FGV e outros) e cada qual utiliza metodologia própria, o que faz com que haja divergência entre os índices divulgados. Dessa forma, qualquer que seja o indexador escolhido para fins de atualização monetária poderá causar polêmica.

Na presente análise, a exemplo de empresas como Sabesp; Copesul; TV Paranaense; Technos; Sansuy e Vale do Rio Doce, que publicaram demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante, utilizou-se como indexador o Índice Geral de Preços para o Mercado – IGPM, calculado pela FGV.

Considerando-se os efeitos da inflação, utilizando-se como indexador o IGPM, cujo índice foi de 10,37% em 2001 e 9,95% em 2000 (IOB, 2003), verifica-se uma nova configuração na evolução do valor da receita líquida por empregado no período 2001/2000, conforme se demonstra a seguir em termos percentuais:

Empresa						
Teka S/A	Karsten S/A	Cremer S/A	Sadia S/A	Perdigão S/A	Weg S/A	Tupy S/A
-11,4	-5,8	-10,6	6,9	7,9	9,4	-2,3

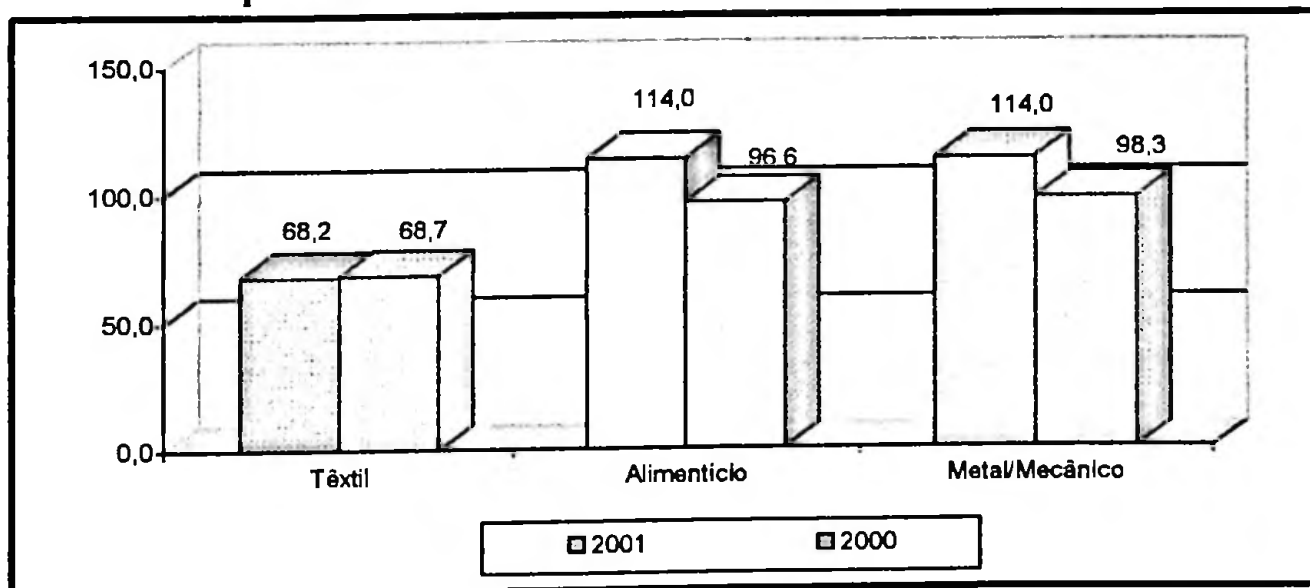
No quadro comparativo que é apresentado a seguir, fica evidente a necessidade de se elaborar o Balanço Social em moeda de poder aquisitivo de uma única data para que o usuário possa acompanhar a evolução real dos itens que envolvem valores monetários entre os diferentes períodos, caso contrário o leitor terá uma visão totalmente distorcida dos elementos monetários que o compõem.

Quadro 5 – Evolução da receita líquida nominal por empregado *versus* receita líquida real (com os efeitos da inflação) por empregado no período 2001/2000

Empresa	Variação (%) 2001/2000	
	Receita líquida anual/empregado sem os efeitos da inflação	Receita líquida anual/empregado com os efeitos da inflação
Teka S/A	-2,4	-11,4
Karsten S/A	3,7	-5,8
Cremer S/A	-1,5	-10,6
Sadia S/A	17,7	6,9
Perdigão S/A	18,9	7,9
Weg S/A	20,5	9,4
Tupy S/A	7,6	-2,3

Analisando o quadro comparativo retro, observa-se que, considerando-se os efeitos da inflação, todas as empresas obtiveram receita líquida anual por empregado no ano de 2001 em relação a 2000 inferior ao valor calculado sem os efeitos da inflação, destacando-se que, com a aplicação da correção monetária, as indústrias Karsten S/A e Tupy S/A tiveram desempenho negativo ao invés de positivo no referido período.

Gráfico 5 – Relação receita média líquida anual/empregado das empresas, por setor



O gráfico 5 mostra que houve uma variação negativa no valor da receita líquida média anual por empregado do setor têxtil, e positiva nos demais setores econômicos em evidência. Fato este não ocorrido, pelo menos em proporções idênticas, em relação ao salário bruto médio anual por setor (gráfico 2), conforme se demonstra a seguir em termos percentuais.

Setor	Variação (%) – 2001/2000	
	Rec. Líq. Média Anual p/Empregado	Sal. Bruto Médio Anual p/Empregado
Têxtil	-0,7	0,8
Alimentício	18,0	1,7
Metal/Mec.	16,0	8,8

Comparando-se os dois indicadores em tela, o que mais chama atenção é a retração ocorrida (-0,7%) na receita líquida por empregado das empresas do setor têxtil, enquanto o salário bruto médio por empregado cresceu 0,8% no mesmo período.

Destaca-se também que a variação ocorrida na receita líquida por empregado e no salário bruto por empregado no período 2001/2000, partindo-se dos dados hipotéticos, a seguir expostos, relativos ao exercício de 2000 e desconsiderando-se os demais fatores, provocou os seguintes impactos na Demonstração do Resultado do Exercício e na Demonstração do Valor Adicionado das empresas dos respectivos setores:

a) Dados hipotéticos do exercício de 2000

Dados	Setor		
	Têxtil	Alimentício	Metal/Mecânico
Receita Líquida (R\$)	10.000	10.000	10.000
Salários (R\$)	2.000	2.000	2.000
Nº de Empregados	20	20	20

b) Demonstração do resultado do exercício

DRE	Setor					
	Têxtil		Alimentício		Metal/Mecânico	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Receita Líquida	9.930	10.000	11.800	10.000	11.600	10.000
(-) Salários	2.016	2.000	2.034	2.000	2.176	2.000
Lucro Líquido	7.914	8.000	9.766	8.000	9.424	8.000

c) Distribuição do valor adicionado

Discriminação	Setor					
	Têxtil		Alimentício		Metal/Mecânico	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Valor Adicionado (R\$) ▶	9.930	10.000	11.800	10.000	11.600	10.000
Distribuição (%) ▶	100	100	100	100	100	100
Salários	20,3	20,0	17,2	20,0	18,8	20,0
Remuneração dos demais elementos que contribuíram para a formação do VA	79,7	80,0	82,8	80,0	81,2	80,0

Analisando-se a Demonstração do Resultado do Exercício, o Valor Adicionado e sua respectiva distribuição das empresas dos setores em evidência, observa-se que as variações ocorridas no período 2001/2000 na receita líquida e salário bruto por empregado provocaram diminuição no lucro líquido das empresas do setor têxtil e aumento nas empresas dos setores alimentício e metal/mecânico no exercício de 2001, conseqüentemente, neste mesmo período, houve decréscimo no Valor Adicionado e na parcela destinada à remuneração dos elementos que contribuíram para sua formação (financiadores, governo, acionistas etc., exceto quanto aos empregados que foram beneficiados com uma parcela maior do VA distribuído) das empresas do setor têxtil, sendo que o oposto ocorreu em relação às empresas dos setores alimentício e metal/mecânico, ou seja, aumento no lucro do exercício, no Valor Adicionado e na parcela distribuída a título de remuneração dos elementos que contribuíram para formação do VA (financiadores, governo, acionistas etc., exceto quanto aos empregados que tiveram participação percentualmente menor na distribuição do VA) em relação ao período de 2000.

Assim pode-se inferir que, quanto maior a diferença percentual entre a

variação da receita líquida por empregado e o salário bruto por empregado, maior será o reflexo no lucro do período, no Valor Adicionado e também na parcela distribuída aos elementos que contribuíram para sua formação.

2 - Recursos humanos

2.1 - Alimentação/saúde/educação

Um dos Balanços Sociais apresentou a informação desta forma, ou seja, três indicadores distintos apresentados de maneira globalizada. Isto impossibilita a obtenção, por exemplo, do montante ou do percentual médio de gastos por funcionários relacionados a cada um dos itens, ou ainda, quanto representa cada um destes gastos em relação às despesas operacionais, receita líquida etc.

Entende-se ser esta uma informação de pouco ou sem nenhum valor para que o usuário possa fazer a inferência que lhe convém. Sem dúvida a referida informação deveria ser divulgada com a indicação dos gastos individuais por indicador.

2.2 – Alimentação

2.3 – Almoços e lanches

Em relação aos indicadores em questão, constata-se que quatro empresas publicaram os gastos como “alimentação”; uma evidenciou tais gastos com “alimentação” e a quantidade de almoços/lanches fornecidos; uma informou apenas a quantidade de almoços e lanches servidos; uma publicou os gastos de forma globalizada com outros indicadores (alimentação/saúde/educação), e uma nada informou a respeito destes indicadores, o que é mais grave.

Portanto, ater-se-á na análise do indicador “alimentação” de quatro empresas apenas, fazendo-se uma relação dos gastos realizados com este item em relação à receita líquida.

Quadro 6 - Relação gastos com alimentação/receita líquida

Empresa	Setor	% da Receita Líquida		
		2001	2000	Variação (%)
Teka S/A	Têxtil	0,79	0,61	29,51
Karsten S/A	Têxtil	0,59	0,61	-3,28
Sadia S/A	Alimentício	0,19	0,46	-58,70
Weg S/A	Metal/Mecânico	0,44	0,44	-

Das empresas em evidência, somente a Sadia e a Weg apresentaram esta informação de acordo com o modelo de Balanço Social proposto pelo Ibase, observando-se que a Weg evidenciou a relação lucro operacional/alimentação em lugar de receita líquida/alimentação. A Teka e a Karsten apenas aproximaram-se, pois forneceram a receita líquida e os gastos realizados.

Assim, para que o leitor pudesse fazer alguma inferência a respeito deste item, constatar a variação entre um período e outro conforme se demonstrou no quadro retro, por exemplo, teria de processar algum cálculo suplementar.

Este é um exemplo de falta de transparência na informação. Para um usuário menos atento poderia passar despercebida a variação negativa ocorrida nas empresas Karsten e Sadia.

2.4 – Salários

Somente o Balanço Social da empresa Teka S/A apresentou esta informação, a qual se julga desnecessária e redundante, haja vista ter sido informado o valor da folha de pagamento no tópico Base de cálculo.

2.5 – Participação nos resultados

Com base nas informações fornecidas, constata-se que apenas três empresas adotam a política de distribuir parcela dos seus lucros aos empregados. Entre elas, nenhuma do setor têxtil.

Quadro 7 – Relação participação nos resultados/lucro operacional

Empresa	Setor	% do Lucro Operacional		Variação (%)
		2001	2000	
Perdigão S/A	Alimentício	3,01	2,6	15,77
Sadia S/A	Alimentício	3,87	9,38	-58,74
Weg S/A	Metal/Mecânico	8,69	9,36	-7,16

Ressalta-se que a indústria Perdigão prestou informação a respeito do indicador em foco evidenciando o valor do lucro distribuído, a relação percentual e a variação ocorrida entre os períodos, enquanto as demais forneceram a parcela do lucro distribuída e a relação percentual.

Da maneira como se demonstra no quadro retro, destacando-se a variação percentual ocorrida entre um exercício e outro, é possível visualizar com facilidade que os empregados da empresa Weg tiveram uma participação nos lucros consideravelmente maior em relação aos colaboradores das indústrias Perdigão e Sadia.

2.6 - Encargos sociais

Com exceção da empresa Tupy, todas as demais apresentaram esta informação.

Quadro 8 - Relação encargos sociais/folha de pagamento bruta, por setor

Setor	% da Folha de Pagamento Bruta		Variação (%)
	2001	2000	
Têxtil	33,6	33,8	-0,6
Alimentício	17,3	28,5	-39,3
Metal/Mecânico	40,1	39,1	2,6

Em ambos os exercícios, as empresas do setor metal/mecânico foram as que apresentaram o maior índice de encargos sociais sobre a folha de pagamento, seguidas das indústrias dos setores têxtil e alimentício, respectivamente. Conseqüentemente, foram as empresas do setor metal/mecânico que mais contribuíram para financiar a seguridade social, seguidas das demais na mesma ordem retrodescrita.

Constata-se que, enquanto nenhuma empresa do setor têxtil oferece plano de previdência privada aos seus funcionários, todas as empresas (em estudo) do setor alimentício e uma do setor metal/mecânico oferecem tal benefício.

2.8 - Benefícios

Embora duas empresas do setor têxtil e uma do setor metal/mecânico tenham informado este indicador, não especificaram seu destino (saúde, educação, moradia etc.). Desse modo, o leitor fica sem saber a quantia investida em cada item, o nível de prioridade dado a cada um deles, e assim por diante.

2.9 - Empréstimos a funcionários (custo)

Apenas uma empresa (Frigorífico Aurora) forneceu dados sobre o indicador em evidência. Assim, poder-se-ia inferir que os empregados das demais organizações não têm necessitado recorrer a empréstimos, em virtude do equilíbrio financeiro em seus orçamentos domésticos, ou as demais empresas não oferecem esta espécie de recurso aos seus funcionários.

2.10 - Saúde

Considerando-se a informação tal como aparece nos Balanços Sociais a respeito deste importante indicador, constata-se que apenas cinco empresas se preocupam com a saúde dos trabalhadores. Porém não se tem argumentos concretos para afirmar isto, visto que os gastos com saúde não divulgados pelas demais empresas podem estar inseridos nos gastos com benefícios, ou com previdência privada. Daí a importância de se divulgar os investimentos de maneira mais específica, possibilitando ao leitor uma visão clara da política adotada pela entidade.

2.11 - Atendimento médico em ambulatório (quantidade)

2.12 - Atendimento dentário em ambulatório (quantidade)

2.13 - Vacinação contra gripe (quantidade)

Estes indicadores foram encontrados em um dos Balanços Sociais analisados (setor têxtil).

Julga-se importante esta prática. A divulgação do número de pessoas que utilizam determinado serviço disponibilizado pela empresa pode indicar (entre outras coisas) o grau de satisfação dos funcionários/familiares que dele se utilizam, o conhecimento da existência dele etc.

2.14 - Segurança do trabalho

Constata-se a falta de divulgação de informações que reflitam a preocupação com a segurança dos trabalhadores por parte da maioria das empresas em estudo. Somente quatro empresas divulgaram os valores investidos nesta área; sendo que uma delas foi mais além, divulgando também o nome das equipes e a quantidade de membros que as compõem, em caso de incêndio. Uma quinta empresa fez menção a respeito da quantidade de horas de treinamento de prevenção de acidentes, porém não forneceu o valor investido.

Lembra-se que a “segurança do trabalho” é uma exigência legal. Portanto, à luz das informações contidas nos Balanços Sociais examinados, pode-se inferir que três entidades não estão sendo socialmente responsáveis, tampouco cumprindo a lei em relação a este item.

2.15 - Acidentes de trabalho

Outra informação ignorada por quase todas as entidades em seus Balanços Sociais. Duas empresas (Karsten e Sadia) evidenciaram os acidentes de trabalho ocorridos em quantidade, e outra (Perdigão) informou em percentuais; as demais nada mencionaram.

Quadro 9 - Evolução dos acidentes de trabalho – 2001/2000

Empresa	Setor	Nº Empregados		Acidentes (Qtd.)		Acidentes (%)	
		2001	2000	2001	2000	2001	2000
Karsten S/A	Têxtil	2.505	2.154	29	27	1,16	1,25
Sadia S/A	Alimentício	30.871	28.800	290		0,94	
Perdigão S/A	Met/Mecânico	22.377	19.291	655	617	2,93	3,20

A divulgação de acidentes de trabalho em quantidade, conforme sugere o modelo Ibase, não possibilita, pelo menos de forma direta, que o usuário tenha clara visão da variação deste índice entre um período e outro. Conforme ficou caracterizado no quadro retro, mesmo tendo aumentado o número de acidentes no ano de 2001 nas indústrias Karsten e Perdigão, na realidade houve um decréscimo, considerando-se a maior quantidade de empregados no exercício de 2001. Assim, mediante a divulgação de acidentes em termos percentuais, pode-se verificar com mais facilidade os efeitos da política adotada pela organização, bem como sua responsabilidade em relação à segurança do trabalho.

Observa-se que a empresa Sadia divulgou dados somente do exercício de 2001, e teve o menor índice de acidentes de trabalho neste período em relação às demais entidades em tela.

2.16 - Membros da brigada de incêndio

2.17 - Membros socorristas

2.18 - Membros voluntários do corpo de bombeiros

Somente a indústria Karsten forneceu dados a respeito dos indicadores retromencionados, informando a quantidade de pessoas que fazem parte das equipes de proteção contra incêndios.

2.19 - Educação

Segundo instruções do Ibase, este indicador deve representar os gastos com ensino regular em todos os níveis. Nota-se que as indústrias pesquisadas demonstram pouca preocupação com o desenvolvimento educacional de seus funcionários. Apenas duas empresas (Frigorífico Aurora e Weg) divulgaram os gastos realizados

nesta área, inclusive demonstrando os respectivos percentuais em relação à folha de pagamento e ao resultado operacional, ficando caracterizado que, em uma delas (Weg), houve um considerável decréscimo no investimento realizado no período 2001/2000.

2.20 - Treinamento e desenvolvimento

2.21 - Horas de treinamento

2.22 - Número de pessoas treinadas

Estas informações não foram fornecidas de maneira uniforme. As empresas que disponibilizaram dados a respeito destes indicadores informaram da seguinte forma:

Empresa	Informação
Teka S/A	Total gasto em R\$
Karsten S/A	Total gasto em R\$ e Quantidade de horas de treinamento
Cremer S/A	Quantidade de horas de treinamento e N° de pessoas treinadas
Perdigão S/A	N° de pessoas treinadas
Sadia S/A	Total gasto em R\$

Entende-se que o montante de recursos investidos em treinamento, cursos etc., visando o aprimoramento da capacidade de trabalho dos empregados, deve ser evidenciado pelo total gasto, complementado pelo número de pessoas treinadas e cursos. A evidenciação somente do valor gasto, apesar de possibilitar o acompanhamento da evolução entre períodos em termos de recursos despendidos, não expressa a abrangência dos programas voltados à capacitação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores. Assim, a divulgação do valor do investimento e do número de pessoas beneficiadas permite que se faça inferência a respeito do sacrifício financeiro e da amplitude e alcance das políticas da organização.

Ressalta-se que três (37,5%) dos Balanços Sociais analisados não trazem nenhuma das informações ora discutidas.

2.24 - Acidentes de trabalho (%)

Os indicadores em foco foram encontrados em um dos Balanços Sociais analisados (Perdigão). A empresa informou a quantidade de horas aplicadas em programas de treinamento em prevenção de acidentes e a quantidade (em percentuais) de acidentes de trabalho referentes ao período 2001/2000.

2.25 - Creches/Jardim de infância

2.26 - N° de crianças atendidas

2.27 - Auxílio creche

Este indicador, segundo o Ibase, deve expressar os gastos realizados com manutenção de creche no local, ou com auxílio-creche concedido aos funcionários.

De acordo com os dados levantados, constata-se que somente quatro empresas (50,0% do total) vêm oferecendo este tipo de serviço a seus empregados. Destas, três empresas informaram apenas a quantia gasta e uma evidenciou, além do valor investido, o número de crianças atendidas. Destaca-se que duas destas entidades são do setor têxtil e as demais pertencem ao setor alimentício.

Para avaliar a evolução ocorrida neste indicador, tomou-se por base as informações encontradas no Balanço Social da indústria Karsten.

Quadro 10 - Evolução dos investimentos em creche

Indicador	Dados		% da Fl. Pgto Bruta		% da Rec. Líquida	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Gastos (R\$)	71	117	0,32	0,59	0,04	0,07
N° Crianças Atendidas	146	164				

Sob qualquer ótica (variação percentual; valor gasto; número de crianças atendidas entre um período e outro) percebe-se que ocorreu uma significativa variação negativa. Um dado que se julga ser bastante significativo é o fato de que, enquanto o investimento decresceu em 39,3%, o número de crianças atendidas diminuiu apenas em 10,9%. Portanto, sempre que pertinente, é importante a divulgação do valor investido e da quantidade de pessoas que utilizaram o benefício

oferecido. No caso em evidência, considerando-se a variação percentual entre o número de crianças utilitárias e os gastos realizados, pode-se inferir que a retração ocorrida não é tão negativa quanto parece. O que faltou foi uma nota explicativa para melhor elucidar a queda neste indicador.

2.28 - Transporte

2.29 - Comunicação

2.30 - Esporte e lazer

2.31 - Outros

Poucas empresas divulgaram em seus Balanços Sociais o volume de recursos financeiros aplicados nestes itens, conforme segue:

Empresa	Setor	Área do Investimento	Valor (RS)	
			2001	2000
Teka S/A	Têxtil	Transporte/Comunicação	2.068	1.858
Karsten S/A	Têxtil	Esporte e lazer	121	119
Sadia S/A	Alimentício	Outros	9.369	13.221
Frigorífico Aurora Ltda	Alimentício	Outros (Transporte; Seguros)	1.473	

Assim, pode-se considerar que o nível de responsabilidade social da grande maioria das empresas pesquisadas, em relação a estes indicadores, é bastante baixo.

Outro aspecto a se observar é o montante (equivalente a 2,9% da folha de pagamento bruta no ano de 2001 e 4,3% em 2000) investido pela empresa Sadia e divulgado sob a denominação “Outros”, dentro do grupo “Indicadores Sociais Internos” do Balanço Social. A informação expressa desta forma é subjetiva e inadequada por não permitir que o usuário conheça as áreas beneficiadas pelo investimento.

2.32 - N° de empregados no início do ano

2.33 - N° de empregados no final do ano

A divulgação da quantidade de empregados no início e final de cada ano é uma informação indispensável para que se possa calcular o número médio de trabalhadores em cada exercício. O número médio de empregados, entre outras utilidades, permite calcular a receita líquida média por empregado, o salário bruto

médio dos empregados, acompanhar a evolução do emprego, por empresa ou setor econômico.

Todos os Balanços Sociais em estudo informam o número de empregados no final do ano, entretanto somente um apresenta estes dados em relação ao início do exercício.

Ressalta-se que a indicação do número de admissões e demissões no ano, embora provoque cálculos extras, substitui a evidenciação da quantidade de trabalhadores no início do exercício. A menção do número de admissões e demissões é desejável, porém sua utilidade é mais indicada para outras finalidades, adiante discutidas.

Quadro 11 - Evolução do emprego por setor – 2001

Setor	Nº de empregados no fim do ano		Variação (%)
	2001	2000	
Têxtil	10.338	9.055	14,17
Alimentício	53.248	48.091	10,72
Metal/Mecânico	14.418	13.377	7,78

Os resultados apontam que, em todos os setores, as empresas criaram novos postos de trabalho no ano de 2001, com destaque para aquelas do setor têxtil.

Em função da falta de informação do número de empregados no início do ano e das admissões e demissões no período (esta última pouquíssimas empresas forneceram), tornou-se inviável acompanhar a evolução ocorrida no ano de 2000 e, conseqüentemente, a oscilação ocorrida entre um período e outro.

Cabe lembrar que o Ibase sugere a divulgação apenas do número de empregados no final do período e a quantidade de admissões, enquanto Tinoco (2001) recomenda, com o que se concorda, informar o número de empregados no início e fim do ano e também a quantidade de admissões e demissões ocorridas no período.

2.34 - Nº de empregados no final do ano – terceirizados

Esta informação, que possibilita verificar a política de terceirização da mão-de-obra (MO), encontra-se nos Balanços Sociais de três empresas; indicando que

Quadro 12 - Evolução da mão-de-obra terceirizada/empregados próprios – 2001/2000

Empresa	Setor	Nº empregados no final do ano		Nº empregados Terceirizados no final do ano		(%)	
		2001	2000	2001	2000	2001	2000
Cremer	Têxtil	1.458	1.338	50	245	3,5	18,3
Perdigão	Met/Mec	22.377	19.291	3.890	2.925	17,3	15,1

Nesta análise verifica-se que, enquanto a empresa Perdigão vem adotando uma crescente política de terceirização da MO - no período 2001/2000 a MO terceirizada em relação ao seu quadro de pessoal próprio aumentou 14,6%, a indústria Cremer vem reduzindo drasticamente tal procedimento - houve uma redução de 80,9% no referido período.

Julga-se que a divulgação da variação percentual em conjunto com a quantidade de empregados permite que o leitor tenha uma visão mais clara da política adotada pelas organizações.

2.35 - Nº de admissões durante o ano

2.36 - Nº de demissões durante o ano

A divulgação do número de admissões e demissões ocorridas no exercício, entre outras utilidades, é indispensável para que o usuário da informação possa acompanhar a rotatividade do pessoal no exercício, possibilitando comparações entre períodos, empresas e setores.

Entre os Balanços Sociais analisados, constata-se que duas empresas forneceram o número de admissões e demissões e três informaram apenas as admissões. As demais nada informaram.

Para tecer-se alguns comentários, tomou-se como base as informações prestadas por duas empresas, tais como apresentadas nos respectivos Balanços Sociais.

Quadro 13 - Movimentação do pessoal – 2001/2000

Setor	▶	Alimentício		Metal/Mecânico		
Empresa	▶	Perdigão S/A		Weg S/A		
Período	▶	2001	2000	2001	2000	
Nº empreg. fim do ano		22.377	19.291	8.721	7.886	Informado
Nº de admissões		3.086	2.642	1.447	870	
Nº de demissões				614	569	
Rotatividade (%)				7,0	7,2	Calculado
Admissão (%)		13,8	13,7	16,6	11,0	
Demissão (%)				7,0	7,2	

Com base nas informações prestadas pelas empresas e nos índices que se calculou, pode-se fazer as seguintes inferências:

- a) à primeira vista nenhuma demissão ocorreu na empresa Perdigão. Salvo se os números apresentados referirem-se ao saldo líquido entre admissões e demissões, porém nenhuma nota foi divulgada a respeito disto. Portanto, a informação tal como aparece (divulgação apenas da quantidade admissões) deixa a desejar e não possibilita uma análise mais detida sobre a movimentação do pessoal. Os índices que se calculou em relação à movimentação verificada na indústria Weg, por exemplo, expressam com bastante clareza o nível de rotatividade de empregados ocorrido em cada período;
- b) enquanto o índice de admissões na indústria Perdigão ficou estagnado, na empresa Weg ocorreu um sensível aumento;
- c) houve queda, apesar de pequena, no índice de demissões ocorridas na empresa Weg.

2.37 - Nº de homens que trabalham na empresa

2.38 - Nº de mulheres que trabalham na empresa

Esta informação, recomendada por todos os autores pesquisados, não foi prestada por duas empresas (Karsten e Tupy). Em relação às demais, duas apresentaram o número de homens e mulheres (Cremer e Frigorífico Aurora), e quatro informaram somente o número de mulheres (Teka, Perdigão, Sadia e Weg),

fato este que levou a se processar cálculos extras para obter os índices seguintes.

Quadro 14 - Participação dos empregados no quadro de pessoal por sexo, por setor

	Setor								
	Têxtil			Alimentício			Metal/Mecânico		
	2001	2000	Evol.	2001	2000	Evol.	2001	2000	Evol.
Homens (%)	65,4	64,6	0,8	66,5	67,8	-1,3	82,9	82,3	0,6
Mulheres (%)	34,6	35,4	-0,8	33,5	32,2	1,3	17,1	17,7	-0,6

Conforme caracterização retro, o quadro de pessoal das empresas do setor metal/mecânico é formado predominantemente por pessoas do sexo masculino. Além disso, apresentou queda, apesar de diminuta, do número de mulheres que trabalham na empresa.

Quanto às indústrias dos setores têxtil e alimentício, a diferença entre homens e mulheres que formam suas forças de trabalho é mais ou menos idêntica, porém, em ambos os setores, a predominância dos trabalhadores também é do sexo masculino, embora em escala bem menor em relação ao setor metal/mecânico.

Outro aspecto a ser observado é que as empresas do setor alimentício apresentaram crescimento no índice de mulheres que laboram na empresa no período 2001/2000, enquanto naquelas que compõem os demais setores ocorreu queda desse índice.

2.39 - Nº de empregados menores

Os dados a respeito deste indicador foram encontrados em um dos Balanços Sociais analisados (Cremer S/A). Em relação ao total de empregados, representou 3,2% e 3,9% em 2001 e 2000, respectivamente, demonstrando uma pequena queda em sua evolução.

Esta informação foi apresentada por mais duas empresas, sob o título “empregados por faixa etária”. Aliás, é a recomendação que se encontrou na literatura pesquisada.

A indicação do número de trabalhadores menores é bastante relevante, pois pode revelar a política da empresa no sentido de dar oportunidade aos jovens de ingressarem no mercado de trabalho. Entretanto, deve ser informado por faixa etária,

de preferência classificar entre 16 a 18 e 18 a 21 anos.

2.40 - Retenção de funcionários (%)

A indústria Perdigão, única a fornecer este indicador, apresentou taxa de retenção equivalente a 89,31% em 2001 e 96,29% em relação ao ano de 2000, verificando-se um decréscimo em sua evolução na ordem de 7,25%. Entretanto, a empresa não forneceu os elementos para seu cálculo (admissões e demissões em cada exercício).

2.41 a 2.49 - N° de empregados por tempo de serviço na empresa

Dos oito Balanços Sociais em exame, dois apresentam informações a respeito da classificação do pessoal por antigüidade na empresa.

Embora os dados a seguir expostos refiram-se a períodos diferentes, julga-se não prejudicar a análise, haja vista que o objetivo não é fazer comparações entre períodos, e sim verificar a concentração do pessoal nas respectivas faixas de tempo de trabalho na empresa, em cada entidade.

Observe-se que, na data de elaboração dos respectivos Balanços Sociais, a indústria Teka tinha 75 anos de fundação, enquanto a empresa Frigorífico Aurora alcançava 32 anos de atividade.

Quadro 15 - Representação do pessoal por tempo de serviço

Anos de trabalho	Empresa			
	Teka S/A		Frigorífico Aurora Ltda	
	2000		2001	
	Qtd.	%	Qtd.	%
De 0 a 05 anos	3.453	62,1	5.937	96,2
De 06 a 10 anos	1.142	20,6	162	2,6
De 11 a 15 anos	623	11,2	56	0,9
De 16 a 20 anos	209	3,8	11	0,2
De 21 a 25 anos	108	1,9	7	0,1
De 26 a 30 anos	18	0,3		
De 31 a 35 anos	8	0,1		
Acima de 35 anos	2	0,04		

Ignorando o fato de não se dispor dos dados referentes à evolução do emprego relativos aos últimos 35 anos, são feitos os seguintes destaques:

- a) a grande maioria de trabalhadores, em ambas as empresas, concentra-se na faixa de 0 a 5 anos de emprego, mais especificamente na indústria Frigorífico Aurora (54,91% a mais);
- b) a partir da faixa de 6 a 10 anos de tempo de serviço, verifica-se um percentual bem maior de concentração de empregados na indústria Teka, em relação à empresa Frigorífico Aurora;
- c) embora a organização Frigorífico Aurora tenha 32 anos de existência, não conta com nenhum empregado com mais de 25 anos de tempo de serviço.

Entende-se que este indicador pode revelar, entre outros fatores, o grau de satisfação dos empregados em relação às políticas voltadas ao quadro de pessoal e a política de demissão praticadas por uma organização.

Neste sentido, em análise similar, voltada a determinada empresa, Tinoco (2001, p. 50) faz o seguinte comentário:

Poder-se-ia fazer a seguinte indagação, entre outras: o que leva as pessoas a trabalhar por períodos tão longos nessa empresa? Que fatores são preponderantes: segurança no emprego, salários adequados, pagos com pontualidade; participação nos resultados e nos lucros; incentivo à evolução do conhecimento e da produtividade (treinamento com melhoria contínua permanente); rentabilidade e liderança da organização etc?

2.50 a 2.64 - Empregados por faixa etária

Este indicador, número de pessoas ocupadas de acordo com a idade, foi encontrado no Balanço Social de quatro empresas. Três delas informaram em quantidade, e uma indicou em porcentagem, sendo que cada uma delas utilizou intervalo de tempo diferente nas respectivas faixas etárias.

De acordo com os dados apresentados, identifica-se que a maioria dos empregados enquadra-se nas seguintes faixas:

Quadro 16 - Concentração de trabalhadores por faixa etária - (%)

Faixa Etária	Empresa			
	Teka S/A	F. Aurora Ltda	Perdigão S/A	Sadia S/A
De 21 a 30 anos	41,4			
De 31 a 40 anos	34,0			
De 19 a 25 anos		37,3		
De 31 a 40 anos		24,7		
Até 25 anos			36,0	
De 25 a 35 anos			40,0	
Acima de 45 anos				14,25

Embora o intervalo de tempo utilizado pelas empresas para expressarem a quantidade de empregados nas respectivas faixas etárias tenha sido diferente, não permitindo comparar, com exatidão, a faixa etária de maior concentração entre as entidades, é possível verificar, de maneira direta, que a faixa etária de até 30 anos concentra o maior número de trabalhadores nas indústrias Teka e Frigorífico Aurora. Em relação à empresa Perdigão, considerando-se que a faixa etária de 25 a 35 anos abarca o maior número de pessoas, é provável que idêntica posição se verifique. Quanto à indústria Sadia, 85,75% dos empregados concentram-se na faixa etária de até 45 anos.

Portanto, para que o leitor possa melhor utilizar este indicador, é desejável um padrão de divulgação em relação ao intervalo de tempo abrangido nas respectivas faixas etárias.

2.65 a 2.79 - Grau de escolaridade dos funcionários

O nível de escolaridade do pessoal foi evidenciado em três dos oito Balanços Sociais em exame.

Observando-se os dados divulgados, verifica-se a falta de uniformidade, a exemplo do que ocorreu em relação à maioria dos demais itens que compõem os diversos Balanços Sociais, quanto à nomenclatura e forma de expressão. Duas empresas expressaram a informação em quantidade e uma informou em percentual.

No quadro seguinte, destacam-se algumas das características observadas.

Quadro 17 - Nível de escolaridade do pessoal (2001) - (%)

Escolaridade	Empresa/Setor		
	Cremer (Têxtil)	F. Aurora (Aliment.)	Perdigão (Aliment.)
Primário		18,1	
1º Grau	46,5	39,1	58,0
2º Grau	41,4	35,8	32,0
Superior	12,1	5,4	9,0
Especialização		1,6	1,0

Os números apontados permitem fazer algumas constatações, tais como:

- a) embora o Frigorífico Aurora seja a única empresa, entre as que estão em evidência, a possuir um representativo percentual de empregados que têm apenas o curso primário, tem um número maior de trabalhadores com curso de especialização, em relação às demais;
- b) a maioria dos empregados da indústria Perdigão estudou somente até o 1º grau. Este índice é bastante representativo nas demais empresas, porém em menor escala;
- c) a empresa Cremer, apesar de não deter nenhum funcionário com curso de especialização, é a que mantém o maior índice de empregados com curso superior;
- d) enquanto 18,1% dos trabalhadores da empresa Frigorífico Aurora possuem somente o curso primário, todos os empregados da indústria Perdigão têm nível de instrução superior a este, embora pertencentes a um mesmo setor econômico.

2.80 a 2.82 - Estado civil dos funcionários.

Esta informação foi encontrada apenas no Balanço Social da indústria Perdigão; revelando a seguinte classificação: solteiros = 44,0%; casados = 44,0%; outros = 12,0%.

3.1 a 3.27 - Componentes da DVA

A informação a respeito dos componentes da DVA foi, de certa forma, apresentada pela maioria das organizações cujos Balanços Sociais foram examinados. Algumas entidades forneceram os dados a partir do valor adicionado total (VAT), outras indicaram apenas os impostos sob a denominação “indicadores sociais”, e duas publicaram a demonstração completa.

Entende-se que a DVA é um componente do Balanço Social, ou seja, faz parte do conjunto de informações que compõem o Balanço Social (DE LUCA, 1991; SANTOS, 1999). Para Tinoco (1984), o Balanço Social, além das informações de caráter social, engloba o valor adicionado da empresa.

Assim, mesmo que certas empresas analisadas (duas) não a elaboraram, inseriu-se nos quadros 2 e 3 – sumário dos Balanços Sociais analisados – tópico DVA – os valores recolhidos a títulos de impostos, taxas e contribuições pelas entidades, haja vista que o montante dos recursos destinados ao governo é um dos elementos que é evidenciado na DVA como distribuição da riqueza gerada.

Para melhor compreensão, apresenta-se, no quadro seguinte, um sumário daquilo que foi informado em termos de DVA.

Quadro 18 - Sumário das informações prestadas sobre a DVA

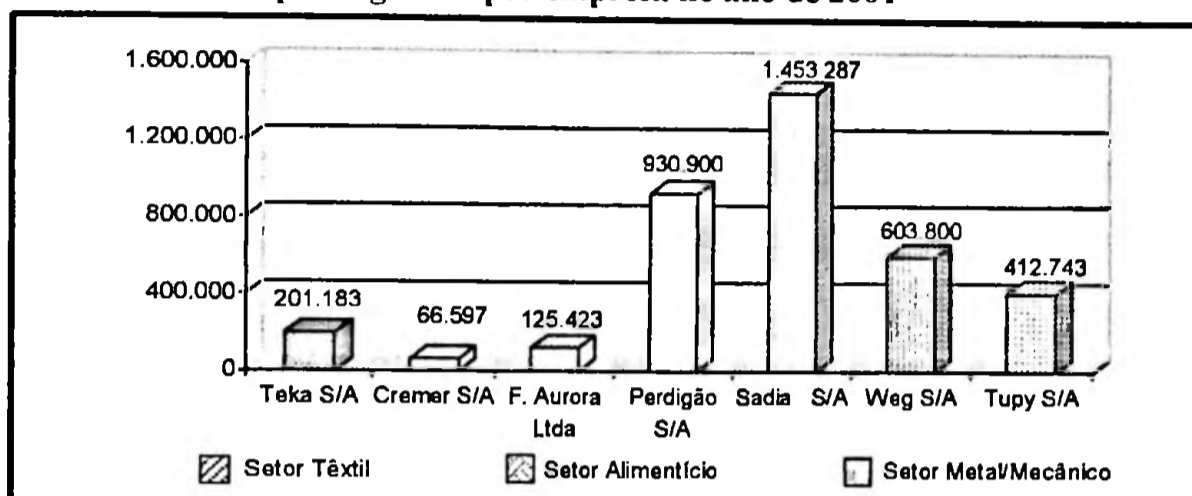
Empresa	Informações prestadas e forma de apresentação
Teka S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou a partir do valor adicionado total (VAT); • Informou o VAT em reais (somente do último exercício – 2001); • A distribuição foi informada em porcentagem, através de gráfico.
Karsten S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Indicou os impostos recolhidos, separando por esfera de governo, relativos aos dois últimos períodos – 2001/2000; • Prestou a informação sob o título “Indicadores Sociais”.
Cremer S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Informou os impostos recolhidos, separando-os por esfera de governo, relativos aos dois últimos períodos – 2001/2000; • Forneceu a informação sob o título “Indicadores Sociais”; • Publicou, de forma descritiva, na seqüência do Balanço Social, o VAT em reais correspondentes a 2001 e 2000, e a respectiva distribuição em percentuais relativa ao ano de 2001.
Frigorífico Aurora Ltda	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou de maneira completa, com base no modelo criado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi; • Divulgou em relatório separado do Balanço Social.
Perdigão S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Publicou junto ao relatório da administração, sob o título “Distribuição do Valor Adicionado”, o valor total em reais distribuído no ano de 2001 e a respectiva distribuição em percentuais; • Informou o total de impostos, taxas e contribuições, de maneira globalizada, sob o título “Indicadores Sociais Externos”, referente a 2001 e 2000.
Sadia S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou de maneira completa, com base no modelo da Fipecafi, entretanto deu tratamento diferente ao item “Retenções – depreciação”, ao invés de deduzir o montante deste do valor adicionado bruto (VAB), considerou como distribuição do VAT; • Publicou junto às Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, contemplando dois exercícios.
Weg S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Informou, dentro do relatório da administração, o valor adicionado líquido, em reais, referente ao exercício de 2001, evidenciando a distribuição em percentuais; • Indicou o total de impostos e taxas recolhidos, sob o título “Indicadores Sociais”, relativo a 2001 e 2000.
Tupy S/A	<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciou a partir do valor adicionado líquido, em reais, e a respectiva distribuição, correspondente aos exercícios de 1995 a 2001.

Conforme exposto, duas empresas (Frigorífico Aurora e Sadia) divulgaram a DVA de acordo com o modelo criado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi, ou seja, contendo dados que permitam identificar como a riqueza foi gerada e distribuída.

Embora a publicação da referida demonstração em conformidade com o modelo da Fipecafi seja mais rica em conteúdo informativo, sua publicação a partir do valor adicionado total, conforme procederam as demais empresas que divulgaram a DVA, está conceitualmente correta. A principal função da DVA é fornecer aos usuários da informação o valor da riqueza criada pela entidade e a forma de sua

distribuição (DE LUCA, 1991; IUDÍCIBUS et al., 2000).

Gráfico 6 – Riqueza gerada por empresa no ano de 2001



Conforme ilustra o gráfico supra, entre as empresas em foco, a indústria Sadia S/A foi a que mais contribuiu para o crescimento da economia no período de 2001, enquanto a Cremer S/A foi a que menos riqueza gerou.

Apresenta-se, no quadro seguinte, a forma como foi distribuída a riqueza gerada pelas empresas referente ao período de 2001. A demonstração não contempla a distribuição da riqueza relativa ao exercício de 2000 em razão da maioria das indústrias publicarem dados somente daquele período.

Quadro 19 – Distribuição da riqueza gerada, por empresa

Setor	Têxtil		Alimentício			Metal/Mecânico	
	Teka S/A	Cremer S/A	F.Aurora Ltda	Perdigão S/A	Sadia S/A	Weg S/A	Tupy S/A
Riqueza gerada	201.183	66.597	125.423	930.900	1.453.287	603.800	412.743
Distribuição (%)	100	100	100	100	100	100	100
Pessoal e encargos	35,0	28,0	48,6	34,1	32,9	27,0	36,0
Impostos, tx. e contrib.	31,0	43,6	13,2	36,2	25,3	33,0	14,0
Juros e aluguéis	30,0	27,4	19,6	10,3	27,2	11,0	45,0
Participação estatut.				1,5			0,2
Juros cap. próp. divid.	1,0		2,8	5,4	5,5	11,0	1,4
Lucros retidos	3,0	1,0	15,8	12,5	9,1	18,0	3,4

A demonstração em pauta aponta diferenças significativas na distribuição do valor adicionado em relação a certos elementos entre as empresas em evidência, dentre os quais destacam-se:

- pessoal e encargos

O Frigorífico Aurora distribuiu grande parcela (48,6%) de sua riqueza a título de salários e encargos, enquanto a Weg distribuiu apenas 27,0%.

Quadro de Empregados em 2001							
Setor	Têxtil		Alimentício			Metal/Mecânico	
Empresa	Teka S/A	Cremer S/A	F.Aurora Ltda	Perdigão S/A	Sadia S/A	Weg S/A	Tupy S/A
Número de empregados	6.375	1.458	6.173	22.377	30.871	8.721	5.697

- Impostos, taxas e contribuições

A empresa Cremer canalizou ao governo 43,6% do seu valor adicionado, ao passo que as indústrias Frigorífico Aurora e Tupy, juntas, distribuíram apenas 27,2%.

- Juros e aluguéis

Examinando-se este tópico, pode-se inferir que uma parcela significativa dos ativos das empresas Teka e Tupy está sendo financiada com capital de terceiros, haja vista que distribuíram 30,0% e 45,0% da riqueza gerada a título de juros e aluguéis, enquanto 1,0% e 1,4% foram distribuídos sob forma de juros sobre capital próprio e dividendos, respectivamente.

Entre os diversos indicadores que se pode obter a partir a Demonstração do Valor Adicionado, analisam-se, com base nas informações fornecidas relativas ao ano de 2001, os seguintes:

- valor adicionado, por setor econômico;
- valor adicionado distribuído ao governo, por setor;
- valor adicionado distribuído aos trabalhadores, por setor.

Observa-se que os dados que compõem os três quadros seguintes foram obtidos das mesmas empresas.

Quadro 20 - Valor adicionado total por setor econômico

Setor	VA (em milhares R\$)	%
Têxtil	267.780	7,1
Alimentício	2.509.610	66,1
Metal/Mecânico	1.016.543	26,8
TOTAL	3.793.933	100

De posse das informações retro, pode-se inferir que as empresas do setor alimentício (no somatório do VA) foram as que mais contribuíram para o crescimento da economia no período de 2001.

Quadro 21 - Valor adicionado distribuído ao governo, por setor econômico

Setor	VA distribuído (em milhares RS)	%
Têxtil	91.429	8,6
Alimentício	720.895	67,4
Metal/Mecânico	257.017	24,0
TOTAL	1.069.341	100

A exemplo do que ocorreu em relação ao indicador “valor adicionado total, por setor econômico”, as empresas do setor alimentício (no somatório dos recursos gerados) foram as que mais geraram recursos ao governo em relação às entidades pertencentes aos demais setores econômicos.

Quadro 22 – Valor adicionado distribuído aos trabalhadores, por setor econômico

Setor	VA total (em milhares RS)	VA distribuído (em milhares RS)	%
Têxtil	267.780	89.061	33,3
Alimentício	2.509.610	856.197	34,1
Metal/Mecânico	1.016.543	311.565	30,6

O quadro retro revela que as empresas do setor alimentício foram as que mais distribuíram VA em forma de salários e encargos, seguidas, por pequena diferença, das empresas do setor têxtil, enquanto as indústrias pertencentes ao setor metal/mecânico foram as que menos distribuíram (-11,4,% em relação às empresas do setor alimentício).

4 – Meio ambiente

4.1 Gestão ambiental

4.2 Custo em ação de segurança ambiental

4.3 Investimentos em meio ambiente

As informações fornecidas a respeito dos investimentos em meio ambiente, preconizadas pela literatura nacional e internacional consultada, inclusive recomendadas pelo Ibase, deixaram a desejar em termos de Balanço Social. Dos

Balanços Sociais examinados, apenas cinco empresas apresentaram, em linha única, sem maiores detalhes, o total de recursos investidos, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 23 - Informações evidenciadas no balanço social sobre investimentos em meio ambiente

Empresa	Setor	Informação		
		Nomenclatura	Invest. (em milhares RS)	
			2001	2000
Teka S/A	Têxtil	Gestão ambiental	3.939	3.201
Karsten S/A	Têxtil	Custo em ação de segur. ambiental	5	2
F. Aurora Ltda	Alimentício	Investimentos em meio ambiente	1.371	
Sadia S/A	Alimentício	Invests. em projetos/progr. externos	25	
Weg S/A	Metal/Mec.	Investimentos em meio ambiente	671	818

Justifica-se a ausência do valor dos investimentos referentes ao exercício de 2000 das empresas Frigorífico Aurora e Sadia pelo fato da primeira ter fornecido os dados somente do Balanço Social de 2001 e da segunda nada ter informado a respeito dos investimentos relacionados ao referido período.

Na verdade, todas as entidades que forneceram os Balanços Sociais em estudo prestaram informações acerca de suas políticas ambientais. Entretanto algumas evidenciaram suas ações de forma descritiva, dentro do Relatório da Administração e em outras partes do Balanço Social, observando-se que uma informou apenas o montante investido, conforme descrito no quadro seguinte.

Quadro 24 - Sumário das informações fornecidas relativas ao meio ambiente

Empresa	Informação
Teka S/A	<ul style="list-style-type: none"> Desde 1978, investiu mais de 6 milhões de dólares na implantação de estações de tratamento de efluentes líquidos e gasosos.
Karsten S/A	<p>Ações empreendidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reutilização parcial da água; Controle de emissões atmosféricas dentro dos padrões aceitáveis; Reutilização do plástico no tingimento <i>foulard</i>; Campanha de redução de energia; Seleção de materiais tipo lâmpadas fluorescentes, baterias, metais, plásticos e outros, para serem reciclados por empresas especializadas.
Cremer S/A	<p>Ações de preservação do meio ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Possui moderno sistema de tratamento de efluentes, com capacidade de 150m³ por hora de operação; Mantém em funcionamento três lavadores de gases com a finalidade de despoluição dos gases à atmosfera; Recuperação de aproximadamente 956.400 litros anuais de benzina evaporados durante o processo de secagem dos adesivos; Reciclagem de materiais.
Frigorífico Aurora Ltda	<p>Educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa Reciclagem Vida – Implantado em 1994, as idéias básicas são reaproveitar e dar o destino adequado aos materiais recicláveis como metal, papel e plástico; Programa Despertar – O programa é levado aos filhos de funcionários e a algumas escolas dos municípios onde existem unidades da empresa. O objetivo é mostrar para as crianças que, com atitudes simples, como a separação do lixo, a preservação dos rios, fontes e animais, podemos salvar a natureza.
Perdigão S/A	<ul style="list-style-type: none"> Os gastos em programas ambientais chegaram perto de R\$ 6 milhões de reais, uma verba 125% superior à despendida em 2000; Execução de projetos e programas, tais como: sistema de tratamento de efluentes e gases; processamento de resíduos sólidos; reflorestamento; preservação e conservação de rios; redução do consumo de energia e água, educação ambiental; suporte aos seus produtores integrados na questão ambiental.
Sadia S/A	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolve programas de reciclagem de material orgânico, utilizado na adubação de lavouras dos produtores integrados, e de materiais inorgânicos, revendidos a indústrias de reciclagem; Visando atenuar o impacto ambiental, trabalha com metas de redução de consumo de água, lenha e energia elétrica; Políticas de preservação da mata nativa, rios e lagos.
Weg S/A	<p>Educação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> Manutenção, em parceria com a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e Fundação Avina (Suíça), do projeto de educação ambiental do Santuário Rã-Bugio, desenvolvido com os alunos do ensino fundamental de Guaramirim (SC) e região. No projeto, os alunos aprendem sobre a importância de conservar a floresta atlântica e sua biodiversidade.
Tupy S/A	<ul style="list-style-type: none"> Em 2001, investiu 9 milhões na defesa do meio ambiente.

5 – Benefícios e contribuições à sociedade em geral

5.1 Apoio a projetos institucionais

5.2 Educação e cultura

5.3 Esporte e lazer

5.4 Entidades assistenciais filantrópicas

Embora a maioria das empresas em exame afirme, em seus relatórios, que está consciente de sua responsabilidade social e que contribui de forma expressiva para o desenvolvimento social da comunidade, pouquíssimas empresas, apenas três, evidenciaram em seus Balanços Sociais informações a respeito destes indicadores, os quais expressam o compromisso voluntário das entidades no sentido de promover o bem-estar da comunidade.

Considerando-se que a demonstração em tela é composta por investimentos essencialmente voluntários, não previstos em lei, realizados pelas empresas na área social, entende-se que os indicadores que a compõem são uns dos que melhor exprimem o grau de responsabilidade social das entidades.

Fazer ações sociais apenas em cumprimento às exigências legais, pressões de organizações não governamentais etc., não significa que uma entidade possa ser considerada socialmente responsável, no sentido pleno de responsabilidade social (TAYLOR, 1980).

A seguir apresentam-se os investimentos realizados nesta área, bem como sua evolução. Ressalta-se que a indústria Sadia não faz parte da presente análise pelo fato de ter informado somente os recursos investidos no exercício de 2001.

Quadro 25 - Evolução dos investimentos em benefícios e contribuições à sociedade

Investimento	Empresa/Setor			Empresa/Setor		
	Perdigão S/A – Alimentício			Weg S/A – Met/Mec.		
	% Do lucro operacional			% Do lucro operacional		
	2001	2000	Evol. (pp)	2001	2000	Evol. (pp)
Apoio a Projetos Institucionais	0,279	0,744	-0,465			
Educação e Cultura				0,321	0,317	0,004
Esporte e Lazer				0,006	0,014	-0,008
Entids. Assists. Filantrópicas				0,171	0,138	0,033
Total dos Invests. Voluntários (%)	0,279	0,744	-0,465	0,498	0,469	0,029

Observa-se que, se se comparar a evolução em termos de montante investido em si, em cada período, configura-se a seguinte situação:

- Perdigão S/A: investiu 25% a mais no ano de 2001 em relação a 2000;
- Weg S/A: investiu 63% a mais no ano de 2001 em relação a 2000.

4.4 Considerações finais sobre os dados das amostras

4.4.1 Uniformidade das informações

Todos os Balanços Sociais examinados foram elaborados de maneira diferente em relação à estrutura do modelo; nomenclatura dos indicadores; conteúdo, forma de expressão dos dados (informação em percentual; em valor; em quantidade, sobre um mesmo indicador) etc. Isto impossibilita que os diferentes usuários da informação possam melhor usufruir deste veículo de informação, fazer comparações com outras entidades, por exemplo.

A utilidade da informação amplia-se quando é apresentada de forma que permita comparar uma entidade a outra, “o termo *uniformidade* subentende que eventos iguais são apresentados de maneira idêntica” (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999, p. 101, grifo original).

Quanto à diversidade de modelos utilizados pelas indústrias catarinenses analisadas, acredita-se ser fruto, independente da inexistência de obrigatoriedade legal (em nível nacional) de sua elaboração, da existência de um modelo padrão oficial a ser utilizado no Brasil, embora o Ibase tenha criado um modelo básico de Balanço Social, o qual vem sendo utilizado por uma razoável quantidade de empresas.

4.4.2 Recursos humanos

De acordo com os dados obtidos, constata-se que as empresas deixaram muito a desejar a respeito das informações que revelam seus compromissos e responsabilidades sociais frente a suas forças de trabalho.

Nenhum dos indicadores foi apresentado pela totalidade das entidades, nem

mesmo um indicador tão singular como o montante de encargos sociais, foi fornecido por unanimidade.

Investimentos com vistas a atender necessidades básicas dos trabalhadores, tais como: educação, saúde, transporte, lazer etc.; políticas voltadas à valorização, ao desenvolvimento profissional e reconhecimento do trabalho dos empregados, foram informados pela minoria das empresas examinadas.

Segundo Kroetz (2000, p. 87), em nível interno, as informações devem expressar as iniciativas relevantes que contribuem para a qualidade de vida na entidade e promoção humana de seus empregados, “tais como: educação profissional e formal, saúde, segurança no trabalho, alimentação e esporte”.

Para melhor julgamento do nível das informações encontradas, pertinentes ao quadro de pessoal, tanto de interesse interno quanto externo, apresentam-se, no quadro seguinte, as informações com menores índices de divulgação, bem como o número de empresas que as forneceu e o setor em que predominou a evidenciação. Lembrando-se que são oito os Balanços Sociais em estudo.

Quadro 26 - Indicadores de recursos humanos com menor índice de divulgação

Indicador	Nº de empresas	Setor predominante
Participação nos lucros	3	Alimentício
Previdência privada	4	Alimentício
Empréstimos a funcionários	1	Alimentício
Atendimento médico na empresa	1	Têxtil
Segurança do trabalho	4	Têxtil/Alimentício
Acidentes de trabalho	3	Alimentício
Educação	3	Alimentício
Gastos com treinamento e desenvolvimento	3	Têxtil
Auxílio creche	4	Têxtil/Alimentício
Esporte e lazer	1	Têxtil
Auxílio transporte	2	Têxtil e Alimentício
Empregados p/tempo de serviço	2	Têxtil e Alimentício
Empregados por faixa etária	4	Alimentício
Grau de escolaridade dos funcionários	3	Alimentício

Outros indicadores igualmente relevantes, inclusive preconizados pelo Ibase, relativos ao corpo funcional, foram evidenciados apenas no Balanço Social da Sadia referente ao período de 2001 (vide quadro 4), tais como: relação entre a maior e a menor remuneração na empresa - permite identificar o equilíbrio na distribuição dos salários; absenteísmo - pode revelar, entre outros, o nível de motivação dos funcionários; cargos de chefia ocupados por mulheres e negros - tende a refletir o

grau de discriminação e racismo existente na organização; número de empregados portadores de deficiência – exprime o grau de sensibilidade dos gestores em dar oportunidade de trabalho a estas pessoas.

4.4.3 Demonstração do valor adicionado

Embora seja louvável a iniciativa tomada por parte da maioria das empresas que forneceram os Balanços Sociais em elaborar tal demonstração, mesmo que ainda não seja legalmente obrigatória, observa-se que as informações fornecidas, exceto quanto àquelas prestadas pelas indústrias Frigorífico Aurora e Sadia, não permitem que se obtenha alguns dos indicadores econômicos e sociais passíveis de obtenção a partir da DVA, especialmente quando preparada e divulgada dentro dos padrões do modelo desenvolvido pela Fipecafi, entre os quais destacam-se:

- a) Taxa de valor adicionado bruto (valor adicionado bruto/vendas de mercadorias ou serviços) – indica o valor adicionado bruto (VAB) gerado por uma empresa em determinado período. Quanto maior melhor, ou seja, mais riqueza a empresa gerou para o país, região etc., e a conseqüente maior participação na formação do PIB. Esta taxa permite também que os gestores e os demais usuários façam acompanhamento da variação desta taxa entre um período e outro, e entre outras entidades (TINOCO, 2001).
- b) Parcela do valor adicionado distribuído às diferentes esferas de governo – entende-se que a divulgação desta informação de maneira global, ou seja, pelo total destinado ao governo, como foi apresentado por algumas empresas, não é a forma mais apropriada de evidenciação, pois não permite que as partes interessadas saibam o montante do VA que foi distribuído a cada esfera de governo. Neste ponto, discorda-se do modelo da Fipecafi, que recomenda apenas a informação da parcela do VA destinado ao governo, a título de impostos, taxas e contribuições.

Outro ponto a ser destacado é que nenhuma empresa divulgou a DVA como

parte integrante do Balanço Social. Entende-se que a demonstração em tela é parte integrante, um tópico, do Balanço Social, portanto não deve ser divulgada em separado do Balanço Social, muito menos em forma de gráfico como procederam algumas empresas examinadas.

4.4.4 Meio ambiente

Conforme ficou explícito em comentário anterior, a responsabilidade social das empresas em relação ao meio ambiente foi expressa das mais variadas formas possíveis, quer seja em relação à amplitude da informação, quer seja quanto à forma de divulgação. Diante disto julga-se conveniente destacar três pontos relevantes:

- a) Forma de apresentação das informações: conceitualmente, a exemplo da DVA, entende-se que o Balanço Ambiental é um componente do Balanço Social (IUDÍCIBUS et al., 2000). Assim, no tópico destinado às informações dos indicadores ambientais, os investimentos em programas e projetos ambientais relacionados com as operações da empresa, e externos direcionados à preservação e conservação do meio ambiente e educação ambiental, devem ser evidenciados individualmente por segmento. Neste mesmo tópico deve ser informado o passivo ambiental, as obrigações já assumidas e as contingentes, complementados por notas explicativas para melhor elucidar as políticas adotadas pela organização.

As informações tal como aparecem nos Balanços Sociais analisados são muito pouco esclarecedoras, dificultando os usuários na tomada de decisão.

- b) Amplitude da informação: informar os gastos em programas e projetos ambientais em termos quantitativos se faz necessário, entretanto um aspecto importantíssimo é a evidenciação da informação em termos qualitativos, tais como os projetos que estão sendo desenvolvidos para proteção e preservação do meio ambiente, os resultados já alcançados em

termos de controle da poluição do ar etc., impactos causados com os programas de reciclagem, e assim por diante (MARTINS et al., 1995; DE LUCA, 1998; SUBIABRE, 1980).

- c) Aspectos ambientais que denigrem a imagem da empresa: nenhum dos Balanços Sociais examinados apresentou qualquer espécie de informação sobre possíveis danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades operacionais das organizações. Diante de tal fato, poder-se-ia fazer indagações sobre dois pontos básicos:
- Estariam todas estas organizações operando com padrões técnicos tão adequados de maneira a não agredir o meio ambiente sob qualquer aspecto?
 - Estariam estas empresas publicando somente as boas ações e deixando de informar os aspectos negativos, utilizando o Balanço Social como veículo de marketing?

4.4.5 Notas explicativas

As notas explicativas surgiram para trazer maior esclarecimento aos usuários da informação a respeito dos elementos evidenciados nas demonstrações contábeis, possibilitando ao leitor uma visão mais ampla sobre a situação patrimonial e financeira da entidade e dos respectivos empreendimentos, bem como informações de natureza social e de produtividade. De acordo com Iudícibus et al. (2000) são informações complementares às demonstrações contábeis e representam parte integrante delas.

É desejável que o Balanço Social, pela natureza dos itens que o compõem, seja complementado por notas explicativas que tragam esclarecimentos adicionais a respeito das informações de caráter social e econômico evidenciadas, tornando mais transparente a responsabilidade social da empresa perante o público.

Destaca-se que todos os Balanços Sociais analisados são desprovidos de notas explicativas.

4.4.6 Auditoria do balanço social

A auditoria do Balanço Social visa contribuir para uma gestão eficaz da empresa e, conseqüentemente, proporcionar maior segurança às informações sociais, econômicas e ecológicas divulgadas para os usuários (ARAÚJO, 2003). Segundo Tinoco (2001, p. 123), “a auditoria é de fundamental importância para a segurança dos agentes sociais, em relação às atividades desenvolvidas pelas organizações, inclusive para os gestores e controladores dessas entidades”.

A auditoria do Balanço Social, entre outros benefícios, propicia maior confiança na organização, por parte de investidores, credores e sociedade em geral.

Reportando-se à Auditoria Ambiental, Ribeiro (1992, p. 69) enfatiza que “a necessidade de controle das agressões ambientais trouxe a possibilidade desta área do conhecimento estar atuando na verificação e orientação da efetiva eficácia do processo operacional, no sentido de minimizar, se não evitar, danos ao meio ambiente”.

Ressalta-se que nenhum dos Balanços Sociais examinados é auditado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitas décadas discute-se a responsabilidade social das organizações. Este tema, que teve origem nos Estados Unidos da América, ganhou força na Europa e posteriormente expandiu-se para os demais continentes. Atualmente cada vez mais a sociedade exige que as empresas tornem públicas suas políticas e ações.

Pressionadas por diferentes entidades, tais como Igrejas, Sindicatos, Organizações Caritativas, Universidades etc., as empresas passaram a prestar contas de suas atitudes no campo social, utilizando-se de um relatório chamado Balanço Social, o qual inicialmente prestou-se a fornecer informações relacionadas ao corpo de empregados.

Hodiernamente há um consenso de que o empreendimento não pode somente visar lucros. A empresa para desenvolver suas atividades consome recursos naturais; utiliza-se da força física e do conhecimento de seus empregados; faz uso de bens que pertencem à comunidade; polui o meio ambiente etc., assim tem a obrigação de mostrar à sociedade a maneira como utiliza estes recursos. A empresa é uma célula da sociedade e, como tal, tem o dever de prestar contas aos demais componentes dessa sociedade.

A contabilidade tem como principal objetivo fornecer informações econômicas a seus usuários que lhes permitam tomar decisões. As demonstrações contábeis tradicionais são os veículos que vêm sendo utilizados no Brasil, cujas informações são essencialmente de natureza econômico-financeira.

Recentemente, em função da ampla discussão a respeito da responsabilidade social das empresas, um novo relatório, mesmo que ainda não obrigatório legalmente, está sendo utilizado pelas entidades, designado Balanço Social.

Esta demonstração tem por objetivo informar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. As principais informações que ele deve conter são: qualidade de vida na organização e políticas visando a promoção humana; postura da empresa em relação ao meio ambiente; formação e distribuição

da riqueza gerada pela empresa; políticas externas voltadas à educação, esporte, filantropia etc.

O desenvolvimento do presente estudo, com base nos questionários enviados e na amostra das oito empresas que foram efetivamente analisadas, possibilitou chegar-se às considerações a seguir descritas.

- Grande parte das empresas vem incorporando o Balanço Social. Das vinte entidades que responderam o questionário, 10 elaboram, ou seja, 50,0%.
- A maioria das organizações publica dados de apenas dois exercícios. Desta maneira, ficou-se impossibilitado fazer inferências com maior segurança a respeito da evolução dos diferentes indicadores e verificar-se tendências.
- As entidades adotam modelos diferentes e publicam os dados das mais variadas formas. Um mesmo indicador é expresso em valores por algumas organizações, em quantidades físicas ou percentual por outras. Isto impossibilita ao usuário fazer comparações entre empresas.
- À luz dos conceitos estudados, considera-se que o conteúdo dos Balanços Sociais é bastante insatisfatório. Nenhum dos indicadores foi informado por unanimidade das empresas. Muitas informações relevantes não foram evidenciadas em nenhum balanço, conforme comentado na subseção 4.4.2.
- A DVA vem sendo bem difundida entre as empresas. A crítica a ser feita é em relação ao modelo utilizado e padrão de divulgação. A maioria divulgou em forma de gráfico demonstrando a distribuição da riqueza em percentuais, além de não demonstrar sua formação.
- Quanto aos indicadores ambientais, o que se encontrou na maioria dos Balanços Sociais foi a descrição dos projetos ambientais dentro do relatório da administração, sendo que algumas informaram os resultados obtidos.

- Outro ponto a ser destacado é que nada foi informado a respeito do passivo ambiental e nenhum dado que pudesse denegrir a imagem da empresa foi evidenciado. Por tudo isto, infere-se que são insatisfatórias as informações fornecidas inerentes ao meio ambiente.

Assim, considera-se que as informações fornecidas pelas empresas ainda não atingiram o nível desejado de acordo com as recomendações encontradas na literatura e também sob nosso ponto de vista. Portanto recomenda-se a utilização de um modelo padrão de Balanço Social com uniformidade dos indicadores quanto à sua expressão.

O modelo que se sugere, além dos itens constantes do Balanço Social do modelo Ibase, deve conter: faturamento bruto; lucro líquido; quantidade de atendimentos médicos e odontológicos; número de horas de treinamento e quantidade de pessoas treinadas em programas de qualificação profissional; número de crianças que utilizam os serviços de creche; gastos e quantidade de horas com treinamento em prevenção de acidentes de trabalho; gastos e quantidade de horas com programas de ginástica na empresa; número de empregados no início do ano; número de demissões durante o ano; número de homens que trabalham na empresa; número de empregados por tempo de serviço; nível de escolaridade dos funcionários; empregados por faixa etária; tributos e contribuições distribuídos ao governo por esfera governamental; contribuições para entidades filantrópicas; apoio a projetos institucionais; investimentos em meio ambiente individualizados por projeto; passivo ambiental (obrigações já assumidas e contingentes); resultados obtidos com programas e projetos ambientais implantados. Em suma, deve abranger os aspectos de Recursos Humanos, Ambientais, DVA e Benefícios e Contribuições para a Sociedade em geral, em única demonstração com dados dos últimos três exercícios, acompanhado de notas explicativas.

Ressalta-se que o resultado da pesquisa não está respaldado por técnicas estatísticas e não pode ser estendido ao universo das indústrias catarinenses, tendo em vista o reduzido número de Balanços Sociais obtidos e analisados.

Finalmente, pode-se apresentar como sugestões para novas pesquisas:

- Desenvolvimento de um modelo padrão de Balanço Social com as características sugeridas neste trabalho, incluindo estudo de notas explicativas apropriadas.
- Modelo de Auditoria para o Balanço Social.
- Balanço Social em moeda de poder aquisitivo constante.
- Sistema de Informação para elaboração do Balanço Social.

6 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Francisco José. Auditando o balanço social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, nº 140, p. 83-89, março/abril 2003.

BRASIL. *Projeto de lei nº 0032, de 1999*. Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em: 13 nov. 2002.

_____. *Projeto de lei nº 3.741 de 2000*. Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/atos/leisProjetosLei3741.asp>>. Acesso em: 19 nov. 2002.

CAPPELLIN, Paola et al. Organizações empresariais em face da responsabilidade social das empresas no Brasil. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 34-67.

CARROLL, Archie, BUCHHOLTZ, Ann K. *Business and society: ethics and stakeholder management*. 4 ed. Cincinnati. Ohio: South-Western College Publishing, 1999. 750 p.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do valor adicionado*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 105 p.

_____. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998. 104 p.

DÉLANO, Alfonso Silva. O balanço social, utopia ou realidade na empresa latino-americana?. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 1-4.

ESTADO DE SANTA CATARINA – SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Informações**. Disponível em: <<http://sef.sc.gov.br/principal/index/superior.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2003.

FARIAS, Vilson Francisco de. *De Portugal ao sul do Brasil 500 anos: história - cultura - turismo*. Florianópolis: Ed. do autor, 2001. 840 p.

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Uma história voltada para a indústria catarinense*. Florianópolis: Expressão, 2000. 148 p.

FREIRE, Fátima de Souza, REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 69-115.

GLAUTIER, M. W. E., UNDERDOWN, B. *Accounting theory and practice*. 3. ed. London: Pitman, 1986. 732 p.

GONÇALVES, Ernesto Lima (org.). Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 49-57.

GRAY, Rob. Briefing: social and environmental accounting Research. *Center for Social and Environmental Accounting Research*. 1998, Glasgow, UK. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/.html>>. Acesso em: 18 set. 2002.

_____. Social and environmental responsibility, sustainability and accountability: can the corporate sector deliver? *Center for Social and Environmental Accounting Research*. 2000, Glasgow, UK. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/.html>>. Acesso em: 14 set. 2002.

GRAY, Rob, COLLISON, David, BEBBINGTON, Jan. Environmental and social accounting & reporting. *Center for Social and Environmental Accounting Research*. 1998, Glasgow, UK. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/.html>>. Acesso em: 15 set. 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michel F. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Projetos de lei – esfera federal: projeto de lei (PL) 3.116/97. *Legislação*, p. 1. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 13 nov. 2002.

_____. Projetos de lei – esfera municipal: resolução nº 005/98. *Legislação*, p. 2. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 13 nov. 2002.

_____. Projetos de lei – esfera municipal: projeto de resolução nº 004/98. *Legislação*, p. 2. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 13 nov. 2002.

_____. Balanço Social – Ibase. *Empresas que realizaram o balanço social*. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/empresas.html>>. Acesso em 04 jul. 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia*. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/estatística/economia/tabela05.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2003.

IOB – A. Thoson Company. Indicadores econômicos e fiscais. *Calendário de Obrigações e Tabelas Práticas*. São Paulo, seção 8, p. 10, maio 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 337 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 508 p.

JUNQUEIRA, Emanuel Rodrigues. *Indicadores econômicos-financeiros e desempenho ambiental: um estudo exploratório*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 162 p.

MARTINS, Eliseu. Balanço social – idéia que merece permanecer. *Gazeta Mercantil*. 18 set. 1997, p. A-3. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/c0918a3ahtm>>. Acesso em: 12 set. 2002.

MARTINS, Eliseu, RIBEIRO, Maisa de Sousa. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. *IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores*. Boletim nº 208. set. 1995, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/arquivos/artigos/ibracon95.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2002.

MOIR, Lance. What do we mean by corporate social responsibility? *Corporate Governance*, UK, v. 1, n. 2 p. 16, 2001. Disponível em: ProQuest Company. Acesso nº 77138121 em: 17 set. 2002.

MOST, Kenneth S. *Accounting theory*. Ed. Grid Inc. Columbus, Ohio. USA 1977. 349 p.

MURRAY, Alan et al. Do financial markets care about social and environmental disclosure?: further evidence and exploration from the UK. *Center for Social and Environmental Accounting Research*. 2001, Glasgow, UK. Disponível em: <<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/html>>. Acesso em: 15 set. 2002.

PORTO ALEGRE. *Lei nº 8.118, de 5 de janeiro de 1998*. Cria o Balanço Social das empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 15 nov. 2002.

POSADA, Andrés Restrepo. A empresa na América Latina: peculiaridades e possibilidades. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 5-12.

RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade e meio ambiente*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____. *Custeio das atividades de natureza ambiental*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, nº 115, p. 72-81, jan/fev 1999. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/rac/publicacoes/artigos.asp>>. Acesso em: 20 set. 2002.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. Ações das empresas para a preservação do meio ambiente. *ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas*. São Paulo, Boletim nº 415, p. 3-4, set. 1998. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/publicacoes/artigos.asp>>. Acesso em: 20 set. 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000*. Cria o Certificado Responsabilidade social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 15 nov. 2002.

SANTIAGO, Nelson Marcelo. *Acib – 100 anos construindo Blumenau*. Blumenau: Expressão, 2001. 204 p.

SANTO ANDRÉ. *Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998*. Cria o Selo Empresa-Cidadã às Empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 15 nov. 2002.

SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas*. São Paulo, 1999. Tese (Livre-Docência em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SUBIABRE, Santiago Bruron. Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 59-71.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 117-133.

SWIFT, Tracey, OWEN, David, HUMPHREY, Christopher. Social status. *Financial Management*. UK, p. 17, jan. 2001. Disponível em: ProQuest Company. Acesso nº 66830917 em: 17 set. 2002.

TAYLOR, Robert. Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 25-33.

_____. O homem na empresa: o planejamento social. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 13-24.

TEIXEIRA, Nelson Gomes. Introdução. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (org.). *Balanço social das empresas na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980, p. V-VIII.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____. *Contribuição ao estudo da contabilidade estratégica de recursos humanos*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

_____. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p.

_____. Balanço social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília, nº 135, p. 57-73, maio/junho 2002.

TORRES, Ciro. *Um pouco da história do balanço social*. Disponível em: <<http://balancosocial.org.br/historico.html>>. Acesso em: 22 jan. 2002.

UBERLÂNDIA. *Decreto Legislativo nº 118 de 11 de novembro de 1999*. Institui título de Desempenho Comunitário Empresarial e dá outras providências e revoga o decreto legislativo nº 063 de 08/05/98. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/legis.html>>. Acesso em 17 nov. 2002.

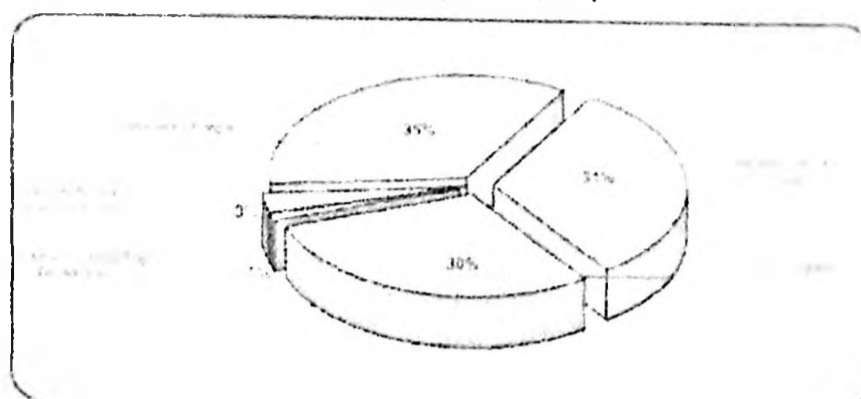
APÊNDICES
BALANÇOS SOCIAIS E DEMONSTRAÇÕES
DO VALOR ADICIONADO DAS EMPRESAS ANALISADAS



DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado

RS 201.183 mil

(Democratização da Riqueza)



PRINCIPAIS INDICADORES

1 - Base de Cálculo - (mil R\$)

	1999	2000	2001
Receita Líquida	314.083	353.076	391.947
Lucro Operacional	(86.563)	5.032	6.395
Folha de Pagamento Bruto	63.536	68.940	82.356

2 - Indicadores Laborais - (mil R\$)

	1999	2000	2001
Alimentação	2.370	2.160	3.104
Salários	46.472	50.418	61.133
Encargos Sociais	17.364	18.522	21.223
Saúde	603	651	831
Segurança	1.771	1.651	1.360
Treinamento e Desenvolvimento	217	192	232
Auxílio Creche	16	10	15
Comunicação	1.186	1.377	1.403
Transporte	531	481	665

3 - Indicadores Fiscais - (mil R\$)

	1999	2000	2001
Tributos	45.945	57.064	63.306
Gestão Ambiental	2.602	3.701	3.939

4 - Indicadores do Corpo Funcional


	1999	2000	2001
Nº de empregados ao final do período	5.578	5.563	6.375
Nº de admissões durante o período	1.426	935	1.523
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.705	1.704	2.104

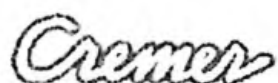
Nº de empregados por tempo de empresa - 2001

De 0 a 05 anos	3.974
De 06 a 10 anos	1.262
De 11 a 15 anos	736
De 16 a 20 anos	236
De 21 a 25 anos	112
De 26 a 30 anos	48
De 31 a 35 anos	6
Acima de 35 anos	1

Nº de empregados por faixa etária - 2001

De 0 a 20 anos	833
De 21 a 30 anos	2.691
De 31 a 40 anos	2.154
De 41 a 50 anos	645
De 51 a 60 anos	49
Acima de 60 anos	3

 Karsten	2011	2010
1. Dados Operacionais		
Faturamento bruto (R\$ mil)	201.984	199.629
Faturamento líquido (R\$ mil)	188.189	196.129
Resultado Antes das Despesas		
Resultados Financeiros (R\$ mil)	24.655	12.045
Resultado Pagarmento Bruto (R\$ mil)	213.844	192.174
Mais de 10% localizada (R\$ mil)	5.804	4.779
2. Indicadores Sociais		
Impostos Federais (R\$ mil)	9.757	2.074
Impostos Estaduais (R\$ mil)	11.448	10.580
Impostos Municipais (R\$ mil)	143	130
3. Indicadores Laborais		
Encargos Sociais (R\$ mil)	16.320	13.739
Benefícios (R\$ mil)	2.588	2.045
4. Indicadores do Corpo Funcional		
Funcionários no final do período (Fte: Relatório)	2.585	2.154
5. Treinamento		
Despesas Treinamento (R\$ mil)	249	408
6. atendimentos Médico e Odontológico		
Atendimentos em ambulatórios (quantidade)	17.650	17.224
Vacinação contra gripe (quantidade)	1.229	943
Gasto com assistência à saúde no ambulatório médico e dentário (R\$ mil)	224	197
Atendimento dentário (quantidade)	6.153	6.586
7. Jardim de Infância e Trabalhos Voluntários		
Gasto com jardim de infância (R\$ mil)	71	117
Numero de crianças atendidas (quantidade)	146	164
8. Segurança		
Quantidade de acidentes de trabalho (quantidade)	29	27
Investimento em segurança e higiene (R\$ mil)	100	85
Membros da brigada de incêndio (quantidade)	106	120
Membros socorristas (quantidade)	24	24
Membros voluntários do corpo de bombeiros de Blumenau (quantidade)	15	
Custo em ação de segurança ambiental (R\$ mil)	5	2
9. Outros Indicadores		
Custo com refeições consumidas (R\$ mil)	1.115	849
Quantidade de almoços e lanches servidos (quantidade)	585.908	526.617



	2001	2000
1. Dados Operacionais – RS Mil		
Faturamento Bruto	149.845	138.007
Faturamento Líquido	121.438	113.151
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras	11.952	9.944
Folha de Pagamento Bruta	22.868	21.663
Mão de Obra Terceirizada	3.121	2.820
2. Indicadores Sociais – RS Mil		
Impostos Federais	7.627	8.080
Impostos Estaduais	21.236	21.039
Impostos Municipais	199	200
Total Indicadores Sociais	29.062	29.319
3. Indicadores Laborais – RS Mil		
Encargos Sociais	5.655	5.045
Benefícios	2.132	1.924
4. Indicadores do Corpo Funcional		
Funcionários no Final do Período Efetivos	1.458	1.338
Funcionários no Final do Período Terceirizados	50	245
Mulheres	504	473
Homens	954	865
Menores	48	52
Funcionários com Primeiro Grau	678	886
Funcionários com Segundo Grau	603	296
Funcionários com Curso Superior	177	156
5. Treinamento		
Investimento em Horas	20.149	32.324
Número de Pessoas Treinadas	3.832	3.946
6. Outros Indicadores		
Vidas Seguradas	1.458	1.697
Refeições Consumidas	281.180	259.168
Lanches Consumidos	367.279	262.283
Sócios e dependentes da Acecremer	3.141	3.561
Contribuintes da CREMERPREV	96	96



1. Bases de Cálculo	2001
1.1 - Faturamento Bruto	775.068.414,49
1.2 - Lucro Operacional	20.027.621,20
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	44.424.038,14

2. Indicadores Laborais	2001		
	Valor R\$	% sobre folha de pagamento bruta	% sobre o lucro operacional
2.1 - Alimentação	2.801.000,06	6,31	13,99
2.2 - Previdência Privada	1.701.074,56	3,83	8,49
2.3 - Saúde	2.830.212,02	6,37	14,13
2.4 - Educação	303.479,16	0,68	1,52
2.5 - Segurança	2.389.218,38	5,38	11,93
2.6 - Encargos Sociais	17.108.942,23	38,51	85,43
2.7 - Outros (creche, seguro, transp. empregados)	617.006,05	1,39	3,08
SubTotal	27.750.932,46	62,47	138,56

3. Indicadores Sociais	2001		
	Valor R\$	% sobre folha de pagamento bruta	% sobre o lucro operacional
3.1 - Impostos gerados (excluídos os encargos sociais)	51.432.244,12	115,78	256,81
3.2 - Investimentos em meio ambiente	1.371.102,18	3,09	6,85
Subtotal	52.803.346,30	118,86	263,65

4. Indicadores do Corpo Funcional	2001
4.1 - N° de funcionários no início do ano	6.087
4.2 - N° de admissões durante o ano	1.424
4.3 - N° de demissões durante o ano	1.338
4.4 - N° de funcionários no final do ano	6.173
4.5 - N° de funcionários homens	4.502
4.6 - N° de funcionários mulheres	1.671

5. Indicadores de Idade	N° de funcionários
5.1 - N° de funcionários com 16 a 18 anos	196
5.2 - N° de funcionários com 19 a 25 anos	2.305
5.3 - N° de funcionários com 26 a 30 anos	1.415
5.4 - N° de funcionários com 31 a 40 anos	1.525
5.5 - N° de funcionários com 41 a 50 anos	593
5.6 - N° de funcionários com 51 a 59 anos	131
5.7 - N° de funcionários com 60 a 67 anos	10
Total	6.173

6. Indicadores de Escolaridade	N° de funcionários
6.1 - Com Média	19
6.2 - Com Pós-graduação completa	59
6.3 - Com Pós-graduação incompleta	19
6.4 - Com Curso Superior completo	169
6.5 - Com Curso Superior incompleto	167
6.6 - Com Segundo Grau completo	1.344
6.7 - Com Segundo Grau incompleto	865
6.8 - Com Primeiro Grau completo	1.128
6.9 - Com Primeiro Grau incompleto	1.287
6.10 - Com Primário completo	907
6.11 - Com Primário incompleto	203
Total	6.173

7. Indicadores de Tempo de Empresa	N° de funcionários
7.1 - Com até 5 anos de empresa	5.546
7.2 - Com 5 anos de empresa	391
7.3 - Com 10 anos de empresa	162
7.4 - Com 15 anos de empresa	56
7.5 - Com 20 anos de empresa	11
7.6 - Com 25 anos de empresa	07
Total	6.173

8. Benefícios com Empréstimo Empresa	Valor concedido R\$
8.1 - 341 funcionários	117.326,39

9. Vale Transportes	2001	Valor investido R\$
9.1 - 29.678 vale transportes		856.094,23

10. Beneficiários com Auxílio Escola	2001	Valor investido R\$
10.1 - 151 funcionários		262.431,32

11. Assistência Creche e Pré-escola	2001	Valor anual investido R\$
11.1 - 312 crianças/mês		124.995,62



EMPRESA: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA	
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO DE 2001	
DESCRIÇÃO	em milhares de reais pela Legislação Societária
1 - RECEITAS	776.823,35
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	775.627,69
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(1.482,90)
1.3) Não operacionais	2.678,56
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos = ICMS e IPI)	653.295,69
2.1) Matérias-primas consumidas	501.597,86
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	-
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	151.697,83
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	123.527,66
4 - RETENÇÕES	14.070,96
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	14.070,96
5 - VALOR ADICION. LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	109.456,70
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15.966,00
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-
6.2) Receitas financeiras	15.966,00
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	125.422,70
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *	125.422,70
8.1) Pessoal e encargos	60.914,21
8.2) Impostos, taxas e contribuições	16.582,74
8.3) Juros e aluguéis	24.643,91
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	3.492,28
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	19.789,56

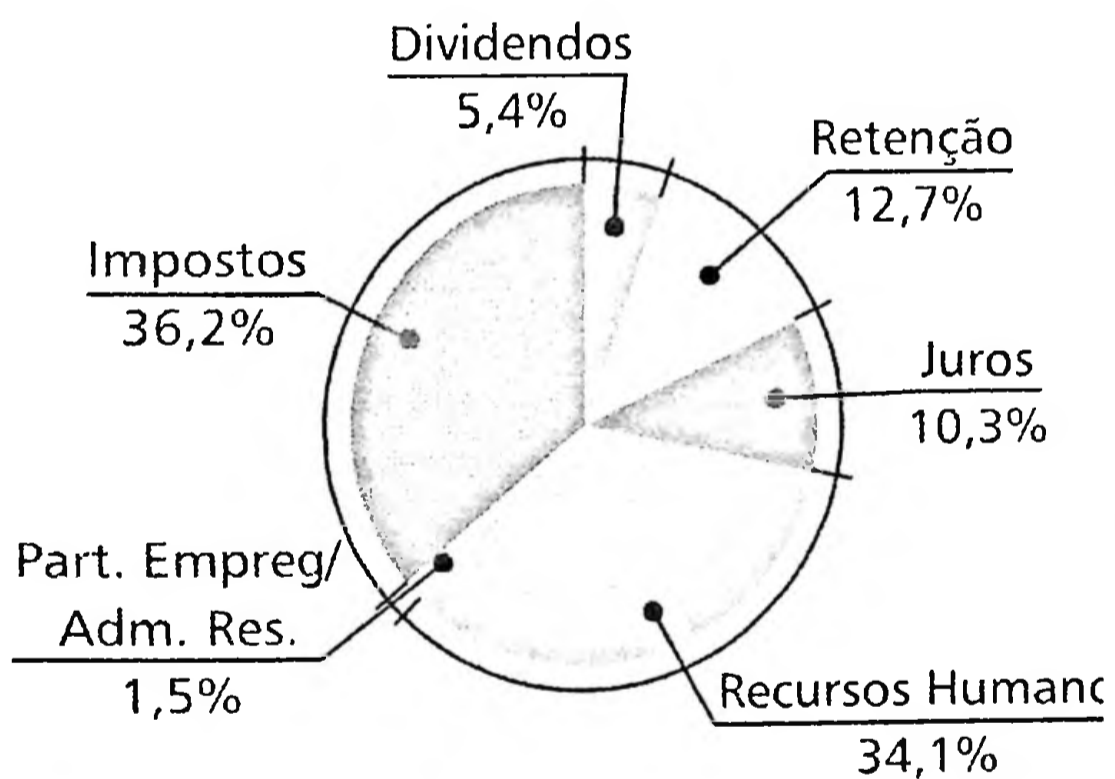
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

PIPECAFI - FUNDAÇÃO INSTIT. DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - (FEA-USP)
A DVA deverá ser referente ao exercício social da empresa.



Distribuição do valor adicionado

Total de R\$930,9 milhões;
53,4% superior ao ano anterior




Balanco Social
 (Nao Auditado)

Social Report
 (Unaudited)

1) Base de Cálculo/Calculation Basis		2001 (R\$ Mil/R\$' 000)	
Receita Operacional Líquida (ROL) / Net Operating Revenue (NOR)			3 634 825
Resultado Operacional (RO)/Operating Profit (OP)			256 887
Folha de Pagamento Bruta (FPB)/Gross Pay Roll Amount (GPR)			318 599
2) Indicadores Sociais Internos/Social Internal Highlights			
	R\$ Mil R\$ Th.	% FPB %GPR	% ROL %NOR
Alimentação /Nutritional Expenses	7.064	2,2%	0,2%
Encargos sociais Compulsórios/Compulsory Social Expenses	47.952	15,1%	1,3%
Providência Privada/Supplementary Retirement Income Plan	1.386	0,4%	0,0%
Saúde /Health	12.028	3,8%	0,3%
Segurança e Medicina no Trabalho/Workplace Safety and Work Medicine	11	0,0%	0,0%
Educação/Education	-	0,0%	0,0%
Cultura/Culture	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional/Training and Professional Development	956	0,3%	0,0%
Creches ou auxílio-creche/ Baby Care and associated benefits	83	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados/Employees Profit Sharing	9.926	3,1%	0,3%
Outros /Other	9.369	2,9%	0,3%
Total - Indicadores Laboriais /Total - Labour Highlights	88.776	27,9%	2,4%
3) Indicadores Sociais Externos /Social External Highlights			
Educação /Education	1.388,5	0,44%	0,04%
Cultura /Culture	262,2	0,08%	0,01%
Saúde e Saneamento/Health and Sanitary Benefits	-	-	-
Habitação /Housing	-	-	-
Esporte /Sports	159,9	0,05%	0,00%
Lazer e diversão/ Leisure and Entertainment	-	-	-
Creches / Nursery	-	-	-
Alimentação/Nutritional Expenses	43,8	0,01%	0,00%
Doações, Voluntariado e Campanhas/Donations, Volunteers and Social Campaigns	208,1	0,07%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade /Total on Contributions to Society	2.062,6	0,65%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais) /Taxes (excluding social securities)	367.327	115,29%	10,11%
Total - Indicadores Sociais Externos / Total - External Social Highlights	369.389,6	115,9%	10,2%
4) Indicadores Ambientais/Environmental Highlights			
Relacionados com a operação da empresa /Company Operations Related	n/d	-	-
Em Programas e/ou projetos externos / Programs and/or external Projects	25	0,01%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente /Total of environmental Investments	25	0,01%	0,0%
5) Indicadores do Corpo Funcional/Highlights on Labour Force			
Nº de empregados ao final do período/ # of Employees at year end			30.371
Nº de admissões durante o período / # of hirings in the period			8.174
Nº de empregados Terceirizados/ # of Outsourced Personnel			4.077
Nº de empregados acima de 45 anos/ # of Employees above 45 yrs. old			4.329
Nº de mulheres que trabalha na empresa/ # of Women Working for the Company			17.453
% de cargos de chefia ocupados por mulheres/ % of Women in Command Position			1,67%
Nº de negros que trabalha na empresa/ # of Black People Workers			10.542
% de cargos de chefia ocupados por negros/ % of Black People in Command Position			0,94%
Nº de empregados portadores de deficiência/ # Handicap Employees			498



Indicadores Sociais Internos

Social Internal Highlights

	2007 (R\$ Mil)			2006 (R\$ Mil)		
	RS Mil	FPB %	RL %	RS Mil	FPB %	RL %
	RS TH	GPR %	NR %	RS TH	GPR %	NR %
Receita líquida (RL)						
Net Operating Revenue (NR)				2.778.753		
Receita líquida operacional (RO)						
operating Income (OI)				20.054		84,37
Ganho líquido sobre custo de venda (LGV)						
Gross Profit Margin (GPR)				102,71%		107,41%
Aluguel Social						
Social Expenses	12.112	4,26	0,86	14.500	5,26	0,79
Despesas sociais obrigatórias						
Compulsory Social Expenses	100.011	20,44	3,78	92.170	45,51	3,37
Previdência privada						
Supplementary Retirement Income Plan	1.646	0,13	0,96	4.143	1,91	0,18
Salário						
Salary	10.148	4,60	0,47	10.920	4,27	0,49
Segurança e medicina hospitalar						
Safety and medical support	2,7	0,00	0,00		0,00	0,00
Educação						
Education	100	0,07	0,71	1.340	0,7	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Training and professional development	1.111	0,10	0,04		0,00	0,00
Prêmios e benefícios associados						
Extra benefits and associated benefits	209	0,01	0,00	1,96	0,04	0,00
Participações lucros e resultados						
Employee Profit sharing	5.542	1,80	0,20	3.317	1,48	0,14
Outros						
Other	14.211	4,30	9,48	5.192	7,06	0,29
Total	158.121	51,38	5,49	132.353	51,32	4,76
Nº de empregados ao final do período						
Number of employees at the end of the year				28.800		25.500
Nº de horas trabalhadas durante o período						
Number of hours worked during the year				4.100		4.170



Demonstração do Valor Adicionado

	Contaúdo Consolidado	
	2001	2000
Receitas / Revenues	4.097.922	3.491.297
Riquezas geradas pelas operações / Resources generated by operations:	3.935.650	3.198.195
• Vendas de produtos, mercadorias e serviços / Sale of products, goods and services	3.285.146	2.788.887
- Riquezas geradas por terceiros / Resources generated by third parties	162.272	293.102
• Outros resultados operacionais / Other operating results	15.201	248.794
• Receitas financeiras / Financial income	140.969	247.900
• Resultados de participações societárias / Equity pick-up	11.101	26.596
• Outros resultados não operacionais / Other non-operating result	2.000	7.802
Matérias-Primas adquiridas de terceiros / Raw materials acquired from third parties	(1.776.313)	(1.594.062)
Serviços de terceiros / Services rendered by third parties	(253.670)	(631.147)
Valor adicionado para distribuição / Added Value for distribution	1.567.939	1.216.081
Distribuição do Valor Adicionado / Distribution of Added Value	1.567.939	1.266.081
- Recursos humanos / Human resources	477.847	457.116
- Remuneração do capital de terceiros / Remuneration of third parties' capital	395.012	299.118
- Governo / Government	367.327	280.247
• ICMS / ICMS tax	276.050	204.287
• PIS, COFINS / PIS, COFINS taxes	24.673	89.075
• Imposto de renda e Contribuição Social / Income and social contribution taxes	41.796	89.155
• CPME e outros / CPME and other taxes	19.207	17.730
- Acionistas (Dividendos) / Shareholders (Dividends)	80.205	31.912
- Retenção / Retention	247.548	197.685
• Depreciação/Amortização/Exaustão / Depreciation/amortization/Exhaustion	114.614	104.487
• Contribuições de terceiros / Revenues	121.663	78.926
• Outros / Others	10.433	11.276



Balanço Social de 2001 – WEG CONSOLIDADO

1 – Base de Cálculo	2001		2000	
	Em Reais		Em Reais	
1.1 – Receita Operacional Bruta	1.268.872.570		962.503.988	
1.2 – Receita Operacional Líquida	1.065.935.500		799.893.868	
1.3 – Lucro Operacional Líquido	275.180.645		179.424.225	
1.4 – Folha de Pagamento e/Encargos	161.044.936		134.368.933	

2 – Indicadores Laboriais	2001			2000		
	Em Reais	% de Folha De Pcto	% de Lucro Operacional	Em Reais	% de Folha De Pcto	% de Lucro Operacional
2.1 – Alimentação	4.698.276	2,92	1,71	3.514.118	2,62	1,96
2.2 – Encargos Sociais Compulsórios	64.599.144	40,11	23,48	52.551.420	39,11	29,29
2.3 – Participação no Resultado	23.913.000	14,85	8,69	16.788.000	12,49	9,36
2.4 – Previdência Privada	3.468.807	2,15	1,26	3.021.178	2,25	1,68
2.5 – Saúde	4.044.390	2,51	1,47	3.934.593	2,93	2,19
2.6 – Educação	2.708.331	1,68	0,98	3.572.151	2,60	1,99
2.7 – Outros Benefícios	2.683.963	1,67	0,97	1.856.632	1,38	1,03
TOTAL	106.115.911	65,89	38,56	85.238.038	63,44	47,50

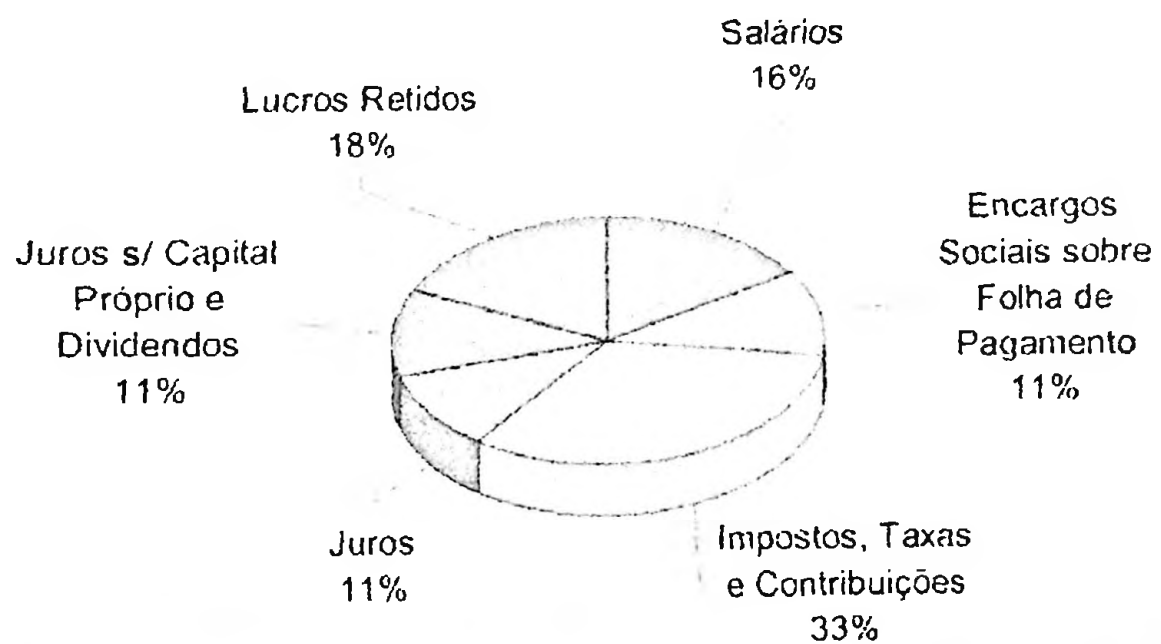
3 – Indicadores Sociais	2001			2000		
	Em Reais	% de Folha De Pcto	% de Lucro Operacional	Em Reais	% de Folha De Pcto	% de Lucro Operacional
3.1 – Impostos e Taxas	160.774.339	99,83	58,43	101.770.091	75,74	56,72
3.2 – Contribuições p/Sociedade/ Investimento na Cidadania	1.375.706	0,85	0,50	841.893	0,62	0,47
3.2.1 – Educação e Cultura	884.697	0,55	0,32	568.829	0,42	0,32
3.2.2 – Esporte e Lazer	17.280	0,01	0,01	25.765	0,02	0,01
3.2.3 – Entidades Assistenciais e Filantrópicas	471.329	0,29	0,17	247.299	0,18	0,14
3.3 – Investimentos em Meio Ambiente	671.797	0,42	0,24	818.600	0,61	0,46
TOTAL	162.819.442	101,1	59,17	103.431.186	76,97	57,65

4 – Indicadores do Corpo Funcional	2001	2000
4.1 – N° de Empregados final do Período	8.721	7.886
4.2 – N° Admissões no Período	1.447	870
4.3 – N° Demissões no Período	614	569
4.4 – N° de Mulheres que Trabalham na Empresa	1.492	1.400

Depto Contábil
2-001/2002



DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO / 2001





Valor adicionado (valor agregado) (IVA)	73.101	112.404	-49.311	179.818	286.649	292.002	412.711
Net Value Added (NVA)							
% sobre las ventas brutas antes de deducciones (over gross sales after sales returns)	29,5%	38,1%	43,9%	50,0%	60,4%	53,3%	68,2%
Distribución:							
Distribution:							
Empleados	64.860	66.833	86.559	94.425	111.125	135.104	118.529
Employees							
Remuneración al capital de terceros	76.610	26.168	26.198	41.735	114.655	92.653	185.769
Interest expenses							
Gobierno	27.954	34.819	30.505	34.109	44.468	50.548	57.761
Government							
Participación en dividendos	-	-	-	-	464	1.675	207
Dividend sharing							
Remuneración al accionista	-	-	-	-	3.542	4.836	5.861
Shareholders							
Lucros (pérdidas) netos	(38.731)	125.426	(74.511)	9.044	11.168	12.624	14.571
Net net earnings (loss)							
Número de empleados al cierre del ejercicio Number of employees at year end	4.217	4.011	4.520	4.575	5.036	5.111	5.417

ANEXOS

ANEXO A
Modelo do Questionário de Pesquisa

DATA: 00/00/00

Empresa “Alfa”

Ilmos. Senhores,

Cumprimentando-lhes cordialmente, peço vossa especial gentileza em me atender no que segue,

Sou aluno do Curso de Pós-Graduação - Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Meu projeto de dissertação tem como tema **“BALANÇO SOCIAL: Avaliação das Informações contidas no Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral elaborados e publicados pelas empresas privadas (industriais) situadas no estado de Santa Catarina”**. Assim, para dar prosseguimento em meu projeto, estou mantendo um contato inicial com vossa senhoria no sentido de obter as seguintes respostas:

1) vossa empresa elabora e publica Balanço Social abrangendo os quatro elementos acima
() sim () não;

2) se elabora o Balanço Social, porém, não contempla os quatro elementos acima, quais os itens que contempla?

() Balanço Ambiental

() Balanço de Recursos Humanos

() Demonstração do Valor Adicionado

() Demonstração dos Benefícios e Contribuições à Sociedade em Geral

3) além daquilo que já é disponibilizado via internet, caso eu necessite de maiores informações internas (informações mais detalhadas), vossa senhoria me disponibilizaria (me daria acesso)? () sim () não.

Solicito ainda, o especial favor de me enviarem um exemplar do Balanço Social de vossa empresa.

Na expectativa de vossa colaboração, agradeço antecipadamente e aguardo breve resposta.

Espaço reservado para os comentários que se fizerem necessários:

Atenciosamente,

Anacleto Laurino Pinto

Av. Marcos Konder, 1331, ap. 601, Centro, 88.301-120, Itajaí, SC.

Fone: (047) 348-6357 e 9104-4223

e-mail: al.pinto@zaz.com.br

Orientadora: Dr^a. Maisa de Souza Ribeiro

e-mail: maisorib@usp.br

Fone: (011) 818-5820

Responsável pelas informações:

ANEXO B
Projeto de Lei nº 0032/99

PROJETO DE LEI Nº 0032 DE 1999
(Do Sr. Paulo Rocha)

Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigadas a elaborar, anualmente, o Balanço Social:

I – as empresas privadas que tiveram cem empregados ou mais no ano anterior à sua elaboração;

II – as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Art. 2º. Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Art. 3º. O Balanço Social deverá conter informações sobre:

I – A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhado o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

II – Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antiguidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores; número mensal de empregados temporários; valor total da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; percentagem de mulheres em cargos de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas-extras trabalhadas; valor total das horas-extras pagas;

III – valor dos encargos sociais pagos, especificando cada item;

IV – Valor dos tributos pagos, especificando cada item;

V – Alimentação do trabalhador: gastos com restaurante, ticket-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VI - Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolso de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VII – Saúde dos empregados: valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

VIII – Segurança no trabalho: valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;

IX – Outros benefícios: seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes; creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

X – Previdência privada: planos especiais de aposentadoria; fundações providenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XI – Investimentos na comunidade: valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

XII – Investimentos em meio ambiente: reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

§ único: Os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa.

Art. 4º. As empresas mencionadas no artigo 1º. deverão dar publicidade ao seu balanço social, na forma do artigo 7º e 8º. desta lei, até o dia 30 de abril de cada ano.

§ único: As empresas que são obrigadas a publicar balanço patrimonial e financeiro seguirão os prazos previstos na legislação específica, e farão publicar o Balanço Social juntamente com aquele.

Art. 5º O Poder Executivo poderá utilizar-se das informações do Balanço social das empresas com vistas à formulação de políticas e programas de natureza econômico-social, em nível nacional e regional.

Art. 6º É facultada às empresas não mencionadas nos incisos I e II do artigo 1º a apresentação do balanço social.

Art. 7º O Balanço Social será afixado na entrada principal dos estabelecimentos da empresa nos seis primeiros meses da sua divulgação.

Art. 8º É garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa e às autoridades e órgão governamentais e do Legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

Art. 9º As obrigações contidas na presente lei não substituem quaisquer outras obrigações de prestação de informações aos órgãos públicos anteriormente estabelecidas pela legislação.

Art. 10 As empresas que não atenderem ou fraudarem, no todo ou em parte, ao disposto na presente lei, ficarão impedidas de participar de licitação e contratos da Administração Pública, de se beneficiar de incentivos fiscais e dos programas de crédito oficiais e serão sujeitas à multa pecuniária no valor a ser definido pelo Executivo, que será dobrada em caso de reincidência.

§ Único: O Poder Executivo deverá dar publicidade das empresas que não cumprirem o disposto no artigo 1º ao final de cada exercício.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação, dispondo sobre as medidas necessárias à sua plena eficácia, inclusive sobre os critérios de fiscalização e os órgãos competentes ao seu fiel cumprimento.

Art. 12 Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Um dos consensos mundiais neste final de século, expressado inclusive na Cúpula do Desenvolvimento Humano de Copenhague/95, diz respeito ao compromisso das empresas de se empenharem na promoção do desenvolvimento social.

Nas últimas décadas, assiste-se a uma crescente preocupação das empresas, no Brasil e em todo o mundo, em realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade onde a empresa se insere.

Em nosso país, medidas de diferentes naturezas (incentivos fiscais, por exemplo) já têm sido tomadas com o intuito de estimular tais práticas.

Amplia-se a consciência sobre a responsabilidade de preservação do meio ambiente e da viabilidade de aplicação de parte dos lucros auferidos, em programas ou projetos que beneficiam não só os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, mas também outros setores sociais.

Ao mesmo tempo, novos contextos marcam o mundo do trabalho, tais como a diminuição do trabalho assalariado, aumento da participação feminina e processos de reconversão tecnológica. Novos mecanismos de negociação entre empregados e empregadores são estabelecidos e se consolida, dada dia mais, a necessidade de maior visibilidade de indicadores desses contextos.

Acrescer a obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social é responder a uma demanda de prestação de contas formal dos indicadores desses contextos.

Registre-se que desde 1997 é obrigatória, na França, a elaboração do Balanço Social das empresas, com grande detalhamento dos padrões de atendimento aos trabalhadores.

Trazendo o debate para o Brasil, este tema mereceu a atenção de Herbert de Souza, o Betinho, que propôs que fossem incluídas no Balanço Social novas dimensões, incorporando os investimentos das empresas na comunidade externa à empresa (Folha de São Paulo, 26.03.97), tendo as deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, apresentado projeto de semelhante teor na última legislatura sob o nº 3.116. Embora não tenham sido reeleitas para esta legislatura, a importância da questão continua a exigir regulamentação, razão pela qual estou reapresentando o tema.

Apresentá-los numa só peça demonstrativa contribuirá para identificar o perfil social das empresas. Não gera novos encargos, nem novas cláusulas sociais, apenas expõe a realidade.

Elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais ou outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campos das políticas sociais.

Além disso, contribuirá, fundamentalmente, como encorajamento à crescente participação das empresas na buscas de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania.

Sala das Sessões.

Deputado Paulo Rocha PT/PA

ANEXO C
Lei nº 11.440/00

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
BALANÇO SOCIAL

No dia 18 de janeiro passado, o Projeto de Lei sobre Responsabilidade Social, de autoria do Deputado Estadual César Buzatto, cujo texto contou com a contribuição deste Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, foi transformado na Lei nº 11.440.

O referido diploma legal criou o Balanço Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o qual será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado perante o CRCRS ao exercício profissional.

Sendo assim, os profissionais da Contabilidade deverão elaborar o Balanço Social das suas empresas clientes e encaminhá-los à Assembléia Legislativa do RS, até o final do mês de junho, para se credenciar à obtenção do referido Certificado, que será entregue em sessão solene do Poder Legislativo Estadual.

Transcrevemos, a seguir, a Lei nº 11.440, de 18-01-2000:

“Cria o Certificado Responsabilidade Social – RS – para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Paulo Odone Ribeiro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 66 da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Certificado Responsabilidade Social – RS – a ser conferido, anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, às empresas e demais entidades com sede no Rio Grande do Sul que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Para fins do disposto no “caput” as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta Lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º - O Balanço Social de que trata o “caput” será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta Lei, outorgando-lhes o Certificado de Responsabilidade Social - RS.

Parágrafo único. O Certificado de Responsabilidade Social - RS, de que trata o "caput" deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º - Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque RS.

Parágrafo único. Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

- I - impostos - taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;*
- II - folha de pagamento bruta - valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;*
- III - condições de trabalho - higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;*
- IV - alimentação - restaurante, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;*
- V - saúde - plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;*
- VI - educação - treinamento, programa de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;*
- VII - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios oferecidos aos aposentados;*
- VIII - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;*
- LX - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;*
- X - investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;*
- XI - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);*
- XII - número de admissões - admissões efetuadas durante o período;*
- XIII - políticas adotadas visando a diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.*

Art. 5º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Lei, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que

nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque RS.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 18 de janeiro de 2000.

Deputado Paulo Odone Ribeiro, Presidente.”

ANEXO D

Lei nº 7.672/98

LEI Nº 7.672, DE 18 DE JUNHO DE 1998

(Publ. "D. Grande ABC", 24.06.98, Cad. Class. pág. 22)

CRIA o Selo Empresa-Cidadã às Empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências.

CELSO AUGUSTO DANIEL, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I – DA CRIAÇÃO DO SELO EMPRESA-CIDADÃ

Artigo 1 - Fica criado o “Selo Empresa-Cidadã de Santo André” a ser concedido às empresas privadas e públicas, bem como aos órgãos públicos municipais da Administração direta e indireta, que apresentarem qualidade de vida e de trabalho, em seu Balanço Social, nos termos da presente lei.

Artigo 2 - Balanço Social é um documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente, onde apresenta também seu cumprimento à suas funções sociais.

Artigo 3 - Fica facultada a participação na elaboração e apresentação do Balanço Social à:

I - Empresas Públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviço público, à Prefeitura Municipal e suas Autarquias e Fundações, independentemente do nº de empregados.

II - Empresas de capital privado e cooperativas, sem discriminação de ordem econômica e/ou social.

Artigo 4 - Fica à Câmara Municipal de Santo André obrigada a elaborar e apresentar seu Balanço Social, cabendo à presidência tomar as providências necessárias para o cumprimento desta lei.

Artigo 5 - O Selo “Empresa-Cidadã de Santo André”, será concedido, anualmente, na primeira semana do mês de novembro, em Sessão Solene da Câmara Municipal de Santo André.

Artigo 6º - Com o objetivo de dar conhecimento público haverá divulgação dos resultados do Balanço Social pelos órgãos públicos e pelas empresas privadas, sendo que estes deverão ser afixados em suas principais entradas, nos seis primeiros meses da sua execução e ao final de cada exercício publicados na imprensa local.

Parágrafo único – Fica garantido o acesso e divulgação do Balanço Social aos empregados da empresa, às autoridades de órgãos governamentais, do legislativo, sindicatos, universidades e demais instituições públicas ou privadas ligadas ao estudo e à pesquisa das relações de trabalho ou da promoção da cidadania.

CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE DA COMISSÃO ESPECIAL

Artigo 7 - O julgamento e a classificação ficará a cargo de uma Comissão Especial

designada pela Câmara Municipal de Santo André, com caráter paritário entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Artigo 8 - A composição da Comissão Especial se fará com 12 representantes, sendo:

I - 06 (seis) representantes do Poder Público, assim distribuídos:

a) - 03 (três) representantes indicados pelo Poder Legislativo;

b) - 03 (três) representantes indicados pelo Poder Executivo;

II - 6 (seis) representantes da Sociedade Civil, escolhidos entre seus pares, assim distribuídos:

a) - 02 (dois) representantes de Instituições, Entidades, Organizações Não Governamentais, Conselhos Municipais e/ou desenvolvam Projetos Sócio-Educativos;

b) - 02 (dois) representantes de Entidades, Associações, Sindicatos Patronais;

c) - 02 (dois) representantes de Entidades, Associações, Sindicatos de trabalhadores.

CAPÍTULO III – DOS PROCEDIMENTOS E DA PARTICIPAÇÃO

Artigo 9 - Fica a cargo da Comissão Especial estabelecer normas e procedimentos para a pontuação e classificação nas várias modalidades a serem concedidas as premiações com o “Selo Empresa-Cidadã”.

Parágrafo único – Será obrigatório a publicação das normas e procedimentos, através da imprensa local e órgãos de comunicação especializados, após 60 dias de formalmente constituídos.

Artigo 10 - Será expedido Ato do Poder Legislativo especificando dias, horários e local para as inscrições, bem como serão fornecidas cópias das normas e procedimentos.

Artigo 11 - A premiação levará em conta as seguintes modalidades:

a) - parque produtivo e porte financeiro conforme seu “status” de micro, média e grande empresa;

b) - caráter público ou privado;

c) - vínculo empresarial com às Administrações Públicas;

d) - cooperativas e/ou associações produtivas.

CAPÍTULO IV – DA NATUREZA E ESTRUTURAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Artigo 12 – O Balanço Social será composto dos seguintes indicadores:

I - Pesquisa sociológica sobre o perfil social de seus empregados e empregadas, contendo:

a) - composição do quadro geral dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, discriminando o percentual de permanentes, eventuais, tercerizados, etc.

b) - número de trabalhadores por sexo, idade, escolaridade, raça, procedência (naturalidade);

c) - tempo de trabalho e requalificação profissional por sexo, idade e raça;

d) - número comparativo, entre homens e mulheres, em cargos de chefia e/ou encarregatura e salários e funções;

e) - número de inclusões de trabalhadores deficientes, com comprometimento físico e intelectual;

f) - número de demissões e de admissão no exercício anterior (perfil social das pessoas demitidas e admitidas);

g) - composição familiar dos trabalhadores (número e idade dos filhos, número e idade de todos os membros das famílias);

h) - cálculo do percurso (aproximado), entre a moradia e o local de trabalho, bem como tipo de transporte utilizado;

i) - tipo de moradia (aluguel, próprio, pensão, etc.)

II - Avaliação qualitativa do padrão de atendimento às cláusulas sociais do trabalho, considerando a forma e o percentual gasto, comparados ao investimento total da empresa em relação aos seguintes itens:

a) - alimentação, transporte, saúde, previdência e educação para o trabalho, dentre outros fatores similares;

b) - atenção aos filhos dos trabalhadores/as através de creche, benefício educação, etc.;

c) - incentivo para o lazer, esporte e cultura dos trabalhadores/as;

d) - programa de aprendizagem e formação técnica profissional e Bolsa de Aprendizagem, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, capítulo V;

e) - incentivo à parcerias ou programas próprios de educação de jovens e adultos, a exemplo do MOVA (Movimento de Alfabetização), etc.

f) - outras formas de desenvolvimento humano para o trabalhador/a e sua família.

III - Relatório financeiro comparativo que demonstre qual o montante de investimentos e esforços desenvolvidos em programas e/ou projetos, que incentivem o desenvolvimento humano e a qualidade de vida de seus empregados e da comunidade ao seu redor, incluindo de forma discriminada todas as iniciativas com vantagem fiscal e sem vantagem fiscal realizadas no exercício anterior:

a) para fortalecimento da consciência de cidadania;

b) para a educação, esporte e cultura;

c) para o apoio e desenvolvimento de crianças e adolescentes, principalmente àqueles em situação de risco e violência;

d) para portadores de deficiência física e intelectual;

e) para o meio-ambiente, incluindo a preservação do verde em praças, parques, jardins e áreas verdes;

f) para melhorias urbanas no entorno da localização da empresa, em relação com a comunidade vizinha;

g) para colaboração e/ou manutenção de Projetos Comunitários, participativos e sem fins lucrativos.

Artigo 13 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 15 - Esta lei deverá ser regulamentada em até 90 dias após sua promulgação

ANEXO E
Lei nº 8.118/98

Abaixo a lei que cria o Balanço Social no Município de Porto Alegre

LEI Nº 8118

Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Balanço Social é um instrumento que afere os resultados dos fatos sociais realizados pelas empresas de pequeno, médio e grande porte, tanto no que diz respeito aos benefícios para seus empregados, quanto à comunidade a que estão vinculadas, no âmbito do município de Porto Alegre.

Art 2º - O Balanço Social será composto pelos seguintes indicadores:

I - folha de pagamento bruta = valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

II - alimentação = restaurante, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

III - previdência privada = planos especiais de aposentadorias, fundações previdenciárias, complementações, benefícios aos aposentados;

IV - saúde = plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

V - educação = treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca e outros gastos com educação e treinamento dos empregados;

VI - outros benefícios = seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados;

VII - impostos = taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

VIII - contribuições para a sociedade = investimentos na comunidade, nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, defesa civil, educação, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade sem fins lucrativos;

IX - investimentos em meio ambiente = reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem a conservação do meio ambiente;

X - número de empregados no final do período = número de empregados registrados no último dia do período;

XI - número de admissões durante o período = admissões efetuadas durante o período, especificando o número de homens e de mulheres, bem como a respectiva remuneração para a mesma função;

Art. 3º - O Balanço Social deverá ser apresentado por toda e qualquer empresa com sede em Porto Alegre, que tiver mais de 20 (vinte) empregados, até do último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte.

Art. 4º - A empresa que apresentar o Balanço Social receberá da Câmara Municipal o Selo da Cidadania.

Parágrafo único - O Selo da Cidadania de que trata o "caput" deste artigo será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo 30 (trinta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 05 de janeiro de 1998.

Raul Pont,

Prefeito

César Alvarez,

Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

José Fortunatti

Secretário do Governo Municipal

ANEXO F
Decreto Lei nº 118/99

Decreto Legislativo nº 118/99

**INSTITUI TÍTULO DE DESEMPENHO COMUNITÁRIO EMPRESARIAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 063 DE
08/05/98**

A Câmara Municipal de Uberlândia aprova:

Art. 1º - Fica instituído o título de "Desempenho Comunitário e Empresarial" aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que atuam no Município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, e se destacarem na promoção e execução de projetos e programas, cuja finalidade seja promover ações sociais nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura e participação comunitária.

Parágrafo único – Cada uma das áreas descritas no "caput" deste artigo será contemplada com um Certificado, e ao direito de uso do "Selo Empresa Cidadã" , pelo prazo de 01 (um) ano, em seus produtos, peças de comunicação, publicidade e propaganda, sendo que um mesmo estabelecimento poderá receber mais de uma premiação.

Ar. 2º - O título de "Desempenho Comunitário Empresarial" será entregue anualmente, em Sessão Solene, em data a ser agendada pelo Cerimonial desta Casa Legislativa.

Art. 3º - Será confeccionado e enviado pela Câmara Municipal de Uberlândia, a todos os estabelecimentos descritos no art. 1º, formulário de participação dos projetos para a sua efetiva inscrição.

§1º - A data de início e término das inscrições será oficializada através de Ato da Mesa desta Casa Legislativa, a ser publicada no Jornal "O Município".

§2º - Os projetos deverão conter o maior número possível de dados quantificados, para permitir melhor avaliação.

§ 3º - Deverão ser anexadas aos projetos enviados, outros materiais como descrição detalhada, fotografias, peças de divulgação, documentos importantes, recortes de publicações, diplomas, fitas de vídeos e outros, caso existam.

Art. 4º - A Câmara Municipal de Uberlândia, anualmente, contribuirá Constituirá Comissão Julgadora, sem remuneração, formada pôr especialistas das áreas analisadas, representantes da comunidade e organizações da sociedade civil ligadas ao meio empresarial, à avaliação da qualidade dos produtos, à defesa da vida, dos direitos humanos e sociais, do trabalho e da cidadania para classificação das empresas concorrentes.

Parágrafo único – A Comissão Julgadora deverá ser composta, também, pelos Presidentes das seguintes Comissões Permanentes desta Casa Legislativa:

- a) – Comissão de Saúde, Saneamento Básico e Meio Ambiente;
- b) – Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, de Cultura, de Desportos, Lazer e Turismo;
- c) – Comissão de Direitos Humanos, Ação Social e Defesa do Consumidor.

Art. 5º - Serão atribuições desta Casa Julgadora:

I – analisar os projetos e programas desenvolvidos pelos estabelecimentos participantes;

II – selecionar os melhores projetos ou programas, em cada área de atuação, dentro de critérios estabelecidos em regulamento;

III – julgar os casos omissos.

§ 1º - A decisão da Comissão Julgadora é soberana e irrecurável.

§ 2º - A Comissão Julgadora poderá solicitar comprovação ou informações adicionais de qualquer projeto inscrito.

Art. 6º - A Comissão Julgadora determinará as datas para a realização das reuniões, para o processo de análise e escolha dos projetos.

Art. 7º - A relação contendo a indicação dos homenageados, será encaminhada à Mesa Diretora da Câmara Municipal, pela Comissão Julgadora, 15 (quinze) dias antes da data designada para a solenidade de entrega do título.

Parágrafo único – Através de Ato da Mesa desta Casa Legislativa será divulgada amplamente a relação dos qualificados, através de publicação no Jornal "O Município".

Art. 8º - Os critérios de avaliação, para os participantes serem avaliados e qualificados, levarão em conta:

I – objetivo do projeto, tendo como indicador a relevância social, prioridade para a comunidade;

II – estratégias onde deverá ser considerado a originalidade da iniciativa e potencial de evolução do projeto;

III – execução, devendo ser avaliada a demonstração de liderança, transparência de conhecimento;

IV – resultados, com avaliação dos benefícios comunitários alcançados e constituição de modelo para outras iniciativas.

Parágrafo único – Além dos critérios elencados nos incisos supra, deve ainda ser considerado pela Comissão Julgadora como pré-requisito de avaliação e qualificação o prazo mínimo de 01 (um) ano de atuação do estabelecimento, no desenvolvimento do projeto inscrito.

Art. 9º - Todos os projetos inscritos, que atenderam aos requisitos do art.

8º supra, avaliados e considerados pré qualificados pela Comissão Julgadora terá direito ao uso do "Selo Empresa Cidadã".

Art. 10º - As despesas decorrentes deste Decreto-Legislativo correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Legislação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto-Legislativo nº 063 de 08/ 05/98.

Art. 12 º - Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 11 de novembro de 1999
Aristides de Freitas – Presidente
Joaquim Victor – 2º Secretário

Decreto Legislativo nº 118/99

**INSTITUI TÍTULO DE DESEMPENHO COMUNITÁRIO EMPRESARIAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 063 DE
08/05/98**

A Câmara Municipal de Uberlândia aprova:

Art. 1º - Fica instituído o título de "Desempenho Comunitário e Empresarial" aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que atuam no Município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, e se destacarem na promoção e execução de projetos e programas, cuja finalidade seja promover ações sociais nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura e participação comunitária.

Parágrafo único – Cada uma das áreas descritas no "caput" deste artigo será contemplada com um Certificado, e ao direito de uso do "Selo Empresa Cidadã" , pelo prazo de 01 (um) ano, em seus produtos, peças de comunicação, publicidade e propaganda, sendo que um mesmo estabelecimento poderá receber mais de uma premiação.

Ar. 2º - O título de "Desempenho Comunitário Empresarial" será entregue anualmente, em Sessão Solene, em data a ser agendada pelo Cerimonial desta Casa

Legislativa.

Art. 3º - Será confeccionado e enviado pela Câmara Municipal de Uberlândia, a todos os estabelecimentos descritos no art. 1º, formulário de participação dos projetos para a sua efetiva inscrição.

§1º - A data de início e término das inscrições será oficializada através de Ato da Mesa desta Casa Legislativa, a ser publicada no Jornal "O Município".

§2º - Os projetos deverão conter o maior número possível de dados quantificados, para permitir melhor avaliação.

§ 3º - Deverão ser anexadas aos projetos enviados, outros materiais como descrição detalhada, fotografias, peças de divulgação, documentos importantes, recortes de publicações, diplomas, fitas de vídeos e outros, caso existam.

Art. 4º - A Câmara Municipal de Uberlândia, anualmente, contribuirá Constituirá Comissão Julgadora, sem remuneração, formada pôr especialistas das áreas analisadas, representantes da comunidade e organizações da sociedade civil ligadas ao meio empresarial, à avaliação da qualidade dos produtos, à defesa da vida, dos direitos humanos e sociais, do trabalho e da cidadania para classificação das empresas concorrentes.

Parágrafo único – A Comissão Julgadora deverá ser composta, também, pelos Presidentes das seguintes Comissões Permanentes desta Casa Legislativa:

- a) – Comissão de Saúde, Saneamento Básico e Meio Ambiente:
- b)– Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, de Cultura, de Desportos, Lazer e Turismo;
- c)– Comissão de Direitos Humanos, Ação Social e Defesa do Consumidor.

Art. 5º - Serão atribuições desta Casa Julgadora:

- I – analisar os projetos e programas desenvolvidos pelos estabelecimentos participantes;
- II– selecionar os melhores projetos ou programas, em cada área de atuação, dentro de critérios estabelecidos em regulamento;
- III – julgar os casos omissos.

§ 1º - A decisão da Comissão Julgadora é soberana e irrecurível.

§ 2º - A Comissão Julgadora poderá solicitar comprovação ou informações adicionais de qualquer projeto inscrito.

Art.6º - A Comissão Julgadora determinará as datas para a realização das reuniões, para o processo de análise e escolha dos projetos.

Art.7º - A relação contendo a indicação dos homenageados, será encaminhada à Mesa Diretora da Câmara Municipal, pela Comissão Julgadora, 15 (quinze) dias antes da data designada para a solenidade de entrega do título.

Parágrafo único – Através de Ato da Mesa desta Casa Legislativa será divulgada amplamente a relação dos qualificados, através de publicação no Jornal "O Município".

Art. 8º - Os critérios de avaliação, para os participantes serem avaliados e qualificados, levarão em conta:

I – objetivo do projeto, tendo como indicador a relevância social, prioridade para a comunidade;

II – estratégias onde deverá ser considerado a originalidade da iniciativa e potencial de evolução do projeto;

III – execução, devendo ser avaliada a demonstração de liderança, transparência de conhecimento;

IV – resultados, com avaliação dos benefícios comunitários alcançados e constituição de modelo para outras iniciativas.

Parágrafo único – Além dos critérios elencados nos incisos supra, deve ainda ser considerado pela Comissão Julgadora como pré-requisito de avaliação e qualificação o prazo mínimo de 01 (um) ano de atuação do estabelecimento, no desenvolvimento do projeto inscrito.

Art. 9º - Todos os projetos inscritos, que atenderam aos requisitos do art.

8º supra, avaliados e considerados pré qualificados pela Comissão Julgadora terá direito ao uso do "Selo Empresa Cidadã".

Art. 10º - As despesas decorrentes deste Decreto-Legislativo correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Legislação.

Art.11º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto-Legislativo nº 063 de 08/ 05/98.

Art.12 º - Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 11 de novembro de 1999
Aristides de Freitas – Presidente
Joaquim Victor – 2º Secretário